



O Pro PALOP-TL ISC (FASE II) é co-financiado pela União Europeia

# RELATÓRIO

---

## NARRATIVO E FINANCEIRO

2013-2017

# NOTA DE FECHO

Caros beneficiários e parceiros,

Todos os projetos começam, são implementados e chegam ao fim.

O Projecto para o Reforço das Capacidades Funcionais e Técnicas das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste. o Pro PALOP-TL ISC, está agora encerrado, e tanto já foi realizado, que é difícil referir todo o progresso alcançado numa nota de encerramento. O relatório final falará por si.

No entanto, vale a pena mencionar de forma geral a nossa satisfação com o que realizamos em conjunto "no contexto" e "por meio" do Pro PALOP-TL ISC!

O Pro PALOP-TL ISC apoiou os seus beneficiários estabelecendo uma Comunidade de Práticas eficaz - envolvendo Instituições Superiores de Controlo, Ministérios das Finanças, Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil - para o controlo e fiscalização das finanças públicas e para a promoção da transparência orçamental nos PALOP e

Timor-Leste. Esta Comunidade de Práticas foi desenvolvida envolvendo pessoas, estruturas, metodologias, know-how, conhecimento e instituições de todos os países beneficiários do projeto Uuntamente com o Brasil e Portugal). Uma realização inédita, uma vez que essa comunidade está agora ancorada em novos níveis de sistematização. bem como em trocas humanas dinâmicas. nos níveis pessoal e profissional.

O Pro PALOP-TL ISC identificou e abordou com sucesso os desafios nos países beneficiários. O projeto despoletou a capacitação das instituições beneficiárias, o alcance de consensos sobre formas novas e inovadoras de superar os desafios persistentes, o desenvolvimento efetivo e sustentável de aptidões e capacidades, o saber-fazer e o conhecimento que permitiram consolidar o caminho para o sucesso. Desta forma, o projeto teve um impacto real na vida das pessoas, na capacitação das instituições e no contexto geral da gestão das finanças públicas e fiscalização orçamental dos países beneficiários.

O Pro PALOP-TL ISC permitiu aos seus beneficiários "semear e colher os frutos dos seus esforços" ao longo de quatro anos de implementação do projeto. Isto foi possível através do envolvimento dos países beneficiários na concepção e implementação de acções no terreno, acordando em intervenções que estavam em linha com as suas reais prioridades e necessidades, sem nunca se ter esquivado à responsabilidade e ao papel de aconselhar e orientar a resposta

com base nas melhores práticas e formas alternativas de fazer. Um feito notável, já que "colher o que se semeia" é, em matéria de gestão de projetos, a parábola ideal da sustentabilidade, especialmente quando se refere a estratégias de saída eficientes.

O Pro PALOP-TL ISC apoiou as instituições superiores de controlo, governos, parlamentos e organizações da sociedade civil dos PALOP e Timor-Leste, para passarem de uma posição periférica para uma posição mais central no palco internacional, no que se refere à promoção e fortalecimento da controlo externo, fiscalização parlamentar e monitoria social das finanças públicas. Esta tem sido uma iniciativa pioneira a todos os níveis: iniciativas multilaterais e bilaterais, inspiradas abertamente pelas boas práticas do projeto. multiplicam-se em outras partes do mundo.

Os resultados (outputs) do Pro PALOP-TL ISC contribuíram para a mudança e transformação ao nível do objectivo (outcome) do projecto, o contexto da governação económica nos PALOP e em TimorLeste. Não obstante o período de implementação do projecto tenha apenas terminado, essa contribuição já é evidente hoje. Trata-se de uma conquista, uma vez que o impacto potencial dos projetos a nível do outcome é muito difícil de se verificar ainda durante o ciclo de vida de um projeto.

Por todas as razões acima referidas, gostaríamos de agradecer a todos os nossos beneficiários e parceiros, um grupo de pessoas extraordinárias e profissionais de excelência, cuja contribuição nos permitiu fazer a diferença e alcançar tanto nestes anos.

Os domínios da gestão das finanças públicas, da fiscalização parlamentar orçamental e monitoria social das contas

públicas têm-se afirmado cada vez mais como verdadeiramente relevantes para a cooperação para o desenvolvimento e os esforços nacionais para alcançar os ODS. Estamos certos que, de ora em

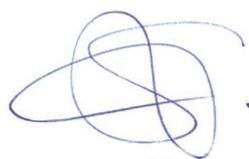
diante, triangular, iniciativas serão com ampliadas uma em todo abordagem o mundo holística para e fortalecer abrangente, e promover baseada a na fiscalização cooperação legislativa, Sul-Sul oe controlo externo e a monitoria social das finanças públicas.

O Pro PALOP-TL ISC foi uma iniciativa pioneira neste campo, o que nos deixa muito orgulhosos, e estamos profundamente gratos a todos os parceiros que tornaram isso possível.

September 27, 2018  
Praia, Cabo Verde.



**Ana Patrícia Graça**  
**RESIDENT COORDINATOR AND**  
**RESIDENT REPRESENTATIVE**  
**UNDP, UNFPA & UNICEF**



**Sofia Moreira de Sousa**  
**AMBASSADOR**  
**DELEGATION OF THE EUROPEAN UNION**



**Projeto de Reforço das competências técnicas e funcionais das Instituições Supremas de Controlo, dos Parlamentos Nacionais e da Sociedade Civil para o controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC)**

**24 de dezembro de 2013 a 11 de dezembro de 2017**

---

# **RELATÓRIO**

## NARRATIVO E FINANCEIRO

Ref. Acordo de Contribuição  
FED/2013/336-489  
Ref. Projeto D21719

# ÍNDICE

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>8</b>
<b>RESUMO DO PROJETO</b>	<b>10</b>
<b>PARTE I - RELATÓRIO DESCRITIVO</b>	<b>14</b>
1.1. Contexto	14
1.2. Contextos dos países PALOP-TL	16
1.3. Conceção do projeto e processo de formulação	21
1.4. Capacidades institucionais e humanas das partes intervenientes	26
1.5. Estratégia e sustentabilidade	30
1.6. Impacto e Resultados	35
1.7. Resultados esperados	42
1.7.1. Resultado 1	44
1.7.2. Resultado 2	50
1.8. Visibilidade e comunicações	57
1.9. Questões transversais	70
1.10. Resultados de seguimento e avaliação	73
<b>PARTE II – PRODUTOS</b>	<b>80</b>
2.1. Cursos eLearning e produtos audiovisuais	82
2.2. Manuais e handbooks dos/as participantes	89
2.3. Programas de Pós-Graduação em Gestão das Finanças Públicas	91
2.4. Guias operacionais sobre análise orçamental para as Comissões Parlamentares de Orçamento	93

2.5. Estudo comparativo sobre Orçamentação Sensível ao Género e elaboração de um quadro para a fiscalização parlamentar das despesas públicas destinadas à promoção da igualdade de género	95
2.6. Planos estratégicos para a elaboração de quadros parlamentares holísticos para a reforma e o reforço parlamentar	97
2.7. Planos de visibilidade e comunicação - uma ferramenta para a visibilidade da ação externa da UE	98
2.8. Instrumento de cooperação sul-sul e triangular	100
2.9. Bases de dados on-line e produtos audiovisuais	104
3. Os contributos do Pro PALOP-TL ISC para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 16	106
<b>PARTE III – RELATÓRIO FINANCEIRO</b>	<b>108</b>
<b>PARTE IV – LIÇÕES APRENDIDAS</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>115</b>
Anexo 1 - Quadro Lógico	121
Anexo 2 - Matriz da Teoria da Mudança	121
Anexo 3 - Plano de Seguimento	121
Anexo 4 - Relatórios de Avaliação	121
Anexo 5 - Arquivo (Disco Externo)	121

# SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ACP</b>	África Caraíbas e Pacífico
<b>CoP</b>	Comunidade de Práticas (Community of Practice)
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>DAC</b>	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee)
<b>ECTS</b>	Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (European Credit Transfer System)
<b>EUR</b>	Euro
<b>FED</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento
<b>GFP</b>	Gestão das Finanças Públicas
<b>GIZ</b>	Empresa Federal Alemã para a Cooperação Internacional
<b>IBP</b>	Parceria Internacional do Orçamento (International Budget Partnership)
<b>IGEF</b>	Instituto de Formação em Gestão Económica e Financeira
<b>IIAG</b>	Índice Ibrahim de Governança Africana (Ibrahim Index of African Governance)
<b>INTOSAI-IDI</b>	Iniciativa de Desenvolvimento da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (International Organisation of Supreme Audit Institutions Development Initiative)
<b>INTOSAI</b>	Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (International Organisation of Supreme Audit Institutions)
<b>IOA</b>	Inquérito sobre o Orçamento Aberto
<b>IPSAS</b>	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (International Public Sector Accounting Standards)
<b>ISA</b>	Normas Internacionais de Auditoria (International Standards on Auditing)
<b>ISC</b>	Instituição Superior de Controlo
<b>ISCTE-IUL</b>	Instituto Universitário de Lisboa
<b>ISSAI</b>	Normas Internacionais das Instituições Superiores de Controlo (International Standards of Supreme Audit Institutions)
<b>LMS</b>	Sistema de Gestão de Aprendizagem (Learning Management System)
<b>MF</b>	Ministério das Finanças
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OGP</b>	Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership)
<b>OISC</b>	Organização das Instituições Superiores de Controlo
<b>OISC CPLP</b>	Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>OSG</b>	Orçamento/Orçamentação Sensível ao Género
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PEFA</b>	Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (Public Expenditure and Financial Accountability)
<b>PEID</b>	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIP</b>	Programa Indicativo Plurianual
<b>PIR PALOP I</b>	Primeiro Programa Indicativo Regional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PIR PALOP II</b>	Segundo Programa Indicativo Regional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PIR</b>	Programa Indicativo Regional
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Pro PALOP-TL ISC GRB</b>	Abordagem Padronizada do Pro PALOP-TL ISC ao Orçamento Sensível ao Género
<b>Pro PALOP-TL ISC</b>	Projeto de Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste
<b>Pro PALOP-TL PACE</b>	Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste
<b>PTA</b>	Plano de Trabalho Anual
<b>RGPD</b>	Regulamento Geral de Proteção de Dados
<b>ROM</b>	Missão de Seguimento dos Resultados (Results Oriented Monitoring)
<b>SAI-PMF</b>	Quadro de Avaliação de Desempenho das Instituições Superiores de Controlo (Superior Audit Institutions Performance Measurement Framework)
<b>SGFP</b>	Sistema de Gestão das Finanças Públicas
<b>SMART</b>	Específicos, Mensuráveis, Acessíveis, Realistas e Limitados no Tempo (Specific, Measurable, Achievable, Realistic and Time Bound)
<b>SOP</b>	Guias Operacionais Padronizados (Standard Operating Procedures)
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>TL</b>	Timor-Leste
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UGP</b>	Unidade de Gestão do Programa
<b>UNECA</b>	Comissão Económica das Nações Unidas para África (United Nations Economic Commission for Africa)
<b>UNOSCC</b>	Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South-South Cooperation)
<b>USD</b>	Dólar Norte-Americano (United States Dollar)
<b>WGI</b>	Indicadores de Governança Mundial do Banco Mundial (Worldwide Governance Indicators)

# RESUMO

## DO PROJETO

1. Título / ato de base / número CRIS	<b>Projeto de Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC)</b> Número CRIS: FED / 2013 / 336-489 Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)
2. Área que beneficia da ação / localização	PALOP-TL (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)
3. Documento de programação	Programa Indicativo Plurianual (PIP) no âmbito do 10.º FED
4. Montantes	Custo total: 6.400.000 euros (EUR) Montante total da contribuição do 10.º FED: 6,5 milhões EUR Esta ação é totalmente financiada pela União Europeia (UE)
5. Modalidade(s) da ajuda e modalidade (s) de implementação	Modalidade de Projeto Gestão indireta a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
6. a) Código (s) Comité de Ajuda ao Desenvolvimento <sup>1</sup> (DAC)	Código DAC Principal - 151 (Governo e sociedade civil, geral) 15120 (gestão financeira do setor público)
6. b) Canal principal de entrega	-PNUD 41114

<sup>1</sup> Development Assistance Committee.

7. Marcadores (do formulário CRIS DAC)	Objetivo estratégico geral	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
	Desenvolvimento de participação / boa governação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x
	Ajuda ao meio ambiente	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Igualdade de género (incluindo mulheres em desenvolvimento)	<input type="checkbox"/>	x	<input type="checkbox"/>
	Desenvolvimento Comercial	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Marcadores da Convenção do RIO	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
	Diversidade biológica	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Combate à desertificação	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mitigação das alterações climáticas	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Adaptação às alterações climáticas	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Bens públicos e desafios mundiais - Temáticas principais	O programa contribui para o desenvolvimento humano, especificamente para: educação, conhecimento e competências; género, empoderamento das mulheres, proteção dos direitos das mulheres e raparigas; juventude; competências e inclusão social. Estabelece também ligações às temáticas principais 6 e 10, 'Iniciativa de Transparência de Recursos da EU' e 'Iniciativa de Mobilização de Receitas Nacionais para o crescimento e desenvolvimento', respetivamente. <sup>2</sup>
9. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	<p><b>Objetivo principal dos ODS:</b> Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos/as e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.<sup>3</sup></p> <p><b>Objetivo secundário dos ODS:</b> Objetivo 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.<sup>4</sup></p>

<sup>2</sup> [https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/com\\_collectmore-spendbetter\\_20150713\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/com_collectmore-spendbetter_20150713_en.pdf)

<sup>3</sup> <http://www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/>.

<sup>4</sup> <http://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/>

# RESUMO DO PROJETO

O Pro PALOP-TL ISC promoveu a governação económica nos países de África Caraíbas e Pacífico (ACP) de língua oficial portuguesa (PALOP e Timor-Leste) e reforçou as competências técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos e sociedade civil, no domínio da Gestão das Finanças Públicas (GFP). O projeto possibilitou a capacitação das instituições beneficiárias, o desenvolvimento de competências, experiência e conhecimento dos intervenientes na supervisão. Consequentemente, o projeto teve um impacto real na vida das pessoas, no quadro geral da GFP e na fiscalização do orçamento nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste (TL).

O projeto foi assinado a 23 de dezembro de 2013, entre a Delegação da UE e o escritório do PNUD em Cabo Verde por um período de implementação de quatro anos. Foi totalmente financiado pela UE através do 10.º FED, num montante total de 6.400.000 EUR, diretamente administrado pelo escritório do PNUD em Cabo Verde. O projeto realizou atividades de apoio às ISC, Parlamentos, parlamentares e Organizações da Sociedade Civil (OSC), entre outras instituições em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (PALOP) e Timor-Leste.

O projeto utilizou a capacitação como ferramenta para reforçar as competências e credenciais dos/as intervenientes, de forma a aumentar a capacidade de GFP, e também concebeu plataformas eLearning, como forma de garantir acesso duradouro às bases de dados

e informações existentes. O projeto contribuiu ainda para a criação, pela primeira vez, de uma plataforma multinacional para as OSC dos PALOP-TL, apresentando as lições e progressos feitos pelas OSC no contexto da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP|Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foram desenvolvidas outras atividades destinadas a promover a sustentabilidade, complementar e apoiar o plano plurinacional da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP (OISC|CPLP), bem como promover a cooperação com o Instituto de Formação em Gestão Financeira e Económica dos PALOP (IGEF). O IGEF está envolvido em atividades de formação e capacitação a nível transnacional (aprendizagem conjunta envolvendo intervenientes de todos os países beneficiários).

O impacto do projeto resultou da sua estratégia de saída bem-sucedida e da sustentabilidade das suas atividades. Era, portanto, fundamental que os beneficiários do projeto desenvolvessem sinergias e dinâmicas que persistissem após o término do projeto. Isso foi feito através da capacitação dos recursos humanos nas instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve ser orientado para as competências profissionais, bem como para o reforço e desenvolvimento de capacidades de formação interna no domínio do controlo externo das contas públicas e finanças, particularmente nos Tribunais de Contas dos PALOP e TL.

O objetivo geral (ao nível do impacto) era promover a governação económica nos PALOP e em TL. O objetivo específico (ao

nível do resultado) era melhorar a eficácia do controlo externo, político, judicial e cívico, das Finanças Públicas nos PALOP e em TL, para uma utilização mais eficiente dos recursos públicos.

O Pro PALOP-TL ISC abordou diretamente a boa governação e a democracia, reforçando os sistemas de responsabilização, tendo o controlo externo e independente das Finanças Públicas como objetivo específico. Como parte da ação, garantir o direito das/os cidadãs/os à informação e apoiar transversalmente a promoção da equidade de género na despesa pública, obteve resultados transformacionais que podem ser sustentáveis após o ciclo de vida do projeto (atividades de formação e sensibilização sobre igualdade de género direcionadas aos Parlamentos e OSC, entre outras instituições).

As plataformas e soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenharam um papel central nesta estratégia e foram transversais à ação desenvolvida. A integração da dimensão de género na orçamentação, a fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada a promover a igualdade de género foram promovidas de forma transversal, no contexto de cada um dos resultados esperados do projeto e envolvendo todos os seus beneficiários.

O projeto executou 100% do orçamento e alcançou com sucesso os dois resultados a que se tinha proposto:

## **1. Reforçar as competências de controlo e auditoria das ISC para supervisionar as despesas públicas nos PALOP e em TL, através de seminários e workshops de formação.**

Consequentemente, foi possível desenvolver capacidades, através da partilha de conhecimento, e promover boas práticas entre as ISC nos PALOP e em TL para aumentar e melhorar o controlo externo e independente sobre a gestão das contas e despesa pública. De acordo com a lógica de intervenção multinacional do projeto, este processo de fortalecimento será desenvolvido em articulação, fomentando a cooperação sul-sul, no quadro das iniciativas de cooperação existentes no seio da CPLP, a aprendizagem pelos pares e troca de experiências.

## **2. Desenvolver as competências de supervisão das Finanças Públicas, por parte dos Parlamentos e da sociedade civil, promovendo uma análise informada das Finanças Públicas nos PALOP-TL através da dinamização de seminários e workshops de formação.**

Esta conquista envolveu a melhoria da supervisão política e cívica da ação governamental e da despesa pública, segundo princípios democráticos alinhados com padrões de publicidade e credibilidade. O contexto multinacional dos PALOP e TL promoverá o estabelecimento de mecanismos de revisão entre pares, beneficiando Parlamentos e OSC, num contexto comparativo de experiência e de maior acesso à informação.

# PARTE I

# RELATÓRIO

# DESCRITIVO

## 1.1. CONTEXTO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - iniciaram formalmente a cooperação bilateral sul-sul entre si nos anos 70, após a sua independência. Timor-Leste (TL) aderiu ao grupo em 2007 e a sigla PALOP-TL foi adotada. Independentemente da descontinuidade geográfica, os PALOP-TL constituem uma comunidade coesa, que partilha práticas, culturas institucionais e enquadramentos legais comuns, história, língua comum e uma longa tradição de cooperação sul-sul e bilateral.

O primeiro Programa Indicativo Plurianual (PIP) do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) com os PALOP foi criado em 1992 (com a adesão de Timor-Leste a partir de 2007), lançando assim uma relação frutífera e bem-sucedida com a União Europeia (UE), com particular foco na governação. Nos termos da Convenção de Lomé IV, foi adotado o princípio da cooperação regional, envolvendo os países de África Caraíbas e Pacífico (ACP) sem contiguidade geográfica, permitindo o Primeiro Programa Indicativo Regional dos PALOP (PIR PALOP I), assinado em 29 de junho de 1992, em São Tomé.

Com um orçamento de 25 milhões de euros (EUR), o PIR PALOP I definiu o quadro de

cooperação entre a Comissão Europeia e os cinco países de língua portuguesa em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). A premência da criação do Programa Pro PALOP baseou-se numa lacuna comum no que diz respeito às habilitações, que se traduz em dificuldades na gestão de reformas administrativas e estruturais num ambiente de transição, isolamento e distanciamento relativo das instituições de formação nos PALOP, em comparação com instituições similares na mesma região.

O Segundo Programa Indicativo Regional dos PALOP (PIR PALOP II) foi assinado a 5 de março de 1997, em Maputo, Moçambique, com um orçamento previsto de 30 milhões EUR. Em consonância com a decisão política dos cinco chefes de Estado, reafirmada em junho de 1995 na Cimeira Ministerial dos Gestores Nacionais, de prosseguir e reforçar a cooperação no âmbito do Programa PALOP, na reunião realizada em Bruxelas de 25 a 27 de fevereiro de 1997, em que se acordou negociar com a Comissão Europeia para planear o Programa Indicativo Regional (PIR) de acordo com os artigos 160.º e 161.º da revista Convenção de Lomé IV.

O PIR PALOP II delineou três áreas principais - instituições e administração pública central e local; emprego e formação; cultura - e três áreas não prioritárias - estatísticas; sistema educacional; turismo e meio ambiente.

O PIR PALOP II, lançado no âmbito do 8º FED, prosseguiu ao abrigo do 9º FED com um financiamento total de 28,7 milhões EUR (e saldos transitados), focado no desenvolvimento económico e social.

A 7 de novembro de 2007, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia, os seis países PALOP e Timor-Leste (que se juntou formalmente ao grupo), definindo as áreas de cooperação no âmbito do 10º FED, centrado na boa governação. O Memorando de Entendimento estabeleceu uma ‘Iniciativa de Governação’ com uma dotação total de 33,1 milhões EUR.

O PIP PALOP-TL para o período 2014-2020, dotado de um orçamento de 30 milhões EUR, foi assinado em São Tomé e Príncipe, a 30 de abril de 2015, sob os auspícios do 11.º FED e pretende dar continuidade aos esforços anteriores para a promoção de uma boa governação.

Nesse contexto, desde 1992, 146,8 milhões EUR foram atribuídos pela UE a projetos de promoção da governação, desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais em apoio aos PALOP-TL, no âmbito do FED.

O Pro PALOP-TL ISC foi enquadrado na subárea de governação económica do 10º FED (2008-2013) para os PALOP-TL, ao abrigo do qual foram alocados 33,1 milhões EUR para apoiar projetos que promovessem iniciativas em matéria de governação nos PALOP e Timor-Leste.

Os gestores nacionais dos PALOP e Timor-Leste, em coordenação com os serviços da UE, iniciaram os procedimentos com vista à preparação de um projeto para “reforçar a boa governação económica e o desenvolvimento do setor privado nos PALOP e TL”. Após uma missão circular aos seis países beneficiários, em 2009, e um conjunto de inquéritos conduzido pelos gestores nacionais e pela

Delegação da UE em Cabo Verde (país líder do projeto), nos PALOP e TL em 2010, as Delegações do PALOP-TL, os serviços da UE e os gestores nacionais decidiram reformular o âmbito da lógica de intervenção para assegurar o controlo, supervisão e auditoria eficaz das Finanças Públicas e da ação governamental nos PALOP e TL.

Considerando a experiência bem-sucedida do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na implementação do Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL PACE), foi acordado com o escritório do PNUD em Cabo Verde que esta desenvolvesse um documento de projeto (descrição da ação) cujo âmbito inicial da lógica de intervenção do projeto no se concentrasse e focasse no controlo externo, na fiscalização parlamentar e monitoria pública do Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP e Timor-Leste.

No seguimento deste acordo, a partir de maio de 2013, foram realizadas missões suplementares a Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola, com o objetivo de recolher informações adicionais para melhorar a avaliação das necessidades dos países e atualizar a estratégia inicial, através de diversas consultas com os principais beneficiários do projeto e partes intervenientes.

Como resultado, a 23 de dezembro de 2013, o escritório do PNUD e a Delegação da UE em Cabo Verde assinaram um Acordo de Contribuição para que o PNUD pudesse implementar diretamente o Pro PALOP-TL ISC por via de uma modalidade de “implementação conjunta”. A UE era a única financiadora, pelo que o projeto foi totalmente financiado pela UE.

## 1.2. CONTEXTOS DOS PAÍSES PALOP-TL

Os PALOP-TL têm características diferentes em termos de demografia, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e desenvolvimento humano. De acordo com a Agência de Estatísticas das Nações Unidas<sup>5</sup>, a população total PALOP-TL atingiria 63,3 milhões em 2017<sup>6</sup>. Em termos de PIB *per capita*, Angola<sup>7</sup> é classificado como um país de rendimento médio-alto enquanto Cabo Verde<sup>8</sup>, São Tomé e Príncipe<sup>9</sup> e Timor-Leste<sup>10</sup> são qualificados como países de rendimento médio-baixo, Guiné-Bissau<sup>11</sup> e Moçambique<sup>12</sup> como países de baixo rendimento<sup>13</sup>. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste são países com níveis médios de desenvolvimento humano, enquanto que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique são classificados como países de baixo desenvolvimento humano<sup>14</sup>. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)<sup>15</sup> com desafios de desenvolvimento específicos.

Os PALOP<sup>16</sup> têm rácios de despesa pública superiores a 30% do PIB, enquanto Timor-Leste<sup>17</sup> apresenta um rácio de 50% (IMF, World

Economic Outlook, 2016).

A representação das mulheres no Parlamento em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau permanece consideravelmente baixa (abaixo dos 23,8% da média subsaariana), apesar de ter havido avanços em Moçambique, Angola e Timor-Leste (acima de 38,2%)<sup>18</sup>. Em 2016<sup>19</sup>, não havia informação sobre jovens (pessoas com menos de 30 anos) nos Parlamentos de Angola e da Guiné-Bissau e, nos restantes países beneficiários, esta taxa era de 0,0%, não havendo deputados/as com idade inferior a 30 anos, em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Segundo os Indicadores de Governança Mundial do Banco Mundial<sup>20</sup> (WGI), no período 1996-2016<sup>21</sup>, todos os PALOP e Timor-Leste, à exceção de Cabo Verde, revelavam um fraco desempenho nas três dimensões de governança abaixo referidas, relevantes ao nível do objetivo geral do projeto.

5 <http://data.un.org/en/index.html>.

6 População (000, 2017) estimada projetada (variante fertilidade média): Angola – 29.784; Guiné-Bissau: 1.861; Moçambique: 29.669; São Tomé e Príncipe: 212,8; Timor-Leste: 1.296.

7 \$4.714 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

8 \$3.080,2 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

9 \$1.752,8 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

10 \$2425,4 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

11 \$530 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

12 \$529,2 em 2015. Fonte: <http://data.un.org/en/index.html>.

13 Dados Abertos do BM 2016. Fonte: <https://data.worldbank.org/>.

14 Relatório de Desenvolvimento Humano 2016. Fonte: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf).

15 <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sids>

16 [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/weorept.aspx?sy=2015&ey=2022&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=43&pr1.y=13&c=614%2C624%2C688%2C716%2C654&s=GGX\\_NGDP&grp=0&a=](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/weorept.aspx?sy=2015&ey=2022&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=43&pr1.y=13&c=614%2C624%2C688%2C716%2C654&s=GGX_NGDP&grp=0&a=).

17 [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/weorept.aspx?sy=2015&ey=2022&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=22&pr1.y=18&c=537&s=GGX\\_NGDP&grp=0&a=](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/weorept.aspx?sy=2015&ey=2022&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=22&pr1.y=18&c=537&s=GGX_NGDP&grp=0&a=).

18 <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

19 <https://beta.ipu.org/our-work/youth/data-youth-participation>

20 Worldwide Governance Indicators.

21 Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#reports>.

**EFICÁCIA DO GOVERNO** é o WGI que “registra a percepção da qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e o grau da sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do Governo com tais políticas<sup>22</sup>”. Em 2016, enquanto Cabo Verde<sup>23</sup> estava entre os 50 países mais bem classificados do mundo<sup>24</sup>, Angola<sup>25</sup>, Guiné-Bissau<sup>26</sup>, Moçambique<sup>27</sup>, São Tomé e Príncipe<sup>28</sup> e Timor-Leste<sup>29</sup> integravam os 26 países com classificações mais baixas nesta rubrica. Os últimos ficaram posicionados bem abaixo da Ásia Oriental e Pacífico<sup>30</sup> e abaixo das regiões da África Subsaariana<sup>31</sup>, enquanto Cabo Verde foi classificado acima da média de ambas as regiões.

**ESTADO DE DIREITO** é o WGI que “registra as percepções sobre até que ponto os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de ocorrência de crime e violência”. Uma vez mais, durante o mesmo período, Angola<sup>32</sup>, Guiné-

Bissau<sup>33</sup>, Moçambique<sup>34</sup>, São Tomé e Príncipe<sup>35</sup> e Timor-Leste<sup>36</sup> foram classificados, em 2016, entre os 27 países com classificação mais baixa nesta rubrica – enquanto Cabo Verde<sup>37</sup> estava entre os 50 mais bem classificados. Aqui, mais uma vez, Cabo Verde foi classificado acima da média de ambas as regiões, enquanto os outros PALOP e Timor-Leste foram classificados abaixo da Ásia Oriental, Pacífico<sup>38</sup> e regiões da África Subsaariana<sup>39</sup>.

**CONTROLO DA CORRUPÇÃO** é o WGI que “registra as percepções da extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção, bem como o “aliciamento” do Estado por elites e interesses privados”. Neste caso, novamente durante o mesmo período, Cabo Verde<sup>40</sup> e São Tomé e Príncipe<sup>41</sup> estavam entre os 50 países mais bem classificados do mundo, enquanto Angola<sup>42</sup>, Guiné-Bissau<sup>43</sup> e Moçambique<sup>44</sup> foram classificados entre os 20 países com as classificações mais baixas. Timor-Leste<sup>45</sup> foi classificado ligeiramente acima, entre os 35 países com a classificação mais baixa nesta rubrica. Nesta rubrica, Cabo

22 Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#doc>.

23 57 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

24 Classificação de percentil (0-100) indica a posição do país entre todos os países do mundo. 0 corresponde à posição mais baixa e 100 corresponde à posição mais alta. Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#doc>.

25 13 na classificação de percentil. Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#reports>.

26 4 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

27 19 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

28 26 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

29 14 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

30 53 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

31 26 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

32 13 na classificação de percentil. Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#reports>.

33 6 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

34 16 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

35 27 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

36 10 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

37 63 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

38 57 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

39 30 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

40 79 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

41 55 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

42 6 na classificação de percentil. Fonte: <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#reports>.

43 4 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

44 18 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

45 35 na classificação de percentil. Fonte: *idem*.

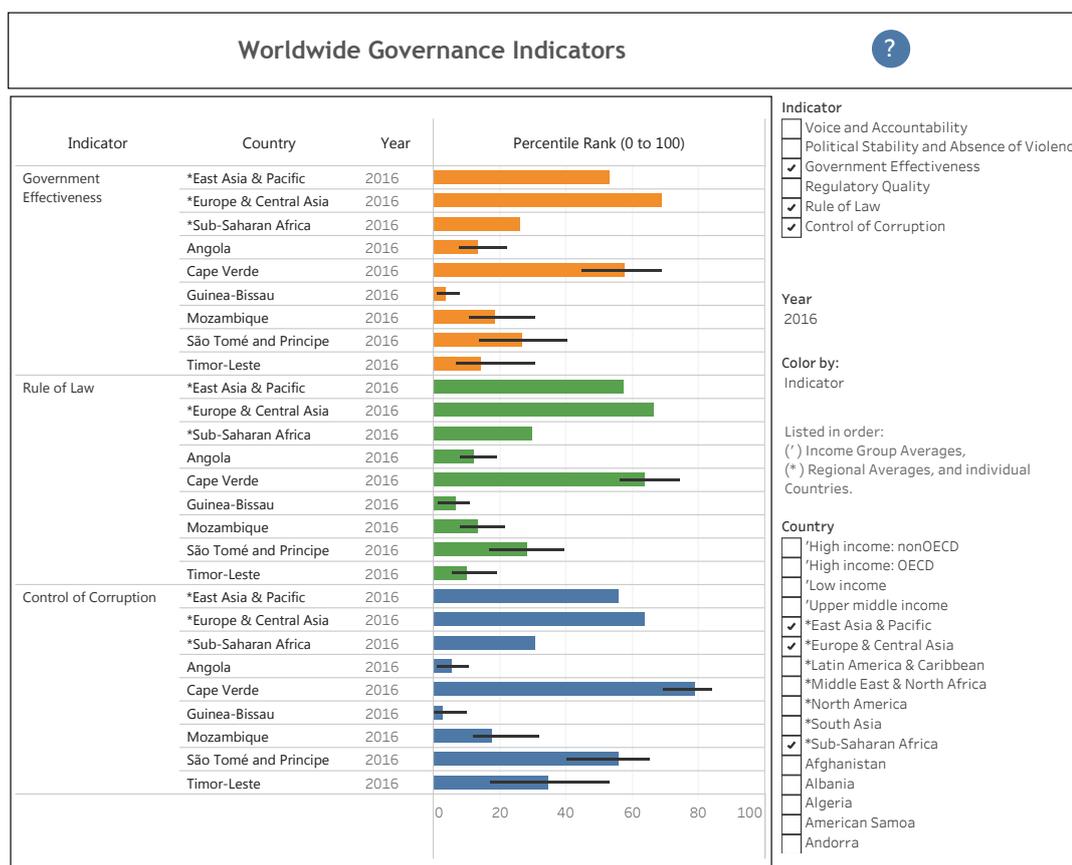
Verde foi classificado muito acima da Ásia Oriental e Pacífico<sup>46</sup> e abaixo das regiões da África Subsaariana<sup>47</sup>, enquanto São Tomé e Príncipe estava substancialmente acima da média da sua região, todos os outros PALOP e Timor-Leste foram classificados extremamente abaixo da média das respetivas regiões.

A Figura 1 ilustra a classificação de cada país em relação às médias regionais para as três dimensões de governação que medem o impacto e a transformação pretendida pela ação.

Um SGFP mais forte pode levar a uma melhor prestação de serviços públicos e eficácia do investimento público. Um SGFP funcional é fundamental para a maioria dos países PALOP-TL, devido à predominância do setor público nas suas economias.

Ao nível dos objetivos específicos do Pro PALOP-TL ISC, os desafios fundamentais para a construção de SGFP, sustentáveis e funcionais nos países PALOP-TL, são demonstrados pelas avaliações abaixo mencionadas. A fragilidade geral da Gestão das Finanças Públicas (GFP) é exacerbada por uma fiscalização limitada da prestação de serviços, investimentos

FIGURA 1



Source: Kaufmann D., A. Kraay, and M. Mastruzzi (2010), *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues* - [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1682130](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1682130)

The Worldwide Governance Indicators are available at: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>  
 Note: The Worldwide Governance Indicators (WGI) are a research dataset summarizing the views on the quality of governance provided by a large number of enterprise, citizen and expert survey respondents in industrial and developing countries. These data are gathered from a number of survey institutes, think tanks, non-governmental organizations, international organizations, and private sector firms. The WGI do not reflect the official views of the World Bank, its Executive Directors, or the countries they represent. The WGI are not used by the World Bank Group to allocate resources.

e SGFP pelas instituições de supervisão.

46 56 na classificação de percentil. Fonte: [idem](#).

47 31 na classificação de percentil. Fonte: [idem](#).

Instituições como as Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos (em particular, Comissões Parlamentares do Orçamento) e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) continuam a deparar-se com restrições consideráveis para garantir o controlo externo da GFP, a fiscalização parlamentar orçamental e a monitoria social da despesa pública, devido à sua limitada capacidade de fiscalização - embora possam ser destacados alguns exemplos positivos (ex. Comissão de Orçamento em Cabo Verde, a Plataforma de ONG 'Fórum de Monitoria Orçamental' em Moçambique), que podem ser usados como recurso e inspiração para outros países da região. Além disso, dados insuficientes sobre a GFP, transparência/prestação de contas e corrupção, aumentam a complexidade dos assuntos relacionados com a GFP na maioria desses países. Os esforços encetados através de projetos/atividades neste campo, a nível nacional e regional, continuam a ser um valioso contributo na abordagem de tais questões.

---

**De acordo com os resultados<sup>48</sup> do Inquérito sobre o Orçamento Aberto (IOA) da Parceria Internacional do Orçamento<sup>49</sup> (IBP), o controlo social e externo da gestão da despesa pública, bem como a capacidade para a participação pública nos processos orçamentais e transparência orçamental, continua a representar um desafio para a gestão eficiente das finanças públicas nos PALOP-TL. O IOA de dezembro de 2017 sobre a transparência orçamental não registou grandes melhorias em Angola<sup>50</sup>, Moçambique<sup>51</sup>, São Tomé e Príncipe<sup>52</sup> e Timor-Leste<sup>53</sup>.**

---

48 Guiné-Bissau e Cabo Verde não estão abrangidos – ver Anexo 4 para informação mais detalhada. Fonte: <http://www.internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/>

49 International Budget Partnership.

50 25/100. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/country-info/?country=ao>.

51 41/100. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/results-by-country/country-info/?country=mz>.

52 31/100. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/results-by-country/country-info/?country=st>.

53 40/100. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/results-by-country/country-info/?country=tl>.

De facto, segundo o investigador sénior da IBP, Paolo de Renzio<sup>54</sup>, o “Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2017 registou um declínio global na média de classificação de transparência orçamental, pela primeira vez desde a criação do inquérito” e este declínio foi “mais pronunciado do que na África Subsaariana, em que 15 países viram a sua classificação cair mais de cinco pontos no Índice de Orçamento Aberto<sup>55</sup>”. No caso dos PALOP e Timor-Leste (Cabo Verde e Guiné-Bissau não estão entre os países abrangidos), Moçambique é o único país com “informações limitadas disponíveis”, enquanto Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste estão entre os países com “informação mínima disponível”.

O autor atribui a maior parte deste retrocesso ao “retrocesso de práticas anteriores, uma vez que um número significativo de documentos orçamentais que anteriormente eram publicados, deixaram de ser publicados, foram publicados com atraso, ou não foram publicados em *sites* do Governo”. A falta de institucionalização das práticas de transparência orçamental foi identificada como uma causa provável para essa reversão na tendência, antecipando a necessidade de os Governos definirem a publicação de documentos orçamentais em função de procedimentos e regulamentos normalizados de finanças públicas, por exemplo, leis e regulamentos, que contribuiriam para a institucionalização da transparência ao tornar as informações orçamentais acessíveis aos/às cidadãos/ãs, de forma mais regular e previsível.

As avaliações<sup>56</sup> de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira<sup>57</sup> (PEFA) que se encontram disponíveis, estão desatualizadas para a maioria dos países abrangidos, exceto para Cabo Verde (versão pública mais recente de 2016) e Moçambique (versão de 2015, realizada segundo a nova metodologia), mas os dados parecem confirmar a persistência de desafios à eficiência das auditorias externas e fiscalização parlamentar dos relatórios de auditoria externa. Entretanto, a divulgação e a atualidade da informação fiscal, bem como a abrangência da informação fiscal incluída nos relatórios de despesa, variam substancialmente entre os países avaliados. Os dados também parecem apoiar a percepção de que a fiscalização parlamentar da lei anual do orçamento melhorou consistentemente nos países PALOP-TL avaliados.

No entanto, em janeiro de 2018, entre todos os países PALOP-TL, a Parceria para o Governo Aberto<sup>58</sup> (OGP) registou apenas a adesão formal do Governo de Cabo Verde à parceria e aos princípios do Governo aberto (na qualidade de membro), sem que nenhum outro passo relevante tenha sido tomado pelo Governo. Independentemente da existência de iniciativas *ad hoc* que promovam a abertura do Parlamento ao público, nenhum dos países PALOP-TL tem um Plano de Ação de Governo Aberto, nem um Plano de Ação de Parlamento Aberto formalmente submetido à parceria, o que sustenta as avaliações de baixa abertura parlamentar nestes países<sup>59</sup>.

54 <https://www.internationalbudget.org/2018/04/volatility-and-the-africa-budget-transparency-puzzle/>.

55 <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-index-rankings/>.

56 Para informação mais detalhada consulte o Anexo 4. Fonte: <https://pefa.org/assessments/listing>.

57 Public Expenditure and Financial Accountability.

58 Open Government Partnership, a Parceria para o Orçamento Aberto, é uma iniciativa multilateral que tem como objetivo assegurar compromissos concretos dos Governos para promover a transparência, capacitar as/os cidadãos/ãs, combater a corrupção e aproveitar as novas tecnologias para reforçar a governação.

59 Para informação mais detalhada consulte o Anexo 4. Fonte: <https://www.opengovpartnership.org/participants>.

### 1.3. CONCEÇÃO DO PROJETO E PROCESSO DE FORMULAÇÃO

A conceção do projeto é complexa, mas extremamente inovadora, permitindo a concretização efetiva de um elevado número de atividades de apoio às ISC, Paramentos, OSC e Ministérios das Finanças (MF), para aumentar a transparência e a prestação de contas na utilização de recursos públicos. O projeto tem uma abordagem holística que propõe uma cooperação sul-sul e triangular e a aprendizagem pelos pares (envolvendo, respetivamente, as ISC e o Parlamento do Brasil e Portugal), como as principais ferramentas para desenvolver as capacidades dos atores críticos dentro do SGFP.

A avaliação do projeto em cada país beneficiário para contextualizar as suas intervenções, com o objetivo de fortalecer a transparência orçamental e o controlo externo das finanças públicas (supervisão, fiscalização parlamentar e acesso público à informação fiscal) foi baseada em estudos detalhados e inclusivos *in situ*, realizados pelas/os especialistas do projeto. Estes estudos, complementados com relatórios PEFA e do IOA, indicadores relevantes dos relatórios de governação da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), indicadores e relatórios Mo Ibrahim, relatórios de governação do BM, documentos e estudos de fiscalização parlamentar orçamental do BM, entre outros, foram usados como principais linhas de base para definir a lógica de intervenção do projeto e a abordagem da Teoria da Mudança.

Com base numa rigorosa revisão das fontes acima mencionadas, permitindo uma primeira avaliação das fragilidades no âmbito da GFP nos PALOP e em Timor-Leste, foi concebido um quadro geral de intervenção a considerar, numa abordagem ascendente:

Doze atividades estruturais e estruturantes, que representam os principais pontos de acesso internacionalmente reconhecidos e estabelecidos para apoiar as principais partes intervenientes dos ecossistemas da GFP.

As atividades de 1 a 5 abordaram as necessidades para reforçar o controlo externo das capacidades do SGFP e o acesso à informação orçamental (informação fiscal disponível) - ou seja, capacitação em fiscalização para as ISC (Atividade Geral 1); acesso a informações orçamentais ou promoção da transparência orçamental (Atividade Geral 2); aquisição de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para aumentar o controlo externo do SGFP (Atividade Geral 3); promover a conformidade dos relatórios de fiscalização produzidos pelas ISC com os padrões e requisitos internacionais (Atividade Geral 4); promover iniciativas de cooperação sul-sul e triangular, orientação aprendizagem pelos pares, troca de experiências que reúnem as ISC para discutir, entre si e envolvendo outros atores estatais e não estatais, o controlo externo do SGFP nos PALOP e em Timor -Leste (Atividade Geral 5).

O grupo de atividades estruturais acima referido (1 a 5), foi concebido para permitir que, até ao final da implementação do projeto, “as capacidades de controlo e fiscalização das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e TL sejam fortalecidas num contexto de aprendizagem conjunta” (Resultado 1).

As atividades de 7 a 11 abordaram as necessidades de reforço parlamentar, particularmente, o reforço das capacidades de análise orçamental nos Parlamentos dos PALOP e Timor-Leste, de forma a permitir uma fiscalização parlamentar e política mais independente e eficaz da despesa pública e do SGFP. Essas atividades estruturais incluíram reformas institucionais e do enquadramento legal (atividade geral 7); campanhas de sensibilização para a transparência orçamental (atividade geral 8); reforço da capacidade dos/as parlamentares e funcionárias/os parlamentares para rever e fiscalizar Orçamentos do Estado e documentos orçamentais (atividade geral 9); reforçar a capacidade dos/as parlamentares e funcionários/as parlamentares para assegurar a fiscalização parlamentar da despesa pública ao longo dos ciclos orçamentais (atividade 10); a realização de iniciativas de Cooperação sul-sul e triangular - aprendizagem e formação entre pares, trocas de experiências que reuniram deputadas/os e funcionários/as parlamentares para discutir a fiscalização parlamentar do SGFP nos PALOP e Timor-Leste, entre si e envolvendo também outros atores estatais e não estatais (atividade geral 11).

Atividade geral 12 - estabelecer um programa de subsídios para responder às necessidades de monitoria social da despesa pública e simplificação da informação sobre orçamento/despesas, a ser disponibilizada a um público mais amplo.

O grupo de atividades estruturais acima referido (7 a 12) foi concebido para permitir que, até ao final da implementação do projeto, “As capacidades de supervisão das finanças públicas pelos Parlamentos e sociedade civil sejam desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e TL num contexto de aprendizagem conjunta” (Resultado 2).

Para além do acima referido, um conjunto de Atividades Gerais foi desenhado para permitir que a entidade implementadora assegure uma gestão e implementação do projeto relevante, eficaz, eficiente e sustentável.

Atividade Geral 6 para garantir o seguimento e avaliação do Projeto;

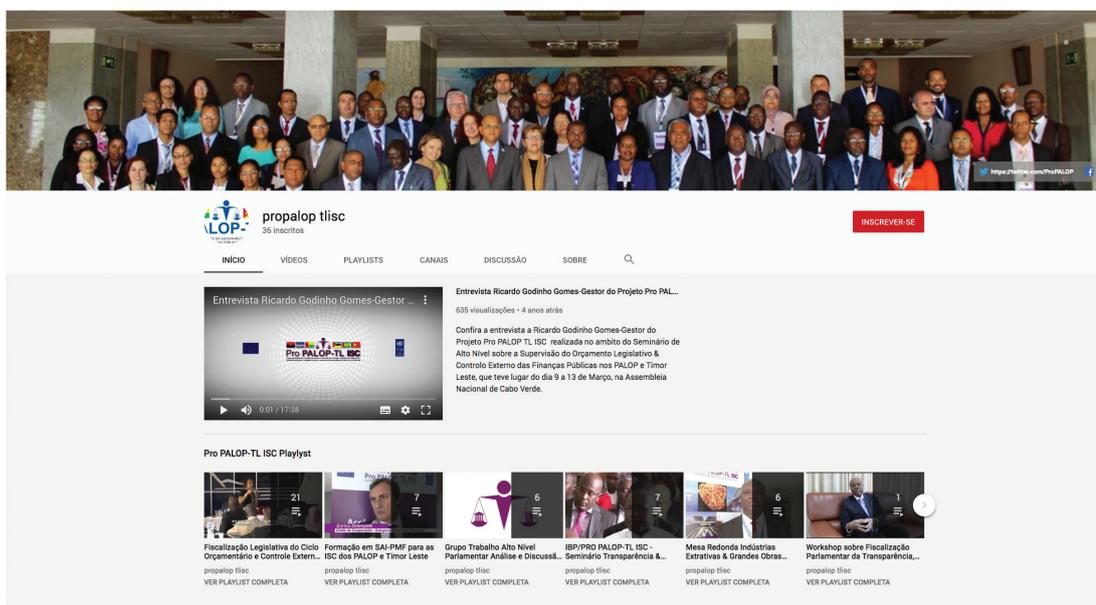
Atividades Gerais 13 e 14 (a última refere-se à fase inicial do projeto), para garantir a confiança no projeto, apoio, seguimento e implementação diária; e

Atividade Geral 15 para assegurar a comunicação efetiva e eficiente do projeto e a visibilidade das ações externas da UE.

Esta estrutura central, assente em dois grupos de atividades gerais desenhadas para permitir que o projeto alcance dois objetivos/resultados esperados (‘Reforço do controlo externo do SGFP’ e ‘Supervisão independente/eficiente e monitoria social da despesa pública’), foi uma resposta eficaz transversal às necessidades e insuficiências identificadas durante a análise documental das fontes acima mencionadas e dos relatórios centrados no SGFP e transparência orçamental nos PALOP e Timor-Leste.

Não obstante, independentemente desta “identidade” transversal dos PALOP-TL, a comissão de avaliação do projeto decidiu que era primordial abordar as necessidades específicas dos países, emergentes dos desafios enfrentados pelas capacidades humanas e institucionais das partes intervenientes. Para o efeito, contemplou-se uma fase inicial com o objetivo de personalizar a intervenção do projeto e as atividades estruturais, para as necessidades específicas de cada instituição beneficiária, em cada país beneficiário.

Clique na imagem para ter acesso a uma explicação detalhada deste processo de formulação abrangente num [vídeo disponibilizado no canal de YouTube do Pro PALOP-TL ISC](#)<sup>60</sup>.



Como resposta, a revisão documental foi seguida de um processo de formulação muito inclusivo e ascendente, permitindo discutir em profundidade com cada parte interveniente em cada país beneficiário as respetivas necessidades, alinhadas com a lógica de intervenção e abordagem definida para o projeto.

A fase inicial (3 anos, mais 1 ano de prolongamento, sem custo) permitiu à entidade implementadora, direção do projeto e aos Comités de Coordenação de País formular, validar e aprovar, Planos de Trabalho Anuais (PTA) plurianuais, custeados e por resultados, em 6 países:

---

**Foram 18 PTA, 172 Atividades Gerais, resultados especificamente adaptados, e mais de 1.000 ações específicas realizadas em 6 países, que visaram mais de 40 instituições. As avaliações dos países, resultantes deste processo abrangente, e os PTA produzidos estão disponíveis em formato de livre acesso no site do projeto.**

---

<sup>60</sup> <https://youtu.be/pN6oud4N2Tk>.

## RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

**“O processo de formulação exemplar dos PTA, realizado pela Unidade de Gestão do Programa (UGP), em estreita colaboração com os atores nacionais, partes intervenientes e beneficiários, garantiu que os parceiros do projeto (incluindo a sociedade civil) tivessem um forte sentido de responsabilização e liderança em relação às atividades do projeto, que servem os interesses estratégicos das respetivas instituições.”**

(Guimarães, João, EU ROM, junho 2017, pág. 10)

Estes resultados contribuíram para a classificação de excelente atribuída ao projeto nos critérios de sustentabilidade do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, em ambos os exercícios de avaliação - uma avaliação a meio percurso elogiada pelo PNUD (dezembro de 2016) e duas missões de seguimento orientadas para os resultados, aplaudidas pela Delegação da UE (novembro de 2015 e junho de 2017).

## 1.4. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E HUMANAS DAS PARTES INTERVENIENTES

O Pro PALOP-TL ISC realizou uma análise minuciosa das partes intervenientes no domínio do controlo jurisdicional/técnico externo, da fiscalização parlamentar<sup>61</sup> e monitoria social<sup>62</sup> das finanças públicas, incluindo a transparência orçamental, que permanece válida para esta ação.

A análise baseou-se em relatórios independentes, principalmente no IOA, nos exercícios nacionais PEFA mais recentes e no Relatório Parlamentar Global de 2017, sobre ‘Supervisão parlamentar e o poder do Parlamento de responsabilizar o Governo’<sup>63</sup>, complementado com discussões diretas com as partes intervenientes e com dados do apoio prestado entre 2014 e 2016, reunidos na conferência de avaliação do projeto, organizada em Bissau (fevereiro de 2017)<sup>64</sup> - [registo audiovisual disponível no Canal do YouTube do projeto](#)<sup>65</sup>.

Entre março e novembro de 2014, as missões de elaboração de PTA no terreno permitiram fazê-lo de forma inclusiva, através de discussões aprofundadas com cada instituição beneficiária. Essas discussões e interações forneceram dados empíricos e informações sobre as capacidades de cada beneficiário e os contextos dos países que complementaram

as linhas de base delineadas no quadro lógico, bem como as avaliações e os indicadores fornecidos por relatórios internacionais, avaliações e índices.

Entre março e novembro de 2014<sup>66</sup>, a análise das capacidades institucionais e humanas para assegurar o controlo externo técnico e jurisdicional dos SGFP, a supervisão parlamentar e política, bem como a monitoria social da despesa pública, foi levada a cabo em cada PALOP e Timor-Leste. Foram desenvolvidas e partilhadas no *site* do projeto fichas informativas de cada país, para [Angola](#)<sup>67</sup>, [Cabo Verde](#)<sup>68</sup>, [Guiné Bissau](#)<sup>69</sup>, [Moçambique](#)<sup>70</sup>, [São Tomé e Príncipe](#)<sup>71</sup> e [Timor-Leste](#)<sup>72</sup>.

Os dados empíricos recolhidos pela entidade implementadora, em 2017-18, permitiram avaliar as transformações que afetaram as capacidades institucionais e humanas dos beneficiários do projeto.

### 1) INTERVENIENTES EXECUTIVOS: MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS – TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTAL

Os MF de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste tomaram todas as medidas para implementar orçamentos estatais programáticos,

61 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai/angola>.

62 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai/context-cso>.

63 [http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/parliamentary\\_development/global-parliamentary-report-2017.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/parliamentary_development/global-parliamentary-report-2017.html).

64 [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor\\_pl](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor_pl)

65 [https://www.youtube.com/watch?v=\\_Xhv-vTdt5M](https://www.youtube.com/watch?v=_Xhv-vTdt5M).

66 A análise de Angola foi desenvolvida usando dados de 2015.

67 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/angola>.

68 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/cabo-verde>.

69 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/guinea-bissau>.

70 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/mozambique>.

71 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/sao-tome-e-principe>.

72 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/east-timor>.

orçamentação e planeamento baseados nos resultados e orçamentos sensíveis ao género. Os referidos ministérios estão em diferentes estágios de implementação, mas todos precisam de reforçar as capacidades respetivas nesse domínio.

Em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, os MF têm assegurado sistematicamente a disponibilização pública atempada dos relatórios de despesas anuais e trimestrais - nenhum preparou um relatório intercalar. Todos estes países beneficiariam substancialmente da maior abrangência e periodicidade desses relatórios, assim como da sua publicidade e maior acessibilidade ao público em geral.

## **2) INTERVENIENTES JUDICIÁRIOS: ISC - CONTROLO EXTERNO JURISDICIONAL/ TÉCNICO DOS SGFP**

Todos os países PALOP-TL têm agora um enquadramento legal que permite o controlo jurisdicional/técnico externo das finanças públicas para realizar os diferentes tipos de fiscalização (concomitante, financeira, desempenho, *ex ante* e *ex post*), com claros benefícios para a tempestividade das conclusões e decisões das ISC. Alguns destes países, nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau beneficiariam de uma maior independência dos responsáveis das ISC relativamente ao Governo, enquanto outros, tais como Moçambique e Timor-Leste, beneficiariam com a autonomia institucional das ISC (do Tribunal Administrativo e do Tribunal de Recurso, respetivamente).

Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe desenvolveram recentemente Guias Operacionais Padronizados<sup>73</sup> (SOP) para

a realização de missões de certificação e verificação *in loco*, a serem incluídos no manual para elaboração de auditoria e do relatório de auditoria. Estas ISC precisam de continuar a formar as/os seus/suas funcionárias/os e auditores/as para usar efetivamente esses SOP, de forma a poderem fazer face aos desafios ligados ao novo enquadramento legal do controlo externo das finanças públicas em Cabo Verde e às persistentes fragilidades legais, institucionais e de recursos humanos na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. Em Moçambique, o MF desenvolveu um sistema para assegurar o seguimento, a cargo da sua unidade de fiscalização interna (Inspeção Geral de Finanças), das recomendações e resultados de auditoria das ISC. Os outros países PALOP-TL beneficiariam substancialmente de sistemas semelhantes. Todos os PALOP-TL ISC têm auditores acreditados pelo Quadro de Avaliação de Desempenho das Instituições Superiores de Controlo<sup>74</sup> (SAI-PMF) com competências para realizar avaliações de capacidade e exercícios de planeamento estratégico de forma autónoma, estas iniciativas de formação tiveram lugar âmbito da parceria entre o anterior Pro PALOP-TL ISC e a Organização das ISC da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC|CPLP). Moçambique e Cabo Verde realizaram, com sucesso, um exercício SAI-PMF. É necessário formar mais auditoras/es e realizar mais exercícios no âmbito do ISC PALOP-TL II, de forma a assegurar a realização de autoavaliações regulares e pelos pares.

Todos os PALOP-TL estão a desenvolver mecanismos para envolver ainda mais o público na sua agenda, através de *sites*, sessões de informação pública e programas audiovisuais institucionais (*e.g.* programa de rádio na Guiné-Bissau). Angola tem evoluído de

73 Standard Operating Procedures.

74 Superior Audit Institutions Performance Measurement Framework.

uma abordagem de informação institucional para uma abordagem baseada em resultados e prestação de contas - com o seu programa de televisão 'Transparência', focado no âmbito jurídico das decisões e sentenças das ISC, no que respeita às contas das/os gestores/as públicas/os e instituições. Esta deveria ser a tendência em todos os outros países PALOP-TL e há muito mais a fazer para envolver o público no trabalho e na agenda das ISC nos PALOP-TL.

### **3) INTERVENIENTES LEGISLATIVOS: PARLAMENTOS – FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR ORÇAMENTAL DO SGFP**

Os Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste têm beneficiado de orientação e de formação direcionada aos/às funcionários/as e parlamentares das Comissões orçamentais para desenvolver métodos, ferramentas e competências que assegurem a fiscalização e a supervisão eficaz das receitas, despesas públicas e contas. A maioria destes Parlamentos manifestou interesse em institucionalizar as estruturas independentes de análise orçamental parlamentar e existe uma Comunidade de Práticas<sup>75</sup> (CoP) das Comissões Parlamentares do Orçamento PALOP-TL que tem sido muito dinâmica nos últimos três anos. O Pro PALOP-TL ISC desenvolveu e implementou métodos uniformizados de formação e fiscalização parlamentar orçamental, que se ajustam a todos os contextos legais e institucionais dos PALOP-TL, em Cabo Verde e na CoP das Comissões Parlamentares de Orçamento. As Comissões Orçamentais precisam de ser fomentadas e consolidadas uma vez que os

Parlamentos dos PALOP-TL, como a maioria dos Parlamentos do mundo, permanecem bastante frágeis ao enfrentar o executivo para assegurar a fiscalização do orçamento e exercer “o poder orçamental<sup>76</sup>”.

Os Parlamentos em Angola e Cabo Verde juntaram-se a Timor-Leste para avançar com uma agenda para a transparência legislativa. Os Parlamentos precisam de liderar os esforços de sensibilização através do planeamento e implementação de planos para a transparência parlamentar, assegurando que os executivos dos outros PALOP-TL se juntam a Cabo Verde na OGP e que os diferentes países adotem uma agenda de transparência legislativa e um plano de ação.

Os Parlamentos também precisam de liderar a promoção de orçamentos mais sensíveis ao género em cada um dos PALOP-TL, através de uma abordagem sistematizada da fiscalização parlamentar da despesa com enfoque no género, entre outros meios. Este exercício foi realizado com sucesso em Cabo Verde, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, tendo sido elaborado um estudo comparativo e mapeamento detalhado.<sup>77</sup> Esta importante linha de base deve ser fomentada e desenvolvida em todos os outros PALOP-TL.

### **4) INTERVENIENTES DA SOCIEDADE CIVIL: MONITORIA SOCIAL DO SGFP**

Os países PALOP-TL são diferentes em termos de monitoria social do SGFP, independentemente da incipiente e diminuta participação do público nos processos orçamentais em todos esses países (ver rubrica respetiva nos Inquéritos

<sup>75</sup> Community of Practices.

<sup>76</sup> O poder do orçamento é a capacidade de um grupo manipular e controlar as ações de outro grupo, retendo financiamento, ou colocando obstáculos à utilização desses fundos. O poder do orçamento pode ser usado positivamente (por exemplo, conceder financiamento extra a programas que alcancem determinados valores de referência), ou negativamente (por exemplo, remover o financiamento a um departamento, ou programa, eliminando-o efetivamente). O poder do orçamento é mais frequentemente usado por forças dentro de um Governo que não têm poder executivo direto, mas que controlam os orçamentos e os impostos.

<sup>77</sup> <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai/context>.

sobre o Orçamento Aberto). Moçambique e Timor-Leste têm uma sociedade civil mais participativa, capaz de garantir algum envolvimento e reações do poder executivo e legislativo. Em Angola, a capacidade das OSC varia substancialmente, com interações muito limitadas com o executivo em termos gerais. São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau registam esforços incipientes neste domínio, ainda que São Tomé e Príncipe já tenha algumas OSC ativas neste campo. Recentemente, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, foi reforçada uma CoP para as OSC dos PALOP-TL (muitas das quais também fazem parte do grupo de OSC PALOP-TL que trabalha com a IBP) dedicada à monitoria social do SGFP, através da realização de formações conjuntas, conferências para troca de experiências envolvendo outras partes intervenientes do SGFP e partilha de ferramentas de formação (*eLearning* adaptadas para formação em sala de aula). As OSC dos PALOP-TL precisam de mais capacitação em domínios relevantes das finanças públicas, bem como de consolidar esta CoP, permitindo uma maior cooperação sul-sul entre os países PALOP-TL.

Não obstante as melhorias acima mencionadas, existem desafios que ainda permanecem e precisam de ser abordados para criar SGFP sustentáveis e funcionais nos países PALOP-TL. Estes desafios são exacerbados pela persistência de limitada fiscalização da prestação de serviços, investimentos e SGFP, pelas instituições de fiscalização.

ISC, Parlamentos (em particular, Comissões Parlamentares de Orçamento) e OSC continuam a enfrentar restrições consideráveis (relacionadas com a capacidade humana, enquadramento jurídico, vontade política e contexto, entre outras) para assegurar uma

GFP eficaz, independente e forte, bem como controlo externo, fiscalização parlamentar e monitoria social. A capacidade limitada de fiscalizar e responsabilizar surge como principal consequência dessas carências persistentes, embora possam ser destacados alguns exemplos de progresso, que poderiam ser usados como recursos e boas práticas para outros países da região - por exemplo, a Comissão Parlamentar de Orçamento em Cabo Verde aumenta a sua capacidade para fiscalizar a proposta de orçamento do executivo e assegurar a supervisão pós-legislativa da implementação do Orçamento do Estado; em Moçambique, a Plataforma de ONG 'Fórum de Monitoria do Orçamento' tem vindo a obter, consistentemente, credibilidade nacional e internacional e a envolver eficientemente o executivo e o legislativo na monitoria da despesa pública.

Além disso, dados insuficientes sobre a GFP, transparência/prestação de contas e corrupção aumentam a complexidade dos assuntos relacionados com a GFP na maioria desses países. Continuam a ser um valioso contributo na abordagem de tais questões os esforços encetados através de projetos/atividades neste campo, a nível nacional e regional.

## 1.5. ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE

As lições aprendidas com a implementação do Pro PALOP-TL PACE (governança política com base no apoio aos ciclos eleitorais) e o Pro PALOP-TL ISC (governança económica centrada no controlo externo, fiscalização parlamentar e monitoria social da despesa pública) apontam para duas questões fundamentais, que passamos a descrever.

A primeira relaciona-se com a necessidade de assegurar a apropriação nacional e institucional das intervenções propostas, particularmente dada a sensibilidade política dos domínios e a natureza hermética das instituições beneficiárias. Com base nesse facto, foi fundamental assegurar a aceitação da lógica e estratégia de intervenção do projeto, bem como os resultados esperados e as atividades estruturais - concebidas com base numa revisão documental aprofundada, ancorada nas suposições, na análise das linhas de orientação do projeto e nas fontes referidas nos pontos anteriores.

Houve discussões diretas com os principais beneficiários possibilitadas através de missões no terreno, realizadas em 4 dos 6 países com o apoio dos escritórios do PNUD. Estas missões permitiram confirmar a pertinência da lógica e estratégia de intervenção com a avaliação *in situ* da informação inicialmente usada, mas também a configuração das condições prévias para uma fase inicial bem-sucedida, com o objetivo de desenvolver PTA inclusivos, plurianuais e de apropriação nacional, adaptando as atividades estruturais do projeto em função das necessidades nacionais e institucionais.

A segunda questão diz respeito à sustentabilidade da ação. A este respeito, a estratégia de saída do projeto foi baseada

em duas dimensões, ambas assentes numa abordagem de reforço do sistema.

Uma dimensão destinada a assegurar que as capacidades técnicas e funcionais adequadas fossem consolidadas nas instituições beneficiárias, tendo sido disponibilizadas ferramentas para a aprendizagem e trocas entre pares para além do ciclo de vida do projeto.

Outra dimensão assegurou que uma ampla gama de partes intervenientes estivesse envolvida e beneficiasse das intervenções do projeto, contribuindo assim para os benefícios a longo prazo para a transparência e supervisão do ecossistema da GFP.

Nesse contexto, o projeto utilizou ações de formação como ferramenta para melhorar competências e fornecer credenciais internacionalmente reconhecidas aos beneficiários, ao mesmo tempo em que estabeleceu plataformas *eLearning* em português, que garantem acesso duradouro às práticas recomendadas, bases de dados e informações disponibilizadas em português sobre GFP – tais como transparência fiscal, fiscalização parlamentar orçamental, controlo externo da GFP, monitoria social do SGFP e transparência orçamental, entre outros.

A estratégia de saída do projeto estabeleceu com sucesso os pilares para uma plataforma OSC PALOP-TL plurinacional, alicerçada sobre as lições e progressos feitos pelas OSC dentro da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP|CPLP. Outras parcerias, com vista a promover a sustentabilidade, foram estabelecidas com sucesso com a OISC|CPLP (com apoio técnico triangular das ISC do Brasil e Portugal), com o Instituto de Formação em

Gestão Financeira e Económica dos PALOP (IGEF) e com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Estas parcerias sólidas, com plataformas regionais e instituições estatais existentes e consolidadas no Brasil e em Portugal, potenciaram a abordagem e âmbito transversal do projeto, bem como a estratégia de sustentabilidade.

Como previsto, os beneficiários do projeto puderam desenvolver sinergias e dinâmicas que continuaram após o final do projeto. A capacitação dos recursos humanos nas instituições nacionais, a padronização de boas práticas, reformas institucionais e legais facilitadas pelo projeto contribuíram fortemente para este fim. As competências profissionais de peritas/os /académicos/as foram efetivamente desenvolvidas e reforçadas, utilizando a cooperação sul-sul e triangular, CoP e formação interna no domínio do controlo externo das contas públicas e das finanças.

O projeto apoiou eficazmente as instituições beneficiárias para formar e credenciar funcionárias/os e colaboradores/as, que agora são capazes de replicar os cursos de formação e ferramentas de desenvolvimento de capacidade/prática nas respetivas instituições. Esta rede de profissionais é uma importante base de dados, usada como parte essencial da estratégia de sustentabilidade do projeto, que será disponibilizada dentro dos limites estabelecidos pelo **Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (RGPD)**<sup>78</sup>.

O trabalho e progressos do projeto desenvolvidos em apoio à sociedade civil são agora um importante resultado na estratégia de saída e sustentabilidade. Independentemente dos atrasos das atividades de apoio à sociedade civil no início do projeto, o trabalho preparatório, a avaliação

da capacidade e o exercício de mapeamento na fase inicial da lógica de intervenção foram fundamentais para garantir a prossecução dos seguintes resultados:

Maior abertura das instituições do Estado (Parlamento, ISC e MF) ao envolvimento das OSC no processo orçamental e no controlo externo (fiscalização parlamentar e auditoria) do SGFP.

1. Reforço do intercâmbio entre as OSC e uma plataforma base de OSC especializadas no domínio da monitoria social da GFP e simplificação da informação orçamental/despesa pública.
2. Estabelecimento inicial de grupos de trabalho de OSC no campo da monitoria social do SGFP e simplificação da informação orçamental/despesa pública, em países onde tal não se verificava, tais como Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Por fim, o projeto estabeleceu e disponibilizou ao público uma plataforma eLearning hospedada na Plataforma Parlamentar Global AGORA, garantindo assim meios duradouros de acesso ao banco de dados e informações produzidos pelo projeto com apoio das suas instituições beneficiárias. Uma abordagem inicial de colaboração com o LegisPALOP também foi possível e aparece como complemento ao descrito acima.

<sup>78</sup> [https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection\\_en](https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection_en).

Neste contexto, a estratégia de saída e a abordagem de sustentabilidade do projeto permitiram:

1. Usar as ações de formação como ferramenta para melhorar a profissionalização, fornecendo credenciais profissionais e diplomas acadêmicos (pós-graduação) internacionalmente reconhecidos aos/às auditoras/es e funcionários/as das ISC, altas/os funcionários/as dos MF, membros do Parlamento e funcionárias/os parlamentares das Comissões orçamentais. Essas/es profissionais têm agora credenciais para formar outras pessoas, usando as ferramentas fornecidas pelo projeto.
2. Fornecer formação em contexto de trabalho e experiência à equipa da administração parlamentar em apoio às Comissões Parlamentares de Orçamento, centrada na análise orçamental e fiscalização ao longo do ciclo orçamental.
3. Promover uma plataforma de OSC plurinacional usando as lições e progressos realizados pelas reuniões e fóruns das OSC, no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Foi criado um programa abrangente de bolsas, com o objetivo de reforçar as OSC que lidam com questões de corrupção e supervisão civil da despesa pública nos países beneficiários.
4. Apoiar a implementação dos planos estratégicos e de ação plurinacional do OISC|CPLP, com particular enfoque no desenvolvimento de uma rede de auditoras/es capacitados para dar formação a auditores/as. Tais planos prevêem atividades de formação e intercâmbios sul-sul entre as ISC da CPL, utilizando as capacidades de algumas em benefício das necessidades das outras. O plano foi atualizado anualmente e poderia ter sido apoiado pelo projeto com mais ênfase no desenvolvimento de uma rede de auditoras/es capacitados para dar formação a auditores/as dentro da comunidade.
5. Fornecer formações e outras atividades relevantes a nível transnacional, através de acordos de cooperação com o IGEF, envolvendo esta instituição em atividades de formação e tradução (revisão).
6. Estabelecer uma plataforma *eLearning* em língua portuguesa e inglesa através da colaboração com o AGORA.
7. Promover o acesso duradouro e permanente a bases de dados e informação em língua portuguesa e inglesa, através da colaboração com o LegisPALOP (<http://www.legis-palop.org/>) e AGORA.

A sustentabilidade financeira foi assegurada, evitando a criação de unidades/estruturas temporárias de gestão de projeto em todos os países beneficiários e centrando-se no desenvolvimento de capacidades dentro das ISC e das/os funcionários/as das Comissões e Administração Parlamentar (nível nacional), dentro da OISC|CPLP e da Plataforma multinacional das OSC, que trabalham com a Iniciativa Orçamento Aberto.

Essa estratégia favoreceu a troca de conhecimento, através de mecanismos de mobilidade, permitindo o fortalecimento da capacidade da administração pública e dos atores da governação. A implementação de projetos anteriores ao 10º FED, designadamente do programa Pro PALOP-TL PACE e o Pro PALOP-TL ISC, entre 2010-2017, permitiu conceber, testar, normalizar e aumentar a cooperação sul-sul e triangular a nível institucional - desde os órgãos de gestão eleitoral, aos intervenientes mais relevantes dos ecossistemas de GFP nos países PALOP-TL.

Com base na antiga tradição de cooperação bilateral entre os países beneficiários no plano estadual e institucional, ambos os projetos poderiam usar sistematicamente esses canais para maximizar as oportunidades de aprendizagem pelos pares, eventos de aprendizagem, CoP que promovam trocas de experiências, acesso a bases de dados, etc. Essa metodologia, abordagem e prática estabelece o terreno para a futura implementação de um “instrumento”, visando a transformação sustentável e efetiva de práticas individuais e coletivas específicas, em instituições da administração pública e do meio ambiente:

- a) Servir como “intermediário” e recorrer, sempre que possível e aceite pelos beneficiários, a outros instrumentos já existentes para a cooperação institucional sul-sul e triangular (ex. plataformas, acordos institucionais bilaterais ou multilaterais, etc.), reforçando e consolidando progressivamente estes laços em práticas de trabalho e redes de aconselhamento e apoio.
- a) Recorrer à aprendizagem e as trocas entre pares para capacitação sempre que adequado, viável e desejável pelos beneficiários, como principal instrumento de assistência técnica. Como demonstrado em experiências anteriores PALOP-TL, as instituições estão mais interessadas em confiar, abrir-se, procurar assistência e reter informações e métodos de trabalho de colegas em ambientes semelhantes. Esta aprendizagem e trocas entre pares incluirão boas práticas de países não PALOP-TL para expor os países PALOP-TL a outras formas inovadoras de desenvolver as suas instituições.
- b) Promover a exposição dos beneficiários aos padrões e boas práticas estabelecidas no plano internacional e formação com reconhecimento internacional, quebrando assim o isolamento que algumas instituições

podem enfrentar (especialmente em áreas mais remotas ou em contextos relativamente isolados).

- c) Identificar as necessidades específicas onde a ação pode responder com um valor acrescentado regional em colaboração com as instituições envolvidas, para garantir uma abordagem flexível e concebida à medida, concentrando os escassos recursos em intervenções específicas dentro dos ecossistemas da GFP, através do estabelecimento de PTA plurianuais, acordados e inclusivos - formulados através de métodos de orçamentação baseada nos resultados.
- d) Adotar uma abordagem de geometria variável, onde os países optem por entrar e sair de atividades regionais, selecionadas de acordo com as necessidades das respetivas instituições envolvidas. Isso evitará o envolvimento dos participantes em atividades de capacitação irrelevantes e também permitirá um equilíbrio entre os países, tendo cada um a possibilidade de estar “na liderança/ser formador” em algumas ações e “formando” noutras - um equilíbrio que se espera que reforce o interesse e a apropriação dos países pela cooperação regional.

As condições prévias para a implementação bem-sucedida do Pro PALOP-TL ISC foram garantidas e, neste contexto, a ROM<sup>79</sup> ao Pro PALOP-TL ISC (14/12/2017) concluiu que houve ganhos claros que resultaram da intervenção do projeto. A avaliação a meio percurso de todo o projeto (realizada quase no final do período de implementação) constatou que as capacidades das entidades intervenientes e relevantes no contexto do SGFP dos países PALOP-TL foram desenvolvidas de forma sustentável. Todos os quatro indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento<sup>80</sup> (DAC) - eficiência, eficácia, pertinência e sustentabilidade - foram plenamente observados de acordo com essas avaliações.

---

<sup>79</sup> Missão de Seguimento de Resultados (exercício de seguimento interno realizado em projetos de cooperação para o desenvolvimento).

<sup>80</sup> Development Assistance Committee.

## 1.6. IMPACTO E RESULTADOS

O objetivo geral (ao nível do impacto) era o de promover a governação económica nos PALOP e Timor-Leste, reforçando as competências técnicas e funcionais das ISC, Paramentos e sociedade civil.

Em 2011, os PALOP e Timor-Leste estavam abaixo da África Subsaariana no que diz respeito ao controlo de corrupção, segundo os WGI (31,9% e 32,5%, respetivamente). A região de África foi classificada, no mesmo período, com 50% para este índice, enquanto Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique foram classificados com 74,4%, 43,1% e 41,7%, respetivamente (sendo que valores mais elevados implicam melhores desempenhos).

Em 2012, a média dos PALOP para a responsabilização de acordo com o Índice Ibrahim de Governança Africana<sup>81</sup> (IIAG) foi de 43,1 pontos face a 43,3 pontos para a média de África. Cabo Verde foi o segundo país mais bem classificado em África, com 81,7 pontos, seguido por São Tomé e Príncipe e Moçambique com 47,6 pontos e 43,5 pontos, respetivamente.

Apesar dos progressos notáveis registados em Angola e Moçambique na indexação do Orçamento Aberto, todos os PALOP e Timor-Leste avaliados em 2017 foram classificados com valores muito baixos, inferiores a 47 (os dados de Cabo Verde e Guiné-Bissau não estão disponíveis).

A entidade implementadora tinha a expectativa de que as intervenções realizadas durante os 4 anos de implementação contribuíssem, a longo prazo, para transformações no domínio da governação económica nos PALOP e em Timor-Leste, tais como:

- 1) O WGI para o “controlo da corrupção” nos PALOP e em Timor-Leste fosse nivelado com a média na região de África (e não menos de 50%). Em 2016, de acordo com os WGI<sup>82</sup>, enquanto Cabo Verde<sup>83</sup> e São Tomé e Príncipe<sup>84</sup> estavam acima de 50%, Angola<sup>85</sup>, Guiné-Bissau<sup>86</sup>, Moçambique<sup>87</sup> e Timor-Leste<sup>88</sup> ainda estavam bem abaixo desta média.
- 2) Todos os PALOP alcançassem a média africana para o **IIAG na rubrica de prestação de contas**<sup>89</sup>. A avaliação das tendências do

81 Ibrahim Index of African Governance.

82 <http://info.worldbank.org/governance/WGI/#doc>.

83 79%.

84 55%.

85 6%.

86 4%.

87 18%.

88 35%.

89 <http://mo.ibrahim.foundation/iiag/>.

país e a classificação para este índice, no período 2012-16<sup>90</sup>, mostram uma tendência para a “crescente deterioração” em Angola, posicionada no 47º lugar (13,5 pontos), no contexto de 54 países avaliados; Cabo Verde (64,4 pontos) posicionado em 4º lugar; Moçambique (26,4 pontos) posicionado em 38º lugar; a tendência de “pingue-pongue” na Guiné-Bissau (10,8 pontos), classificada em 50º lugar; e uma tendência para uma “melhoria crescente” em São Tomé e Príncipe (39,3 pontos), ocupando o 21º lugar. Como em África a média para o índice no mesmo período foi de 35,8, com a tendência de “desaceleração da melhoria”, a média dos PALOP ficou ligeiramente abaixo, com 30,8 pontos – sendo que Guiné-Bissau, Angola e Moçambique ainda estão bem abaixo desse valor.

- 3) Os PALOP e Timor-Leste estivessem classificados entre os 40 e 60 pontos no **Índice do Orçamento Aberto**<sup>91</sup>. De acordo com o Índice do Orçamento Aberto de 2017<sup>92</sup>, dos países avaliados (Cabo Verde e Guiné-Bissau não o foram), Moçambique (41) e Timor-Leste (40) estavam dentro desse limiar, enquanto São Tomé e Príncipe estava abaixo (31).
- 4) Todos os países beneficiários melhorassem as suas taxas em relação às linhas de base no início do projeto (2013), em particular no que diz respeito ao controlo da corrupção, responsabilização e transparência legislativa. No momento da apresentação do relatório final, não foi possível recolher e sistematizar os dados em todas essas dimensões.

As transformações acima referidas são transformações ao nível do objetivo geral que só podem ser verificadas a longo prazo e que ainda precisam de ser monitorizadas por um longo período de tempo após o término do Pro PALOP-TL ISC. Ainda há muito a ser feito e esta foi uma das razões que motivou o desenvolvimento de uma intervenção de crescimento financiada pela UE, no âmbito do programa de cooperação do 11º FED PALOP-TL.

Não obstante, de acordo com o relatório final da avaliação a meio percurso do projeto, “as atividades e ações implementadas contribuirão, a longo prazo, para alcançar os objetivos propostos”<sup>93</sup> pelo projeto. Os avaliadores observaram, nos seus intercâmbios com os beneficiários do projeto, “sinais de mudança que os beneficiários pretendem promover, e que há provas de que essas transformações não são estranhas às intervenções do Pro PALOP-TL ISC”<sup>94</sup>. Os avaliadores afirmaram que puderam observar “transformações significativas no que diz respeito à publicidade cultural e à prontidão da informação sobre o orçamento e a despesa nos países beneficiários”<sup>95</sup>. As intervenções do projeto “sugeriram novos caminhos e/ou fomentaram iniciativas existentes e já em andamento

90 <http://iiag.online/>.

91 <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-index-rankings/>.

92 <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-index-rankings/>.

93 Relatório Final de Avaliação Intermédia, pág. 17.

94 Idem.

95 Idem.

nas instituições beneficiárias que são responsáveis pelas políticas públicas no campo da execução orçamental<sup>96</sup>. Os/as avaliadoras/es recomendaram que em intervenções futuras, tais como o Pro PALOP-TL ISC, poder-se-ia ampliar o âmbito da intervenção do Governo para a promoção da transparência a nível do objetivo geral, objetivos específicos e resultados esperados.

O objetivo específico (ao nível de resultado) foi melhorar o efetivo controlo externo político, judicial e civil das finanças públicas nos PALOP e TL para um uso mais eficiente dos recursos públicos.

Entre 2008 e 2011, todos os PALOP e Timor-Leste foram classificados abaixo de C +, em relação a todos os indicadores PEFA relevantes para o projeto - PI24 a PI28. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe foram classificados com D em todos os indicadores PEFA relevantes para o projeto (classificação mais baixa existente), enquanto Cabo Verde e Timor-Leste apresentaram classificações entre D + e C +, dependendo do indicador. Moçambique foi o mais bem avaliado, com C + em todos os indicadores.

A entidade implementadora tinha a expectativa de que as intervenções realizadas e os resultados esperados diretamente pelo projeto durante os 4 anos de implementação tivessem contribuído, durante o ciclo de vida do projeto, para transformações no controlo externo dos SGFP nos PALOP e em Timor-Leste, tais como:

- 1) Melhoria da média dos indicadores PEFA relevantes para o projeto para C + nos PALOP e em Timor-Leste. Os países com dados disponíveis para o público (Cabo Verde<sup>97</sup>, Moçambique<sup>98</sup>, São Tomé e Príncipe<sup>99</sup> e Timor-Leste<sup>100</sup>) foram efetivamente capazes de atingir estes objetivos de forma significativa - Timor-Leste alcançou todos.
- 2) Disponibilização atempada de documentos orçamentais<sup>101</sup>. Em 2017,

---

96 Idem.

97 Qualidade e pontualidade nos relatórios infra-anuais (PI24): B; Qualidade e pontualidade das demonstrações financeiras (PI25): C; Âmbito, natureza e seguimento de auditoria externa (PI26): C; Controlo Legislativo da Lei de Orçamento anual Lei de Orçamento Anual (PI27): B+; Controlo Legislativo dos relatórios de auditoria externos (PI28): D+.

98 Qualidade e pontualidade nos relatórios infra-anuais (PI24): B; Qualidade e pontualidade das demonstrações financeiras (PI25): B+; Âmbito, natureza e seguimento de auditoria externa (PI26): C+; Controlo Legislativo da Lei de Orçamento Anual (PI27): C+; Controlo Legislativo dos relatórios de auditoria externos (PI28): C+.

99 Qualidade e pontualidade nos relatórios infra-anuais (PI24): C; Qualidade e pontualidade das demonstrações financeiras (PI25): D+; Âmbito, natureza e seguimento de auditoria externa (PI26): C; Controlo Legislativo da Lei de Orçamento Anual (PI27): B+; Controlo Legislativo dos relatórios de auditoria externos (PI28): D.

100 Qualidade e pontualidade nos relatórios infra-anuais (PI24): C+; Qualidade e pontualidade das demonstrações financeiras (PI25): A; Âmbito, natureza e seguimento de auditoria externa (PI26): C+; Controlo Legislativo da Lei de Orçamento Anual (PI27): B+; Controlo Legislativo dos relatórios de auditoria externos (PI28): C+.

101 (1) Demonstração pré-orçamental; (2) Proposta de orçamento do executivo; (3) Orçamento promulgado; (4) Relatórios infra-anuais; (5) Revisão semestral; (6) Relatório de final de ano; (7) Relatório de auditoria; (8) Orçamento Cidadão.

de acordo com a OGP<sup>102</sup>, para os países abrangidos pelo OBS, Angola<sup>103</sup> e São Tomé e Príncipe<sup>104</sup>, ainda era necessário aumentar o número de documentos orçamentais disponibilizados ao público em tempo útil, por seu lado, Moçambique<sup>105</sup> e Timor-Leste<sup>106</sup> registaram progressos. Todos esses países (incluindo Cabo Verde e Guiné-Bissau) conseguiram disponibilizar ao público, de forma atempada, os documentos orçamentais mais importantes (proposta de orçamento do executivo, orçamento promulgado, relatórios durante o ano, relatórios anuais e relatório de auditoria).

- 3) Conformidade das ISC nos países beneficiários com os padrões internacionais estabelecidos pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo<sup>107</sup> (INTOSAI). Com a promulgação da nova lei de controlo externo e organização das ISC em Cabo Verde, todos os PALOP e Timor-Leste têm agora os instrumentos legais alinhados com os padrões da INTOSAI. Mais poderia ser alcançado no que respeita à autonomia das ISC do Tribunal Administrativo em Moçambique e do Tribunal de Recurso em Timor-Leste.

Na senda das linhas de base e metas estabelecidas, as intervenções e os resultados esperados do projeto contribuíram mais especificamente para as seguintes transformações ao nível dos objetivos específicos.

Em relação às capacidades de controlo externo das ISC:

- ✓ Em Angola, a credibilidade da ISC aumentou de forma exponencial, cerca de 50 auditores/as receberam formação no âmbito da pós-graduação em GFP pelo ISCTE-IUL, sendo que alguns/algumas delas/es estão agora a candidatar-se ao cargo de juizes/as.
- ✓ Em Cabo Verde, o enquadramento jurídico da ISC foi revisto para garantir a conformidade com os requisitos ISSAI e INTOSAI, tendo a ISC de Cabo Verde, pela primeira vez, participado num exercício autónomo do quadro de avaliação de desempenho das ISC e sido selecionada para realizar revisões/auditorias aos pares da União Africana pois, entre outros motivos, tem auditores/as que cumprem

102 <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/results-by-country/country-info/>.

103 Apenas documentos de orçamentais (2), (3) e (8) que foram publicados atempadamente. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/angola-open-budget-survey-2017-summary-english.pdf>.

104 Apenas documentos orçamentais (2), (3) e (4) que foram publicados atempadamente. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/sao-tome-e-principe-open-budget-survey-2017-summary-english.pdf>.

105 Todos os documentos orçamentais foram publicados atempadamente, com exceção da revisão semestral. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/mozambique-open-budget-survey-2017-summary-english.pdf>.

106 Apenas demonstrações pré-orçamentais e revisões semestrais não foram tornados públicos. Fonte: <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/timor-leste-open-budget-survey-2017-summary-english.pdf>.

107 International Organisation of Supreme Audit Institutions.

os requisitos técnicos para realizar estas auditorias em sistemas baseados em IPSAS.

- ✓ Na Guiné-Bissau, pela primeira vez, a ISC pôde produzir o relatório de auditoria para os anos fiscais de 2009-10 e padronizar SOP para as/os administradores/as públicas/os sobre como apresentar as contas públicas.
- ✓ Em Moçambique, a ISC foi capaz de realizar o primeiro exercício do quadro de avaliação de desempenho das ISC de forma totalmente autónoma, a ISC tem agora a capacidade de descentralizar as suas instalações de recursos humanos para cobrir centros regionais e um dos diretores da ISC foi escolhido para ser o presidente do Comité de Auditoria da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.
- ✓ Em São Tomé e Príncipe, a ISC publicou e socializou amplamente o seu Plano Estratégico e os SOP para a apresentação de contas públicas, consolidando o seu desenvolvimento institucional com a abertura da nova sede.
- ✓ A OISC|CPLP identificou como principal objetivo de ação para o Plano Estratégico 2017-21, contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, através de auditorias colaborativas nos domínios da proteção do ambiente e igualdade de género.

Em relação à observância da transparência orçamental pelo poder executivo:

- ✓ Em Angola, a agenda do novo executivo centra-se na promoção da transparência das contas públicas.
- ✓ Em Cabo Verde, a Lei do Orçamento do Estado para 2018 inclui um capítulo sobre Orçamentação Sensível ao Género (OSG), com mais de 90% dos projetos já marcados com um marcador de género específico e a escala de marcadores de género é adotada como metodologia para integrar o género nos Orçamentos do Estado.
- ✓ Na Guiné-Bissau, os relatórios trimestrais das despesas são agora apresentados nas assembleias municipais organizadas pelo MF, resultando na publicação atempada desses relatórios em dois idiomas.
- ✓ Em Moçambique, a ferramenta utilizada para marcar as alocações de género no Orçamento do Estado pode agora ser operacionalizada pelo MF e através de SOP, garantindo que o seguimento das recomendações da ISC feita pela Inspeção Geral das Finanças seja agora amplamente partilhada nas unidades locais e centrais descentralizadas.

Em relação à fiscalização do Orçamento do Estado e monitoria social da despesa pública:

- ✓ Em Angola, em fevereiro de 2018, pela primeira vez, o Parlamento aprovou a resolução do Orçamento do Estado com a exigência de incluir a escala do marcador de género nos documentos do Orçamento do Estado; o Parlamento adotou a transparência ao público como um dos principais eixos da nova legislatura; a plataforma das OSC desenvolveu uma análise sobre a proposta de alocações no orçamento do Governo para a proteção das crianças, a qual foi intermediada pelo Parlamento e resultou na alteração da proposta de orçamento do executivo.
- ✓ Em Cabo Verde, o Parlamento e o executivo chegaram a acordo sobre uma iniciativa legislativa que ratifica a OGP e a iniciativa de transparência legislativa; o Parlamento adotou um plano específico de transparência legislativa; e a OSC criou, pela primeira vez, um fórum para fiscalização social da GFP.
- ✓ Na Guiné-Bissau o Parlamento produziu, pela primeira vez, um manual de banda desenhada sobre ética parlamentar em língua crioula, tendo promovido uma exposição itinerante do manual em painéis apresentados em todas as regiões; membros do Parlamento, ligados/as à fiscalização parlamentar da despesa com enfoque no género, comissões orçamentais e outras comissões relevantes, realizaram missões de fiscalização no terreno transversais à supervisão das fontes de receita e despesa pública; uma plataforma de OSC produziu uma pesquisa de orçamento baseada na metodologia IBP avaliando o MF e o Parlamento.
- ✓ Em Moçambique, o Parlamento começou a estabelecer o seu primeiro gabinete legislativo independente para análise do Orçamento do Estado e despesas públicas, em linha com as melhores práticas; a OSC desenvolveu um programa de formação misto baseado nos cursos *eLearning Pro PALOP-TL* sobre SGFP.
- ✓ Em São Tomé e Príncipe, as Comissões Parlamentares e plenárias podem agora trabalhar de forma mais eficiente devido à modernização das TIC dos sistemas de registo e votação e, pela primeira vez, o IOA das OSC tem a participação ativa e o reconhecimento do MF.
- ✓ Em Timor-Leste as Comissões Parlamentares podem agora trabalhar de forma mais eficiente devido à modernização das TIC nos sistemas de registo.
- ✓ Os Parlamentos dos PALOP-TL estabeleceram uma CoP de

Comissões Parlamentares de Orçamento, para discutir a fiscalização parlamentar de documentos orçamentais e contas ao longo dos ciclos orçamentais.

- ✓ As OSC Pro PALOP-TL ISC que beneficiaram do financiamento do projeto para desenvolver e implementar a monitoria social da GFP estão agora organizadas numa CoP.

Estes progressos são transformações significativas ao nível do objetivo específico que não resultaram da intervenção direta do Pro PALOP-TL ISC mas, as recentes contribuições do projeto para essas transformações são inegáveis e empiricamente verificáveis.

O relatório final da avaliação a meio percurso considerou que “as intervenções do Pro PALOP-TL ISC contribuíram, direta ou indiretamente, para promover a governação económica nos PALOP e Timor-Leste e para reforçar as capacidades técnicas e funcionais das ISC, Parlamentos e sociedade civil”<sup>108</sup> nesses países.

Os/as avaliadoras/es identificaram deficiências na conceção dos indicadores e metas, tanto ao nível dos objetivos específicos, como dos resultados esperados, relacionados, maioritariamente, com o elevado número de indicadores, a falta de metas a médio prazo e, em alguns casos, com o facto de os indicadores não terem sido considerados muito Específicos, Mensuráveis, Acessíveis, Realistas e Limitados no Tempo<sup>109</sup> (SMART). Foi recomendado que estes fossem amplamente revistos nas próximas intervenções, para permitir um melhor seguimento e avaliação<sup>110</sup>.

---

108 Relatório Final da avaliação a meio percurso, pág. 21.

109 Specific, Measurable, Achievable, Realistic and Time Bound.

110 Idem.

## 1.7. RESULTADOS ESPERADOS

Através das suas atividades e intervenções, o projeto visava alcançar dois resultados que contribuíam diretamente para os objetivos específicos:

### **O1/R1.**

Reforço das capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e TL, num contexto de aprendizagem conjunta.

Este primeiro resultado assegurou a transferência de capacidades, ferramentas e práticas para as ISC e MF nos PALOP e Timor-Leste, desencadeando transformações que aumentaram o controlo externo e independente sobre a GFP nesses países.

### **R2/O2.**

Análise documentada do desenvolvimento das capacidades de supervisão das finanças públicas dos Parlamentos e da sociedade civil nos PALOP e TL, num contexto de aprendizagem conjunta.

Este segundo resultado melhorou a supervisão política e a monitoria social da ação do Governo e das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste, para cumprir os princípios democráticos que cumprem os padrões de publicidade e credibilidade das contas públicas.

De acordo com a lógica de intervenção plurinacional do projeto, este processo de reforço de capacidades e sistemas foi facilitado pela cooperação sul-sul e triangular, envolvendo a ISC, MF, Parlamentos, Parlamentares, OSC, plataformas regionais de

GFP e OSC nos PALOP-TL, Brasil e Portugal. As fundações de tal instalação capitalizaram as antigas tradições de cooperação bilateral PALOP-TL e as iniciativas de cooperação existentes na CPLP. O contexto plurinacional dos PALOP e TL permitirá o estabelecimento de mecanismos de revisão pelos pares que beneficiam os Parlamentos e as OSC, num contexto de experiência comparativa e maior acesso à informação.

De acordo com o resultado de duas Missões de Seguimento de Resultados<sup>111</sup> (ROM)<sup>112</sup> e uma avaliação intermédia<sup>113</sup>, realizadas ao Pro PALOP-TL ISC, o projeto teve um impacto positivo e sustentável nos SGFP dos países PALOP-TL. O Pro PALOP-TL ISC alcançou uma maior transparência nas ISC, MF e Parlamentos (em especial Comissões Parlamentares de Orçamento) e envolvimento público no processo orçamental, como mencionado na ROM do projeto (dezembro de 2017). Em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, onde estas relações ainda se encontram numa fase mais incipiente e enfrentam desafios reportados em inquéritos e avaliações como as do IOA e PEFA, a intervenção do projeto foi fundamental na qualidade de “intermediário”, facilitador e promotor do acesso ao conhecimento e boas práticas.

Por outro lado, todas as avaliações do projeto reconhecem a necessidade de aumentar o apoio à sociedade civil e à participação pública nos processos orçamentais e apoiar ainda mais o executivo (MF) na promoção da transparência fiscal e orçamental. Por

111 Results Oriented Monitoring.

112 O 1º relatório ROM foi submetido em 20/11/2015 e a 2ª proposta ROM foi apresentada em dezembro de 2017.

113 A Avaliação Semestral do Relatório Final foi apresentada ao PNUD de Cabo Verde em abril de 2017.

razões bem documentadas e relacionadas com o início tardio das atividades de apoio às OSC, o reforço da monitoria social da SGFP, a promoção das capacidades para garantir a simplificação da informação orçamental e a limitação do âmbito de intervenção, a fim de excluir o controlo interno da SGFP, não foram suficientemente desenvolvidos no âmbito do Pro PALOP-TL ISC.

As avaliações do projeto<sup>114</sup> também foram consistentes em reconhecer o impacto e o papel fundamental da cooperação sul-sul e triangular, aprendizagem pelos pares e trocas de experiências, envolvendo instituições e beneficiários, como instrumento de capacitação e assistência técnica<sup>115</sup>. O ambiente criado pelo Pro PALOP-TL ISC, através de atividades de capacitação e fóruns de discussão, proporcionados pela aprendizagem e trocas entre pares, foi considerado essencial para alcançar alguns resultados nacionais críticos e também para gerar confiança entre as partes interessadas.

A ROM<sup>116</sup> mais recente destacou os seguintes benefícios da intervenção do projeto: (i) CoP de GFP coesas e dinâmicas, que incluem Governos e Parlamentos (particularmente comissões e administrações orçamentais), ISC e OSC começaram a ganhar terreno e a abordar questões importantes de política e governação; (ii) sistematização e forte apropriação nacional de ferramentas e métodos de capacitação inovadores; (iii) progresso no controlo externo da GFP e transparência orçamental;

(iv) forte apropriação da lógica e objetivos da intervenção, confiança e apoio das instituições beneficiárias relativamente aos produtos e Unidade de Gestão do Programa (UGP) (instituída pelo PNUD Cabo Verde, com pontos de contacto em cada escritório do PNUD|PALOP-TL).

Nas avaliações mencionadas foi considerado que a metodologia adotada, isto é, a elaboração participativa dos PTA de cada país através de atividades regionais, permitiu que o projeto respondesse prontamente e com flexibilidade às exigências dos beneficiários, em domínios de governação que, de outra forma, continuariam fechados. Como referido anteriormente, não nos surpreendeu que o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul<sup>117</sup> (UNOSSC)<sup>118</sup> tenha considerado o Pro PALOP-TL ISC como uma iniciativa inovadora e uma das **melhores práticas de cooperação sul-sul e triangular utilizadas para promover a implementação do ODS 16 nos PALOP e Timor-Leste**<sup>119</sup>.

114 A Avaliação Semestral do Relatório Final foi apresentada ao PNUD de Cabo Verde em abril de 2017. O 1º Relatório ROM foi submetido em 20/11/2015 e a 2ª proposta ROM foi apresentada em dezembro de 2017.

115 Como também reconhecido pela UE e pela ONU em diversos documentos: a Declaração Conjunta da VI Cimeira Brasil-UE (Brasília, 24/01/2013), na Carta de Brasília (anexo 5), no relatório político 8104 (março de 2013) emitido pelo Observatório Europeu de Parcerias Estratégicas e pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação sul-sul (UNOSSC) <https://www.unsouthsouth.org/2016/05/30/good-practices-in-south-south-and-triangular-cooperation-for-sustainable-development-2016/> em cooperação sul-sul e triangular para o desenvolvimento sustentável.

116 Exercício de seguimento orientado para os resultados, elogiado pela delegação e implementado de junho a setembro de 2017.

117 United Nations Office for South-South Cooperation.

118 <https://www.unsouthsouth.org/>.

119 <https://www.unsouthsouth.org/library/publications/good-practices-in-sstc-for-sustainable-development/>.

## 1.7.1. RESULTADO 1

Como referido anteriormente, uma revisão documental aprofundada usando os indicadores do IIAG, WGI, documentos do BM sobre fiscalização parlamentar orçamental e indicadores PEFA, permitiu avaliar as capacidades e o contexto relativo ao controlo externo dos SGFP assegurado pela ISC nos PALOP e Timor-Leste. Seguem-se as linhas de base recolhidas no início do projeto, com base na análise documental realizada no 3º trimestre de 2013.

Entre 2006 e 2012, a maioria dos PALOP e Timor-Leste apresentaram melhorias no campo de apresentação, classificação/categorização de despesas públicas e identificação de fontes de receita, incluindo dados ao nível dos programas, na proposta de orçamento do executivo ou documentação de apoio ao orçamento - de acordo com os padrões internacionais.

Até 2012, os relatórios anuais sobre as despesas reais começaram a cobrir a maioria, se não todas as despesas (organizadas por unidade administrativa, classificação económica e/ou função), comparando as despesas reais do ano (todas as despesas) com a estimativa original para esse período (com base no orçamento promulgado), cobrindo as receitas reais de todas as fontes de receita.

Apesar dos progressos alcançados, ainda havia a necessidade de melhorias críticas para que os países PALOP e Timor-Leste que facultassem pouca ou nenhuma informação orçamental, passassem a ter informações orçamentais mínimas e disponibilizassem algumas. Havia ainda falta de informação sobre o impacto dos diferentes pressupostos macroeconómicos e propostas de políticas sobre despesas nos orçamentos; nas transferências para empresas públicas, pelo menos durante o exercício

orçamental; sobre fontes de assistência prestada por doadores (apoios financeiros e em espécie); nas ligações entre o orçamento proposto e as metas políticas declaradas pelo Governo para um período plurianual (de pelo menos dois anos além do exercício orçamental); relacionados com indicadores de desempenho para programas de despesas e metas alcançáveis relacionadas com esses indicadores; declaração pré-orçamental, relatórios semestrais e relatórios de fim de ano.

Além disso, era importante abordar as deficiências relacionadas com auditorias de contas/despesas públicas, uma vez que as contas auditadas finais não foram concluídas no período de 24 meses após o final do ano fiscal, ou não foram divulgadas ao público. Em Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a maior parte das despesas não foram auditadas, os relatórios não foram divulgados ao público ou foram divulgados passados mais de 24 meses após o final do ano fiscal. Na maioria desses países, a ISC não disponibilizou as auditorias públicas de fundos extraorçamentais, nem auditou esses fundos, pelo que tal relatório não foi divulgado passados mais de 24 meses após o final do ano fiscal; o executivo não relatou as medidas tomadas para abordar os resultados da auditoria da ISC e os legisladores não receberam os relatórios de auditoria. A ISC desses países não divulgou ao público um relatório que acompanhasse as ações tomadas pelo executivo para incorporar as recomendações de auditoria. O Orçamento Cidadão não foi publicado em nenhum PALOP nem em Timor-Leste.

Num estágio posterior, durante o processo de desenvolvimento dos PTA na fase inicial do projeto, foi feita uma atualização da avaliação

com base nas observações e discussões com os detentores e beneficiários dos direitos. Esta avaliação está disponível no *site*<sup>120</sup> do projeto.

A entidade implementadora tinha a expectativa de que as intervenções realizadas e as atividades implementadas diretamente pelo projeto durante os 4 anos de implementação produzissem, durante o ciclo de vida do projeto, transformações no controlo externo da SGFP nos PALOP e em Timor-Leste, tais como:

1. Que Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste tivessem algumas informações importantes sobre a despesa pública, constantes em propostas de orçamento do executivo (e documentos orçamentais), relatórios semestrais, anuais e relatórios de auditoria.
2. Que Cabo Verde e Moçambique estivessem entre os países com ampla informação sobre a despesa pública, através dos instrumentos acima referidos.

3. Não houvesse ausência de informação sobre a despesa pública, em nenhum país beneficiário, através dos instrumentos acima referidos.
4. Pelo menos 360 pessoas (funcionárias/os da ISC, da OSC e da comunicação social) recebessem formação em controlo externo das contas públicas, questões de auditoria e supervisão das finanças públicas.
5. Pelo menos 30 auditores/as dos PALOP e da ISC de Timor-Leste fossem formadas/os como formadores/as em questões de controlo externo e auditoria.
6. A OISC|CPLP utilizasse em todas as atividades de formação os auditores PALOP e Timor-Leste ISC (formadoras/es profissionais).

Considerando o acima descrito, os resultados do Pro PALOP-TL ISC que reforçaram as capacidades das ISC para realizar auditorias (de conformidade financeira e auditorias de desempenho) e produzir os relatórios de auditoria em tempo útil, dotados de independência, informação detalhada, abrangência e acessíveis ao público estão resumidos abaixo:

---

120 <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/cabo-verde>.

- Oitocentos/as e doze juízas/es, auditores/as e funcionárias/os das ISC de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste formados/as em diferentes domínios de auditoria externa para garantir um controlo externo eficiente da SGFP. Entre eles/as, os relatórios sublinham:
  - ▶ Trinta e duas/dois auditores/as dos ISC dos PALOP e de Timor-Leste foram formadas/os como formadores/as pela ISC do Brasil (TCU<sup>121</sup>) em SAI-PMF - uma ferramenta aprovada pela INTOSAI para avaliar as capacidades da ISC de assegurar um controlo externo independente e eficiente do SGFP. Destes/as 32 auditoras/es credenciados/as, 20 facilitaram sessões de familiarização da ISC-PFM com outras/os auditores/as e juízas/es da ISC dos PALOP-TL. De entre estes/as, 12 auditores/as credenciadas/os formaram a equipa que reviu o instrumento por forma a adaptá-lo aos contextos legais e institucionais da CPLP.
  - ▶ Vinte e sete auditoras/es das ISC dos PALOP e de Timor-Leste participaram num curso on-line à distância, fornecido pelo TCU sobre métodos e técnicas de auditoria de desempenho. Destes, 16 foram aprovados/as e acreditadas/os - 59,2% da turma.
  - ▶ Sessenta e quatro auditores/as das ISC de Angola participaram num curso de pós-graduação em GFP desenhado para responder às exigências das ISC. Este programa académico foi desenvolvido e implementado pelo ISCTE-IUL em parceria com a ISC de Portugal permitindo a atribuição de um diploma de pós-graduação a, pelo menos, 58 pessoas – correspondentes a 90,6% da turma.
- Duzentos/as e quarenta e quatro juízas/es, auditores/as e funcionárias/os da ISC e de outras instituições de controlo externo de informação, foram alvo de campanhas de sensibilização realizadas pela ISC sobre controlo externo/auditoria de assuntos respeitantes ao SGFP.

Apesar da transparência orçamental e da publicação atempada de documentos orçamentais detalhados nunca terem sido um resultado esperado do projeto, esta última é considerada uma variável independente importante para o projeto - sem acesso a informações orçamentais e de despesas, independentemente do nível de capacitação das ISC, dos

121 Ponto focal da INTOSAI para aplicar a ferramenta SAI-PMF em língua portuguesa.

Parlamentos, parlamentares e OSC, não é possível exercer a fiscalização parlamentar do controlo externo e a monitoria social da SGFP.

Os resultados esperados do Pro PALOP-TL ISC elencados abaixo contribuíram para a melhoria das capacidades dos MF na GFP e publicação atempada de relatórios de despesas detalhados ao longo do ano fiscal:

- Formação em transparência orçamental e GFP de 1.109 funcionários/as dos MF em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.
- Envolvimento de 290 funcionárias/os dos MF em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em campanhas de informação e sensibilização sobre transparência orçamental e GFP.
- Formação de 133 funcionárias/os do Governo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em OSG. Em 2017, o Governo de Cabo Verde conseguiu desenvolver e integrar uma escala de quatro níveis de marcadores de género no orçamento de 2018, simultaneamente, funcionários/as do MF em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe foram familiarizadas/os e formados/as na metodologia de OSG.

Estes resultados contribuíram para as seguintes transformações ao nível dos objetivos específicos:

- ✓ Em Angola, a agenda do novo executivo está focada em promover a transparência das contas públicas;
- ✓ Em Cabo Verde, a Lei do Orçamento do Estado de 2018 inclui um capítulo sobre OSG, com mais de 90% dos projetos já marcados com um marcador de género específico sendo que a escala de marcadores de género foi adotada como metodologia para integrar o género nos Orçamentos do Estado;
- ✓ Na Guiné-Bissau, os relatórios de despesas trimestrais são agora apresentados em reuniões nos municípios, organizadas pelos MF que resultam na publicação atempada dos relatórios em duas línguas;
- ✓ Em Moçambique, a ferramenta para marcar as alocações de género no Orçamento do Estado pode agora ser operacionalizada pelo MF e através de SOP, para assegurar que o seguimento das recomendações da ISC pela Inspeção Geral das Finanças seja agora amplamente partilhado nas unidades locais e centrais descentralizadas.

Além dos resultados esperados quantitativos do projeto, em fevereiro de 2017, o projeto reuniu 70 representantes das instituições beneficiárias

numa **Grande Conferência sobre o controlo externo do SGFP nos PALOP e em Timor-Leste, para medir o impacto do projeto**<sup>122</sup>. As conclusões e os testemunhos permitiram que a entidade implementadora recolhesse dados sobre os indicadores e metas qualitativos/as dos resultados esperados, os quais são mais difíceis de avaliar. Infra segue o resumo desses testemunhos e conclusões para o período 2013-2016:

- As ISC dos PALOP-TL realizaram 456 exercícios de auditorias a contas públicas.
- Todos as ISC dos PALOP-TL tinham planos de melhoria de capacidade de desenvolvimento/formação/reforço profissional.
- Cinco auditores das ISC nos PALOP-TL (ISC de Moçambique) participaram em avaliações pelos pares.
- Utilização de sistemas integrados de informação de GFP no trabalho de 50% das ISC dos PALOP-TL.
- Foram elaborados, tempestivamente, pelas ISC dos PALOP-TL 72 relatórios, acessíveis e objetivos.
- Todas as ISC dos PALOP-TL desenvolveram *sites* e usam outros mecanismos de comunicação social e redes sociais para disponibilizar e tornar acessível o seu trabalho e respetivos resultados.
- Todas as ISC dos PALOP-TL produziram e aprovaram planos estratégicos nacionais e planos de trabalho operacionais. A OISC|CPLP produziu e aprovou o plano estratégico regional das ISC da CPLP.
- Foi estabelecido com sucesso um acordo de cooperação com a OISC|CPLP, concretizado no âmbito do financiamento da Iniciativa de Desenvolvimento das Instituições Superiores de Controlo<sup>123</sup> (INTOSAI-HDI).
- Foi celebrado um acordo de cooperação com o IGEF, que se concretizou com sucesso, permitindo a pós-graduação de 60 quadros superiores dos MF dos PALOP.
- Foram elaborados manuais sobre os procedimentos das ISC em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que abrangem domínios variados, desde ética e deontologia à elaboração de relatórios de auditoria.

---

122 13-17 fevereiro 2017, Bissau, Guiné-Bissau. Fonte: [https://eeas.europa.eu/delegations/panama/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor\\_en](https://eeas.europa.eu/delegations/panama/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor_en).

123 International Organisation of Supreme Audit Institutions Development Initiative.

- A plataforma OISC|CPLP consolidou a parceria com o Pro PALOP-TL ISC para a partilha de boas práticas entre as ISC nos PALOP e em Timor-Leste.
- Foi adquirido hardware e/ou software e utilizado com sucesso para melhorar a eficiência no trabalho da ISC em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Estes resultados contribuíram para as seguintes transformações ao nível dos objetivos específicos:

- ✓ Em Angola, a credibilidade da ISC aumentou exponencialmente e muitos/as auditoras/es estão agora a candidatar-se à posição de juízes/as;
- ✓ Em Cabo Verde, o enquadramento jurídico da ISC foi revisto para assegurar a conformidade com os requisitos ISSAI e INTOSAI. A ISC de Cabo Verde, pela primeira vez, participou num exercício autónomo do SAI-PMF) e foi selecionada para realizar revisões/auditorias aos pares da União Africana uma vez que, entre outras especificidades, tem auditores/as que estão tecnicamente em conformidade com os requisitos para levar a cabo estas auditorias nos sistemas baseados nas IPSAS;
- ✓ Na Guiné-Bissau, pela primeira vez, a ISC pôde produzir o relatório de auditoria para os anos fiscais de 2009-10 e padronizar os SOP para administradores/as públicas/os sobre como apresentar as contas públicas;
- ✓ Em Moçambique, a ISC foi capaz de realizar o primeiro exercício do quadro de avaliação de desempenho das ISC, de forma totalmente autónoma, a ISC tem agora a capacidade de descentralizar os seus recursos humanos para cobrir centros regionais, e um dos diretores da ISC foi escolhido para ser o presidente do comité de auditoria da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;
- ✓ Em São Tomé e Príncipe, a ISC publicou e socializou amplamente o seu plano estratégico e os SOP para a apresentação de contas públicas, consolidando o seu desenvolvimento institucional com a abertura da nova sede.

## 1.7.2. RESULTADO 2

Como referido acima, uma revisão documental aprofundada usando os indicadores do WGI, IAG, documentos do BM sobre a fiscalização parlamentar orçamental e indicadores PEFA, permitiu avaliar as capacidades e o contexto relativo ao controlo externo do SGFP assegurado pela ISC nos PALOP e Timor-Leste. Seguem-se as linhas de base recolhidas no início do projeto, reunidas na análise documental realizada no 3º trimestre de 2013.

Os Parlamentos nos PALOP e em Timor-Leste não se encontravam a divulgar ao público um relatório de seguimento das ações tomadas pelo executivo para incorporar as recomendações de auditoria. Em qualquer um dos PALOP e Timor-Leste, o Orçamento Cidadão não foi publicado. Num estágio posterior, durante a fase inicial do projeto, no processo de desenvolvimento dos PTA, foi feita uma atualização da avaliação com base nas observações e discussões com as/os detentores/as e beneficiários/as dos direitos. Esta avaliação está disponível no [site](#)<sup>124</sup> do projeto.

A entidade implementadora tinha a expectativa que as intervenções realizadas e as atividades implementadas diretamente pelo projeto durante os 4 anos de implementação produzissem, durante o ciclo de vida do projeto, transformações na fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP nos PALOP e em Timor-Leste, tais como:

- 1) Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste tivessem algumas informações significativas sobre as despesas públicas, fornecidas pela fiscalização parlamentar, pelos relatórios e orçamento cidadão.

- 2) Pelo menos 1.600 pessoas (funcionárias/os da administração do Parlamento e comissões especiais, deputados/as, funcionárias/os das OSC/ ONG/ Organizações Comunitárias de Base, profissionais de comunicação social) nos PALOP e em Timor-Leste, fossem formadas na supervisão das finanças públicas, controlo externo das contas públicas e em matéria de auditoria.
- 3) A plataforma *eLearning* AGORA e os manuais mais relevantes estivessem disponíveis na língua portuguesa.
- 4) Todas/os os/as funcionárias/os de apoio das Comissões Especiais do Parlamento dos PALOP e Timor-Leste (consultores/as e especialistas) fossem acreditadas/os ao abrigo da formação *eLearning* sobre a supervisão do Parlamento.
- 5) Uma plataforma de sociedade civil plurinacional dos PALOP e Timor-Leste fosse constituída para abordar a nível nacional e internacional os desafios e questões relacionadas com o controlo externo civil, corrupção e transparência governamental e das/os funcionárias/os públicas/os nos PALOP e em Timor-Leste.
- 6) Todos os PALOP e Timor-Leste tivessem iniciativas e formações da sociedade civil que abordassem o controlo externo das contas e despesas públicas.

Tendo em conta o acima exposto, os resultados do Pro PALOP-TL ISC que promoveram as capacidades dos Parlamentos, para

<sup>124</sup> <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/cabo-verde>.

assegurar uma forte fiscalização orçamental e transparência legislativa, e reforçaram as capacidades das OSC para monitorizar as despesas públicas, participar nos processos orçamentais, simplificar as informações orçamentais e relativas a despesas e disponibilizá-las ao público, estão resumidas abaixo:

- Formação e acreditação de 1151 deputadas/os, funcionários/as parlamentares e membros da sociedade civil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste em monitoria social do SGFP e análise/simplificação da informação orçamental.
- Envolvimento de 777 pessoas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste em campanhas de informação e sensibilização levadas a cabo pelos Parlamentos e OSC sobre fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP.
- Familiarização e formação de 450 deputadas/os, funcionários/as parlamentares e OSC em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste em OSG, bem como numa abordagem padronizada à fiscalização parlamentar da despesa com enfoque no género.

Além dos resultados quantitativos do projeto acima, em fevereiro de 2017, o projeto reuniu 70 representantes das instituições beneficiárias numa **Grande Conferência sobre o controlo externo do SGFP nos PALOP e em Timor-**

**Leste para medir o impacto do projeto**<sup>125</sup>. As conclusões e os testemunhos permitiram que a entidade implementadora recolhesse dados mais difíceis de obter, relativos a indicadores e metas de resultados qualitativos/as. Eis o resumo desses testemunhos e conclusões, para o período 2013-2016:

- ◆ Em média, foram solicitadas 22 audiências por ano, pelos Parlamentos nos PALOP e em Timor-Leste.
- ◆ Em média foram realizadas 6 sessões de audiência por ano, no Parlamento com a presença do Tribunal de Contas nos PALOP-TL.
- ◆ Em média foram solicitados pelo Parlamento 23 relatórios por ano, relativos à execução orçamental.
- ◆ Participação de 270 membros do Parlamento e deputadas/os dos PALOP e TL atividades de revisão entre pares.
- ◆ Realização de uma reforma legal para melhorar as capacidades de auditoria da ISC de Cabo Verde.
- ◆ Realização de 40 reuniões, 22 audições públicas e 33 relatórios disponíveis das Comissões Parlamentares sobre finanças públicas, contas e despesas nos países participantes.
- ◆ Organização de audiências e reuniões públicas pelo legislativo com a participação do público/OSC em Moçambique (2), Angola (2) e Timor-Leste (3).
- ◆ Maior cobertura mediática sobre questões orçamentais nos países

125 13-17 de fevereiro de 2017, Bissau, Guiné-Bissau. Fonte: [https://eeas.europa.eu/delegations/panama/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor\\_en](https://eeas.europa.eu/delegations/panama/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor_en).

participantes, incluindo artigos sobre responsabilização orçamental, relatórios e recomendações do Tribunal de Contas em todos os PALOP e Timor-Leste.

- ◆ Elaboração de relatórios e análises feitos pelas OSC sobre Orçamentos do Estado, contas públicas e relatórios de despesas em Angola (4), Moçambique (pelo menos 5), São Tomé e Príncipe (3) e Timor-Leste (4). Em 2017, Cabo Verde (2) e Guiné-Bissau (2) elaboraram análises sobre relatórios de despesas com o apoio do Pro PALOP-TL ISC.
- ◆ Frequência, disponibilidade e regularidade dos instrumentos de monitoria das OSC nos níveis de implementação das recomendações das ISC (relatórios e documentos de análise) apenas em Timor-Leste (5).
- ◆ As recomendações feitas aos relatórios das OSC sobre documentos orçamentais foram tidas em conta nas audições e relatórios das Comissões Parlamentares e nos relatórios/recomendações das ISC em Angola (1), Moçambique (1 relatório) e Timor-Leste (4).

Estes resultados contribuíram para as seguintes transformações ao nível dos objetivos específicos:

- ✓ Em fevereiro de 2018, pela primeira vez, o Parlamento angolano aprovou a resolução do Orçamento do Estado, com a exigência de incluir o marcador do género nos documentos do Orçamento do Estado; o Parlamento adotou a transparência ao público como um dos principais eixos da nova legislatura e intermediou uma

análise da plataforma da OSC sobre a proposta de alocação da proteção das crianças na proposta de orçamento do executivo, que resultou na alteração da proposta de orçamento do executivo.

- ✓ Em Cabo Verde, o Parlamento e o executivo chegaram a acordo sobre uma iniciativa legislativa que ratifica a Parceria para Governo Aberto e a iniciativa de transparência legislativa; o Parlamento adotou um plano de ação legislativo específico; e a OSC criou, pela primeira vez, um fórum para a monitoria social da GFP.
- ✓ Na Guiné-Bissau o Parlamento produziu, pela primeira vez, um manual de banda desenhada sobre ética parlamentar em língua crioula, que teve também uma exposição itinerante do manual em painéis apresentados em todas as regiões; pela primeira vez, deputadas/os das Comissões de Orçamento e de outros campos relevantes realizaram visitas ao terreno transversais, visando fontes de receita pública e não apenas as fontes de despesa pública. Foi realizada, pela primeira vez, uma pesquisa de orçamento baseada na metodologia IBP avaliando MF, ISC e Parlamento, por uma plataforma de OSC.
- ✓ Em Moçambique, o Parlamento começou a estabelecer o seu primeiro gabinete legislativo independente para análise orçamental e de despesas, em linha com as melhores práticas e a OSC desenvolveu um programa de formação misto baseado nos cursos *eLearning* Pro PALOP-TL sobre SGFP.

- ✓ Em São Tomé e Príncipe, as Comissões Parlamentares e plenárias podem agora trabalhar de forma mais eficiente graças à atualização das TIC dos sistemas de registo e votação e, pela primeira vez, o IOA das OSC teve a participação ativa e o reconhecimento do MF.
- ✓ Em Timor-Leste as Comissões Parlamentares podem agora trabalhar de forma mais eficiente devido à atualização das TIC dos sistemas de registo.

As seguintes concretizações do Pro PALOP-TL ISC - no âmbito da promoção da aprendizagem conjunta, troca de experiências entre pares para o desenvolvimento de capacidades, realização de CoP centradas na partilha de boas práticas e promoção de agendas estratégicas de desenvolvimento no domínio da SAI-PMF – são transversais aos resultados esperados:

- Formação de 3.450 pessoas dos países PALOP-TL, entre elas juízas/es e auditores/as da ISC, deputadas/os, membros do Parlamento e da sociedade civil, através de cursos *eLearning* e iniciativas presenciais utilizando a cooperação sul-sul e triangular, aprendizagem pelos pares, trocas de experiências e boas práticas para desenvolver competências, ferramentas e métodos de fortalecer a auditoria externa, fiscalização parlamentar orçamental, monitoria social do SGFP e simplificação de informações orçamentais, recorrendo a encontros presenciais de CoP e a cursos *eLearning* Pro PALOP-TL ISC|AGORA em português adaptados

aos contextos dos países PALOP-TL.

- Disponibilização de 6 cursos *eLearning* em português e inglês na plataforma AGORA Sistema de Gestão de Aprendizagem<sup>126</sup> (LMS), 5 dos quais desenvolvidos a partir de boas práticas, partilhadas nos eventos de aprendizagem (CoP, incluindo seminários para trocas de experiências e grupos de trabalho de alto nível) organizados no contexto do Pro PALOP-TL ISC.

Estes resultados contribuíram para as seguintes transformações ao nível dos objetivos específicos:

- ✓ A OISC|CPLP identificou como principal objetivo para o plano estratégico 2017-21, contribuir para a realização da agenda de desenvolvimento sustentável para 2030 através de auditorias colaborativas nos domínios da proteção do meio ambiente e igualdade de género.
- ✓ Os Parlamentos dos PALOP-TL estabeleceram uma CoP de Comissões de Orçamento do Estado, para discutir a fiscalização parlamentar de documentos orçamentais e contas ao longo dos ciclos orçamentais.
- ✓ As OSC Pro PALOP-TL ISC que beneficiaram dos financiamentos do projeto para desenvolver e fornecer monitoria social da GFP estão agora organizadas numa CoP.

Para alcançar o acima referido, conforme mencionado na secção sobre estratégia, as atividades estruturais do projeto foram agrupadas em 2 componentes.

126 Learning Management System.

A componente 1 para a implementação de ações que visavam o reforço das capacidades da ISC para assegurar um controlo externo eficiente e independente das capacidades do SGFP e dos MF para assegurar a transparência orçamental nos PALOP e em Timor-Leste. Estas incluíam atividades que respondiam diretamente às necessidades das ISC, para reforçar a sua capacidade de assegurar o controlo das contas e despesas públicas nos PALOP e Timor-Leste, bem como de apoiar os MF para aumentar a transparência orçamental. As atividades em referência foram:

- **ATIVIDADE 1**, com o objetivo de fortalecer as capacidades de auditoria. A designação da atividade foi ‘Formação em gestão e auditoria das finanças públicas’.
- **ATIVIDADE 2**, destinada a aumentar as capacidades do MF para promover a transparência orçamental. A designação da atividade foi ‘Assistência técnica para a conceção, programação e planeamento orçamental’.
- **ATIVIDADE 3**, de apoio à aquisição de TIC e desenvolvimento de capacidades para usar as TIC nos processos administrativos e de auditoria das ISC. A designação da atividade era ‘Aquisição de equipamentos e assistência técnica para a integração de sistemas contabilísticos e de informação na gestão e controlo de finanças públicas’.
- **ATIVIDADE 4**, que promoveu a introdução e adoção de normas internacionais e normas ISSAI nos documentos e exercícios de prestação de contas da ISC. A designação da atividade foi ‘Assistência técnica para reforçar a responsabilização - uniformização dos padrões de relatórios financeiros’.
- **ATIVIDADE 5**, promoveu a troca de experiências, aprendizagem pelos pares e CoP para melhorar o controlo externo por ISC dos ecossistemas GFP nos PALOP e em Timor-Leste. A designação da atividade foi ‘Formação, *workshops* e viagens de estudo para troca de experiências e partilha de boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e TL’.

A componente 2, para a implementação de ações destinadas a desenvolver as capacidades dos membros do Parlamento, funcionárias/os parlamentares e membros das OSC para alcançar uma fiscalização parlamentar forte e independente do orçamento, e uma monitoria social informada das despesas públicas nos PALOP e Timor-Leste. Estas incluíam atividades que abordavam as necessidades dos Parlamentos e parlamentares, OSC e membros do público para desenvolver capacidades essenciais para a fiscalização parlamentar e monitoria social das contas públicas e despesas nos PALOP e em Timor-Leste. As atividades em referência foram:

- **ATIVIDADE 7**, com o objetivo de desenvolver planos estratégicos inclusivos para a criação de estruturas parlamentares holísticas centradas na reforma e o reforço parlamentar nos PALOP e em Timor-Leste. A designação da atividade foi ‘Desenvolvimento de capacidades e assistência metodológica para apoiar quadros de reformas de estruturas jurídicas e institucionais’.
- **ATIVIDADE 8**, com o objetivo de promover a OSG e estruturas para a fiscalização parlamentar eficiente da despesa com enfoque no género, bem como o controlo pós-legislativo com foco na supervisão orçamental em áreas como a justiça e o desenvolvimento humano (social e saúde). A designação da atividade foi ‘Campanhas de sensibilização e informação sobre reformas legais dos sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo a promoção da transparência orçamental - informação fiscal e orçamental disponível ao público’.
- As **ATIVIDADES 9 E 10** visam desenvolver as capacidades das/os deputados/as e parlamentares para examinar os documentos orçamentais ao longo dos ciclos orçamentais e assegurar uma fiscalização parlamentar orçamental forte e independente nos PALOP e Timor-Leste - incluindo a definição de linhas de base para a criação futura de gabinetes legislativos independentes para a análise orçamental. A designação das atividades foi, respetivamente, ‘Assistência técnica para reforçar os sistemas de controlo orçamental e de contas para a análise e revisão de documentos das finanças públicas e projetos de lei’ e ‘Assistência técnica e aconselhamento aos Parlamentos nacionais sobre supervisão da despesa pública’.
- A **ATIVIDADE 11**, que promoveu trocas de experiências, aprendizagem pelos pares, CoP para melhorar a fiscalização parlamentar e a monitoria social do SGFP, respetivamente pelos Parlamentos/parlamentares e membros do público/OSC, nos PALOP e em Timor-Leste. A designação da atividade foi ‘Formação, *workshops* e viagens de estudo para trocar experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e TL’.

→ A **ATIVIDADE 12**, que apoiou as OSC no desenvolvimento de capacidades e iniciativas de monitoria social das despesas e contas públicas nos PALOP e em Timor-Leste. A designação da atividade foi ‘Formação de organizações da sociedade civil e possivelmente jornalistas na área do controlo e políticas orçamentais’.

Além das componentes acima identificadas, mais uma componente para a Garantia de Qualidade do Programa e Apoio às Operações foi a gestão corrente e seguimento garantida pela UGP a todos os países beneficiários, a todos os beneficiários e partes intervenientes, para a implementação eficaz e eficiente das ações do projeto no terreno. Esta componente incluiu atividades de visibilidade e comunicação.

As contribuições e concretizações fornecidas por essas atividades estruturais através dos PTA plurianuais, adaptados a nível nacional e multinacional, foram relatados através de relatórios narrativos de progresso e monitorizados por uma avaliação a meio percurso e duas missões ROM.

O objetivo do presente relatório não é focar-se nas contribuições entregues sob essas atividades estruturais em cada país ao longo do período de implementação de 4 anos, mas apresentar as concretizações, os resultados e objetivos específicos que resultaram das intervenções do projeto.

## 1.8. VISIBILIDADE E COMUNICAÇÕES

Os planos de visibilidade e comunicação do Pro PALOP-TL ISC foram desenvolvidos e acordados com a Delegação da UE em Cabo Verde no início do projeto, no **Plano de Visibilidade Conjunto**<sup>127</sup> e nas **Orientações conjuntas de visibilidade para as ações da Comissão Europeia - Nações Unidas no terreno**<sup>128</sup>. Acordados entre a UE e as Nações Unidas, estes documentos, continuam a ser os quadros vigentes a seguir pelo sistema das Nações Unidas, no cumprimento dos compromissos de comunicação e visibilidade nos projetos financiados pela UE.

A abordagem de visibilidade e comunicação visava integrar todas as plataformas de redes sociais do projeto num círculo de seis plataformas sociais e de comunicações intercomunicáveis (já não são interativas devido ao fim do projeto), nomeadamente, *site*<sup>129</sup> do projeto, **Portal AGORA**<sup>130</sup>, **Página de Facebook**<sup>131</sup>, **Canal do YouTube**<sup>132</sup>, **Twitter**<sup>133</sup>, **ISSUU**<sup>134</sup>. Estas plataformas encontravam-se interligadas como vista a melhorar, estimular e aumentar o alcance e interatividade das comunicações e ações do projeto, mas também a visibilidade das iniciativas do projeto e das ações externas da UE.

A estratégia de comunicação permite comunicar de forma eficiente e eficaz em todas estas plataformas, mas também através de um meio mais “tradicional”, o *e-mail* - usando uma base de dados global dos beneficiários e partes intervenientes do projeto (base de dados geral dos intervenientes, base de dados específicas de seminários e *workshops* e base

de dados específicas de parceiros e financiadores, etc.).

O Pro PALOP-TL ISC utilizou eficientemente plataformas globais de divulgação como o *site*<sup>135</sup> AGORA e redes sociais (*Facebook*<sup>136</sup> e *Twitter*<sup>137</sup>), para aumentar a visibilidade e comunicação para audiências que falam português e, mais importante, para o público que fala inglês.

**AGORA** é um centro de referência único e plataforma de partilha de conhecimento sobre o desenvolvimento parlamentar.

**O PORTAL ELearning AGORA** desenvolve formações *eLearning* a pedido, sobre assuntos técnicos específicos relacionados com Parlamentos.

**AGORA'S PALOP CORNER** foi desenvolvido em cooperação com o projeto Pro PALOP-TL ISC, oferece fácil acesso a notícias, recursos e vídeos sobre o projeto e dirige-se a países lusófonos e anglófonos.

**O PRO PALOP-TL ISC** usa o AGORA como uma plataforma para divulgar informações relativas ao Parlamento e partilhar recursos com um público mais amplo, envolvendo também a ISC e OSC.

**O PORTAL ELearning AGORA** apresenta cursos *on-line* baseados totalmente em formações desenvolvidas para o projeto. Traduzidos para inglês, os cursos estão abertos a todos/as, de forma gratuita.

127 <https://ec.europa.eu/europeaid/node/45483>.

128 <https://ec.europa.eu/europeaid/node/45481>.

129 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai>.

130 <https://www.agora-parl.org/palop>.

131 <https://www.facebook.com/propalop.tl/>.

132 [https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1\\_1tQqqduF\\_tcg](https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1_1tQqqduF_tcg).

133 <https://mobile.twitter.com/ProPALOP>.

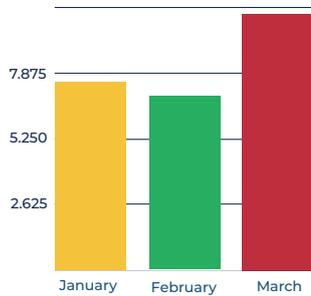
134 <https://issuu.com/propalop-tlisc>.

135 <https://www.agora-parl.org/>.

136 <https://www.facebook.com/AgoraParl/posts/10155748804383370>.

137 [https://mobile.twitter.com/AgoraParl?ref\\_src=twsrc^fw&ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.agora-parl.org%2Finteract%2Fblog](https://mobile.twitter.com/AgoraParl?ref_src=twsrc^fw&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.agora-parl.org%2Finteract%2Fblog).

## WEBSITE STATISTICS



### Visits per month

**October** 8.814

**November** 9.033

**December** 7.778

**Visits**  
25.625

**Page Views**  
36.756

**Users**  
20.786

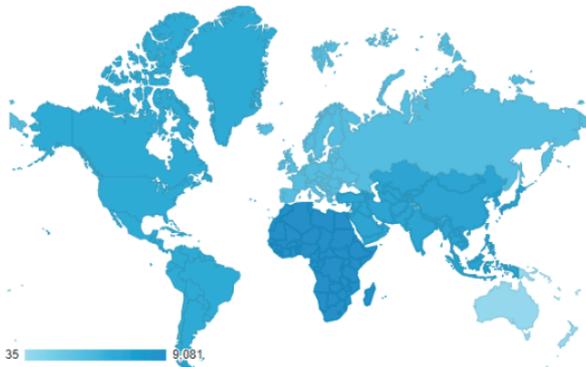


### From October-December 2017:

There was a 16 per cent increase of the number of visits during the reporting period, in comparison with the previous period (July-September 2017). Blog articles and news about the activities of the Pro PALOP-TL SAI project were disseminated in Portuguese and in English.

Source: Google Analytics

## Audience map



## User Location

**Africa** 36%

**Asia** 26%

**Americas** 23%

**Europe** 14%

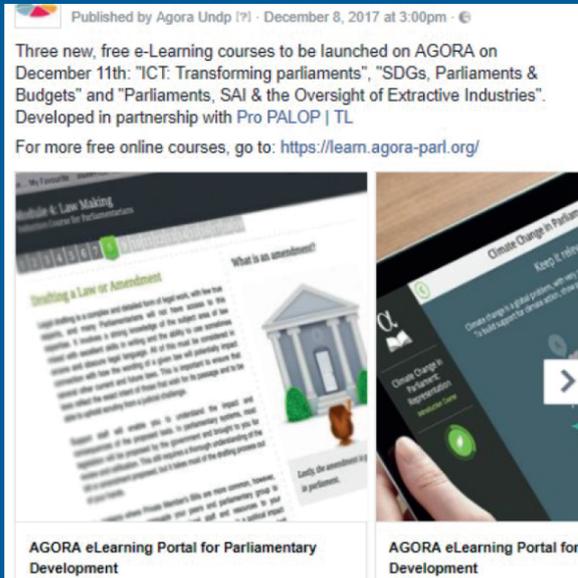
**Oceania** 1%



Most users of AGORA website come from Africa, where the PALOP countries are situated, followed by Asia, where Timor Lest is located.

To maintain the trend, the PALOP corner continues to be updated on a regular basis and better linked to the social media outreach in Portuguese, and in English.

## SOCIAL MEDIA FACEBOOK



The vast majority of our followers come from the PALOP-TL. **Targeted Facebook outreach strategy:** sharing the news from the Pro PALOP-TL SAI project continues showcasing the important work conducted in the region. In December, the launch of three new e-learning courses, in partnership with Pro PALOP-TL was widely promoted.

Users from PALOP-TL countries have been the most active on Facebook

### Fans by country

- Angola** 625
- Timor Leste** 300
- Mozambique** 32
- Portugal** 43
- São Tomé and Príncipe** 31
- Brazil** 23
- Cabo Verde** 29
- Guinea-Bissau** 8

### User Location

- English** 1.888
- Portuguese** 643
- French** 289

Source: Facebook Insights

## SOCIAL MEDIA TWITTER



**Targeted Twitter outreach strategy** focused on showcasing the work in the PALOP-TL region, in this final of the project. This strategy resulted in an increase of followers and visits during the reporting period.

**Followers**

1.584

**Impressions**

56.400

**Visits**

1.940

Source: Twitter Analytics

As principais ferramentas e plataformas de visibilidade e comunicação do Pro PALOP-TL ISC são o *site*<sup>138</sup> e as redes sociais (*Facebook*<sup>139</sup>, *Canal do Youtube*<sup>140</sup>, *Twitter*<sup>141</sup>, *ISSUU*<sup>142</sup>), que usam esta estratégia internacional de divulgação.

138 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai>.

139 <https://www.facebook.com/propalop.tl/>.

140 [https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1\\_1tQqqduF\\_tcg](https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1_1tQqqduF_tcg).

141 <https://mobile.twitter.com/ProPALOP>.

142 <https://issuu.com/propalop-tlisc>.

O *site* é um banco de dados robusto, hospedado na plataforma AGORA para garantir o acesso sustentável após o encerramento do projeto. O *site* organiza informações e dados recolhidos durante os 4 anos de implementação:

- informação contextual sobre cada país nos domínios de intervenção do projeto;
- resultados e concretizações do projeto;
- historial do projeto e documentação relevante;
- documentação de apoio de todos os eventos de aprendizagem (manuais dos participantes, apresentações, etc.) e outras publicações relevantes;
- *links* para os cursos *eLearning* do projeto, hospedados na plataforma AGORA LMS;
- galeria de comunicação social com recortes, comunicados de imprensa e *newsletters*;
- portal para OSG, e fiscalização parlamentar da despesa com enfoque no género nos PALOP e em Timor-Leste;
- plataforma de monitoria social do SGFP pelas OSC nos PALOP e em Timor-Leste.

O *site* está disponível em português e inglês, e está interligado com as redes sociais. No final de 2017, o *site* Pro PALOP-TL ISC era a base de dados mais completa e abrangente sobre controlo externo, fiscalização parlamentar e monitoria social das contas públicas e das despesas no mundo, dedicada aos seis países ACP de língua oficial portuguesa.

**PORTAL**  
O projeto Pro PALOP-TL ISC é inteiramente financiado pela União Europeia

**Sobre**  
O Pro PALOP-TL ISC promoveu a governação económica nos PALOP e em Timor-Leste e reforçou as competências técnicas e funcionais das instituições Superiores de Controlo, dos Parlamentos, e da Sociedade Civil, na área do controlo da gestão das finanças públicas.  
O projecto desenvolveu capacidades concretas, o saber-fazer e conhecimento acumulado das instituições beneficiárias. Este projecto teve um impacto real na vida de pessoas, na capacidade efetiva de instituições concretas e no quadro geral do controlo externo das finanças públicas e da transparência orçamental dos países beneficiários.

**Início**  
Bem-vindo ao website do Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC).

**Cursos de eLearning**

**Parlamentos na Prática: uma Introdução**  
Este curso sobre "Parlamentos na Prática: uma Introdução" foi desenvolvido para novos parlamentares e técnicos do Parlamento (equipas parlamentares), legisladores, doadores, organizações da sociedade civil, académicos, pesquisadores e outros que desejam aprender como o Parlamento funciona.

**Gestão de Finanças Públicas: Parlamentos, Instituições Superiores de Controlo e Sociedade Civil**  
A Gestão das Finanças Públicas (GFP) é fundamental para a boa governação. O apoio aos parlamentos, às Instituições Superiores de Controlo e à sociedade civil na supervisão da Gestão das Finanças Públicas resultará numa despesa pública mais eficaz e transparente.

**Orçamentos abertos: Desenvolver instituições de fiscalização responsáveis**  
O curso oferece a capacitação necessária quer a parlamentares quer a cidadãos para que tenham a oportunidade de participar no processo orçamental e permite aos Executivos poder responder através de um processo orçamental aberto às diferentes solicitações e pressões, e permite também que se verifique a efectiva implementação e execução orçamental.

Com o encerramento do projeto, o *site* foi hospedado na plataforma AGORA para garantir acesso/ consulta pelos/as utilizadoras/es do banco de dados, além do ciclo de vida do projeto, no entanto, as informações não serão atualizadas.

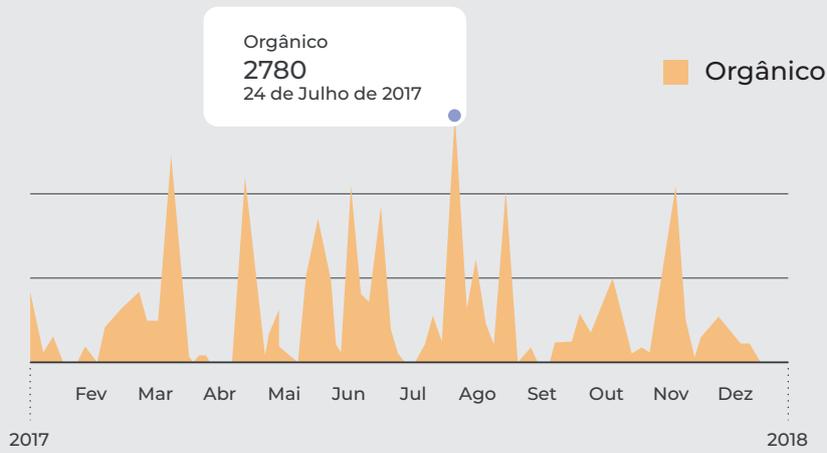


O Facebook é a principal rede social utilizada pelo Pro PALOP-TL ISC, visando exclusivamente chegar às/aos utilizadoras/es de língua portuguesa. A página do Facebook Pro PALOP | TL é usado para publicar notícias e anúncios de forma acessível, para interagir com a comunidade mais ampla de amigos/as e usuárias/os que são, na verdade, as/os destinatários/as finais dos produtos e resultados do projeto.

Após o encerramento do projeto, em janeiro de 2018, a página do Facebook do Pro PALOP | TL atingiu pouco mais de 1.800 seguidores e, no início de junho do mesmo ano, mais de 1.900 - sem o uso de qualquer incentivo financeiro. Abaixo constam algumas estatísticas recolhidas em diferentes períodos, que comprovam o dinamismo do Facebook como uma ferramenta para interagir e informar de forma simples e atempada.

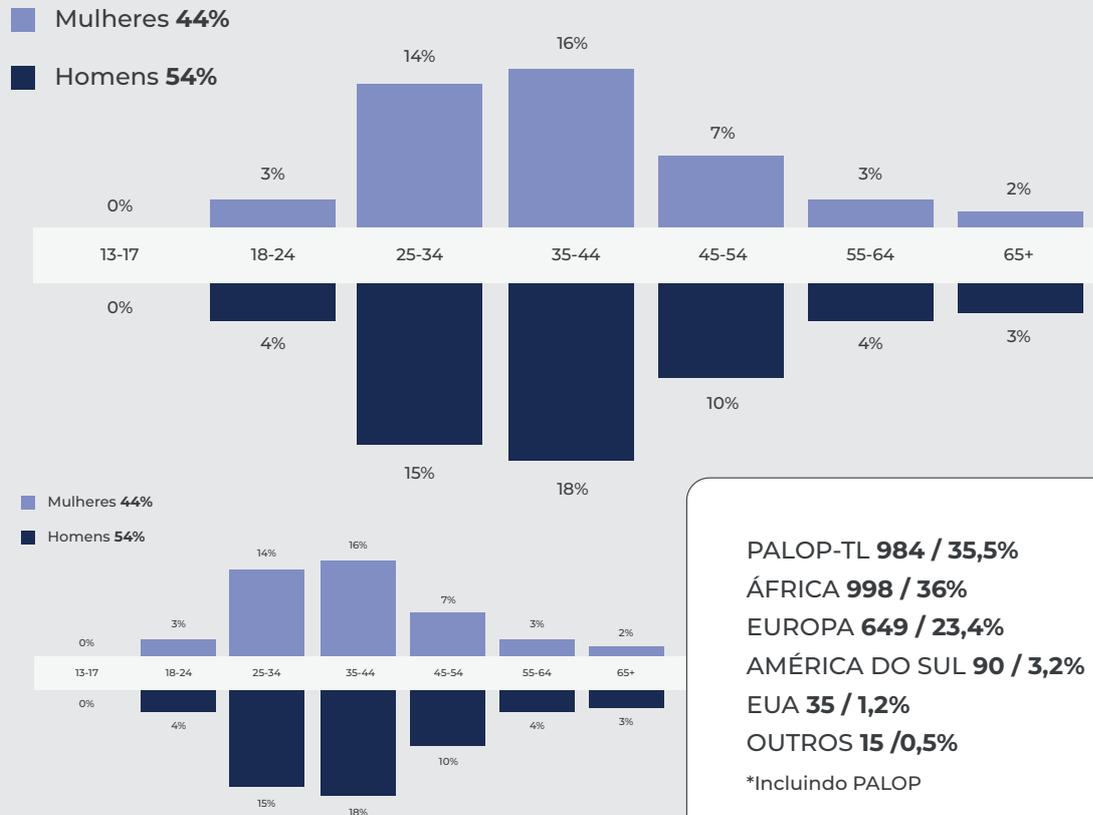
## Alcance total

O numero de pessoas que viram algum dos conteúdos da tua Página ou sobre a tua Página.



## Your Fans

Dados demográficos agregados sobre as pessoas que gostam da tua Página com base na idade e no sexo que indicam nos seus perfis.

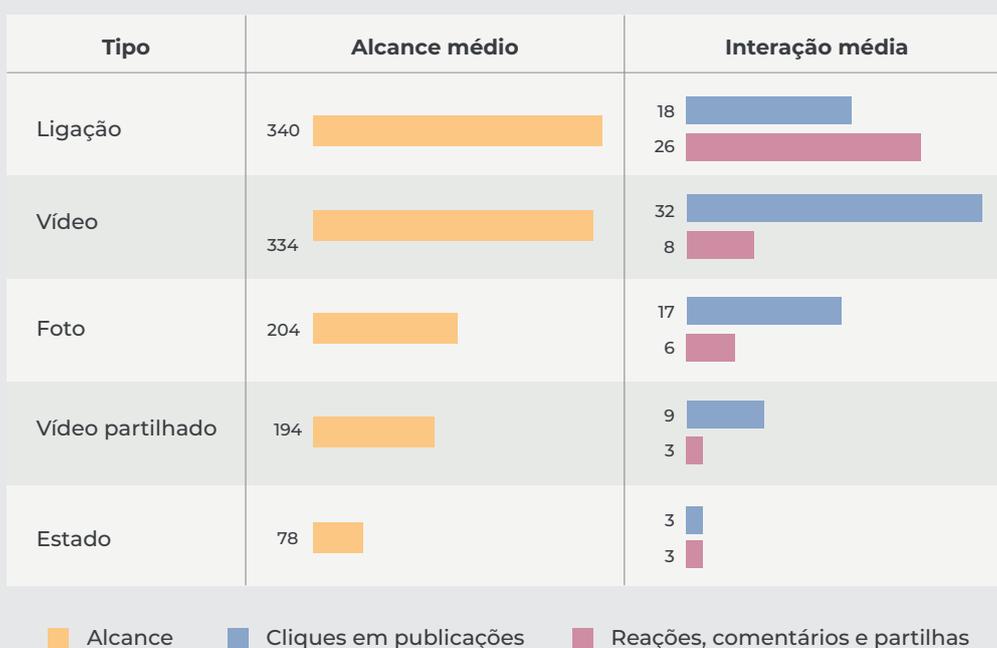


## Your Fans

Dados demográficos agregados sobre as pessoas que gostam da tua Página com base na idade e no sexo que indicam nos seus perfis.

Language	Your Fans	Language	Your Fans
Português (Portugal)	1227	Árabe	3
Português (Brasil)	204	Catalão	3
Inglês (EUA)	201	Neerlandês	3
Inglês (Reino Unido)	111	Dinamarquês	2
Francês (França)	64	Russo	1
Indonésio	28	Esloveno	1
Italiano	25	Tailandês	1
Espanhol	17	Vietnamita	1

## O sucesso de diferentes tipos de publicações com base na média de alcance e interação



Como demonstrado através dos infográficos acima, a página do *Facebook* do Pro PALOP | TL permitiu uma grande interação com o público, principalmente, nos PALOP e Timor-Leste, África e Europa. Estes/as visualizadoras/es, bastante equilibrados em termos de género (54% masculinos e 44% femininos), usavam essencialmente o português como língua de comunicação. O público em causa reagiu, comentou e partilhou maioritariamente *links* das outras plataformas Pro PALOP-TL ISC publicadas na página do *Facebook*, mas preferiu o material audiovisual, em particular os vídeos.



O *Twitter* @ProPALOP foi desenhado para um público internacional, mostrando os eventos e concretizações do projeto e das suas comunidades. @ProPALOP está ligado ao *Twitter* da equipa da UGP e à página do *Facebook* do Pro PALOP| TL, permitindo que os *tweets* apareçam em cada uma dessas redes sociais e que as notificações alcancem as redes de todas essas pessoas e plataformas juntas.

Considerando os dados desde maio de 2017 (12 meses), os tweets do Pro PALOP-TL ISC receberam:

**19.318** impressões (uma média de 1.607 impressões por mês);

**331** compromissos, dos quais:

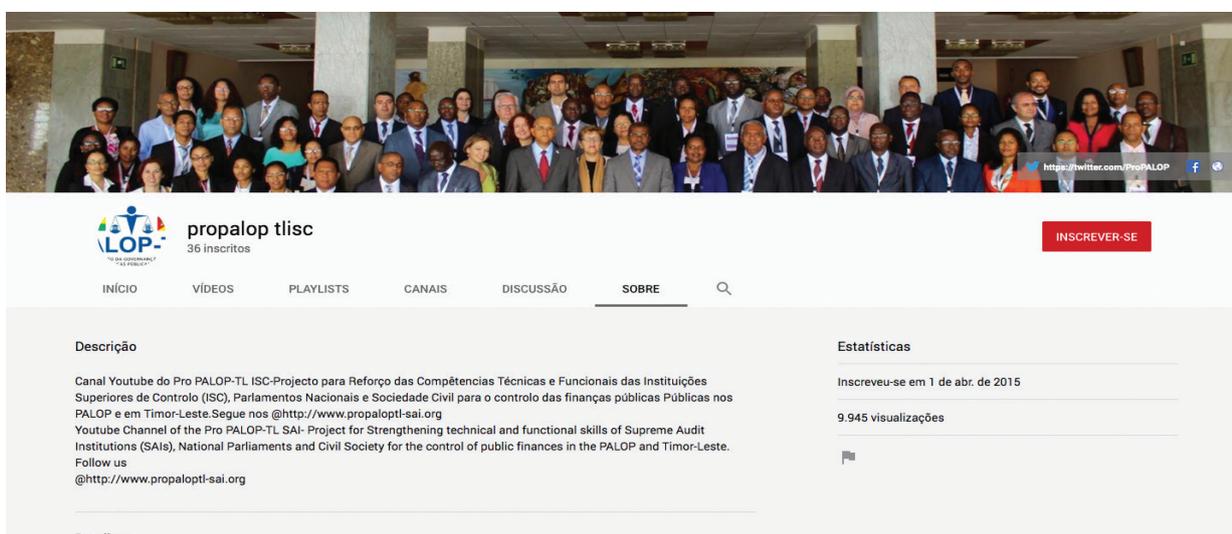
46 retweets;

133 cliques em links ou perfis;

44 reações de meios de comunicação social.

O maior número de impressões registou-se num *tweet* relacionado com a orçamentação de género (1884), enquanto o maior envolvimento da comunicação social foi acionado pela Mesa Redonda Regional sobre Parلامentos e ODS (10), transmitida ao vivo (maio de 2017).

O canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC é o canal de vídeo do projeto, onde todos os eventos de aprendizagem (conferências, seminários de troca de experiências, grupos de trabalho de alto nível e todas as formações transversais) são apresentados através de três subprodutos audiovisuais principais: (1) reportagens no âmbito do evento de aprendizagem; (2) breves testemunhos dos participantes fornecendo feedback e perceções sobre eventos de aprendizagem; (3) entrevistas com especialistas, pessoas-recurso e facilitadores que esclarecem as suas apresentações.



**propalop tlisc**  
36 inscritos

INÍCIO VÍDEOS PLAYLISTS CANAIS DISCUSSÃO **SOBRE** 🔍

**Descrição**

Canal Youtube do Pro PALOP-TL ISC-Projecto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parلامentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas Públicas nos PALOP e em Timor-Leste. Segue nos @http://www.propaloptl-sai.org  
Youtube Channel of the Pro PALOP-TL SAI- Project for Strengthening technical and functional skills of Supreme Audit Institutions (SAIs), National Parلامents and Civil Society for the control of public finances in the PALOP and Timor-Leste.  
Follow us  
@http://www.propaloptl-sai.org

**Estatísticas**

Inscreveu-se em 1 de abr. de 2015

9.945 visualizações

Desde abril de 2015 até ao encerramento do projeto, em dezembro de 2017, foram carregados 125 vídeos no canal do *YouTube*. Os espectadores/as correspondem a 52% homens e 48% mulheres e os dois vídeos mais visualizados foram vistos por mais de 1.200 espectadoras/es que estiveram ligados/as ao canal por mais de 56 horas. O vídeo mais visto foi a apresentação da abordagem padronizada do Pro PALOP-TL ISC para a OSG e fiscalização parlamentar centrada nas despesas alocadas para promover a igualdade de género. O segundo vídeo mais visto foi a reportagem sobre os processos e estrutura de formulação do Pro PALOP-TL ISC.



**propalop tlisc**  
36 inscritos

INÍCIO VÍDEOS **PLAYLISTS** CANAIS DISCUSSÃO SOBRE

Todas as playlists ▾

**Playlists criadas**

- III Grupo de Trabalho de Alto Nível Parlamentar (2 vídeos)
- Programa de TV do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe (1 vídeo)
- O Parlamento - Programa do Parlamento Angolano (2 vídeos)
- Fiscalizar as Contas Valorizar a República - TCCV (4 vídeos)
- Jornadas de Formação em OSG na Guiné Bissau - 21-22/04/17 (2 vídeos)
- Grande Conferência Sobre o Controlo Externo nos PALOP-TL (5 vídeos)

**Pro PALOP-TL ISC Playlist**

- Fiscalização Legislativa do Ciclo Orçamentário e Controlo Extern... (21 vídeos)
- Formação em SAI-PMF para as ISC dos PALOP e Timor Leste (7 vídeos)
- Grupo Trabalho Alto Nível Parlamentar Análise e Discussã... (6 vídeos)
- IBP/PRO PALOP-TL ISC - Seminário Transparência &... (7 vídeos)
- Mesa Redonda Indústrias Extrativas & Grandes Obras... (6 vídeos)
- Workshop sobre Fiscalização Parlamentar da Transparência,... (1 vídeo)



IBP/PRO PALOP-TL ISC - Abertura do Seminário Conjunto

84 visualizações • 8 de mar. de 2016

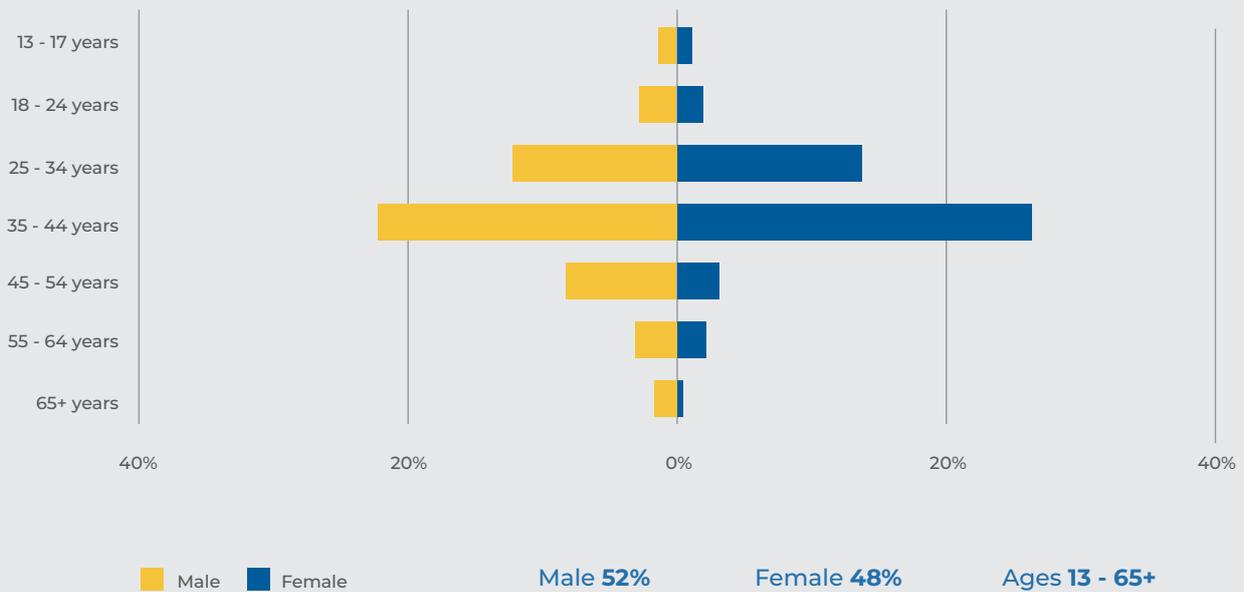
0 0 COMPARTILHAR SALVAR

**propalop tlisc**  
36 inscritos

INSCREVER-SE

O Seminário Conjunto IBP/PRO PALOP-TL ISC, Transparência e Prestação de Contas nas Finanças Públicas dos países Lusófonos foi o último dos quatro eventos transversais realizados em 2015 pelo projeto Pro PALOP-TL ISC. O encontro, que teve lugar de 2 a 5 de Novembro, no Hotel Pestana, em São Tomé, foi acolhido pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e contou com 86 delegados, representantes dos Paramentos, Instituições Superiores de Controlo (ISC), Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os Ministérios das Finanças dos PALOP, Timor-Leste, Brasil e Portugal.

Categoria [Pessoas e blogs](#)



Top 10 Videos		Browse all content	
Video	Watch time (minutes)	Views	
<a href="#">Entrevista Ricardo Godinho Gomes – Gestor...</a>	2,315 13%	518	6.4%
<a href="#">Graça Sanches – Presidente da Rede de Mu...</a>	1,064 6.0%	714	8.9%
<a href="#">Seminário Alto Nível Fiscalização Orçamen...</a>	690 3.9%	123	1.5%
<a href="#">Seminário Alto Nível Orçamental – Reportag...</a>	595 3.4%	171	2.1%
<a href="#">Interview - Ricardo Godinho Gomes – Head o...</a>	505 2.9%	134	1.7%
<a href="#">Seminário Alto Nível Fiscalização Orçamen...</a>	458 2.6%	189	2.3%
<a href="#">Entrevista ao Deputado Dr. Eneas Comiche...</a>	457 2.6%	156	1.9%
<a href="#">Seminário Alto Nível Fiscalização Orçamen...</a>	450 2.6%	220	2.7%
<a href="#">IBP/Pro PALOP – TL ISC – Balanço Geral do S...</a>	411 2.3%	163	2.0%
<a href="#">Seminário Alto Nível Fiscalização Orçamen...</a>	409 2.3%	281	3.5%

Estes resultados foram obtidos através da implementação sistemática dos planos de visibilidade e comunicação do projeto, acordados no início da implementação entre o PNUD e a UE. Como todos os planos estruturados, os dois primeiros anos de implementação do projeto foram dedicados a simplificar a visão do projeto nas ferramentas de visibilidade. Durante o terceiro ano o foco foi a sistematização e uniformização das ferramentas, instrumentos e métodos de comunicação e visibilidade. O quarto e último ano de implementação foi dedicado à análise dos dados, com o objetivo de delinear indicações que permitissem promover a sustentabilidade e a cultura de intercâmbios além do tempo de vida do projeto, entre o público mais amplo, alcançado pelas intervenções do projeto, e as ferramentas de comunicação.

O *toolkit* corporativo do PNUD sobre o *toolkit* de visibilidade da UE partilha as práticas recomendadas para garantir a visibilidade adequada das ações externas da UE sob projetos implementados pelo PNUD. O Pro PALOP-TL ISC é referenciado na atualização do *toolkit* de 2015 como uma boa prática para: planos de Comunicação e Visibilidade - considerados obrigatórios em tais projetos; produtos audiovisuais - reportagem, cobertura de vídeo, canal do *YouTube*; documentação impressa - fichas de informação e comunicados de imprensa; *site* específico; redes sociais - página no *Facebook* e canal do *YouTube*.

Devido a potenciais implicações legais e financeiras relacionadas com a entrada em vigor do RGPD, o Pro PALOP-TL ISC tomará medidas transitórias para garantir a conformidade com este regulamento. Essas medidas incluirão, essencialmente, a suspensão temporária das funções de “iniciar sessão” e “inscrição” nos cursos e podem ser estendidas à eliminação do atual banco de dados de profissionais inscritos/as nos cursos. Outras medidas incluem o não uso ou partilha, para fins comerciais ou de publicidade, de dados pessoais recolhidos pelo projeto para fins informativos durante e após o período de implementação.

## 1.9. QUESTÕES TRANSVERSAIS

A intervenção do projeto teve como objetivo abordar a boa governação e a democracia, por meio do reforço da responsabilização e da transparência do controlo externo e independente das finanças públicas. Respondendo ao direito dos cidadãos à informação, à promoção da igualdade de género na despesa pública, foi promovida a questão transversal na intervenção do projeto, para impulsionar os resultados transformacionais além do ciclo de vida do projeto.

A incorporação do género na lógica de intervenção do projeto foi alcançada principalmente por três meios:

1. Formação das principais instituições beneficiárias do projeto em OSG. Isto incluiu orientação, especialização e apoio técnico, fornecidos essencialmente a Comissões Parlamentares de Orçamento, redes de mulheres parlamentares, OSC e MF (Direções Nacionais do Planeamento, Orçamento e Gestão).
2. Desenvolver e aplicar uma metodologia padronizada ao controlo da despesa pública, centrada nas desigualdades de género, resultantes de despesas públicas não sensíveis ao género que possam ser adaptadas aos contextos legais, institucionais, humanos e políticos dos PALOP e de Timor-Leste. A metodologia padronizada desenvolvida pelo Pro PALOP-TL ISC foi financiada no princípio de “siga o dinheiro” e aplica a premissa de que uma política que não está orçamentada não existe, tal como se diz: “as palavras não mudam a política, os orçamentos podem”. A metodologia padronizada do Pro PALOP-TL ISC para a fiscalização parlamentar e monitoria social da despesa pública, com foco nas desigualdades de género, foi desenvolvida trabalhando com redes de mulheres parlamentares, Comissões Parlamentares de Orçamento, OSC, analistas séniores do projeto para o orçamento, e especialistas em reforço parlamentar e de OSG, em coordenação com MF em todos os PALOP e Timor-Leste.
3. Mapear toda a política pública, programa, previsões, planos e documentos estratégicos; legislação; documentos orçamentais; contribuições, intervenções, programas, projetos de parceiros; instituições, recursos humanos, intervenientes e influenciadores nos PALOP e Timor-Leste (bem como no Brasil e em Portugal).

Como resultado, a incorporação do género na lógica de intervenção do projeto permitiu identificar a forma como as questões de género são tratadas nas políticas públicas dos países beneficiários, o vínculo das intervenções do projeto com essas políticas e o provável impacto dessas intervenções nas questões da igualdade de género.

Como passo inicial, uma análise contextual aprofundada realizada pelo Pro PALOP-TL ISC permitiu identificar as principais barreiras à redução da pobreza para mulheres

e raparigas, bem como outras questões de igualdade de género, em cada país beneficiário. Subsequentemente, o projeto avaliou o grau de abertura e recetividade dos executivos às questões de género, bem como a existência e o alcance de políticas e programas para apoiar a igualdade de género e a capacitação das mulheres. Esta análise foi ancorada em estatísticas existentes e dados recolhidos de várias fontes internacionais<sup>143</sup> e nacionais<sup>144</sup>.

Com relação ao âmbito do projeto, esta análise permitiu antecipar que:

- Todos os PALOP e Timor-Leste tinham as principais prioridades de política de género integradas nas ferramentas de planeamento fiscal do Governo. Os países integraram indicadores sensíveis ao género com o objetivo de melhorar as estatísticas de género, como resultado dos esforços dos seus respetivos institutos ou unidades nacionais de estatística.
- Todos os Orçamentos do Estado dos PALOP e Timor-Leste têm fundos designados a programas governamentais destinados a apoiar o empoderamento das mulheres e/ou organizações de mulheres.

Com base nesta informação, a equipa do projeto desenvolveu um estudo comparativo detalhado sobre OSG, preconceitos e desigualdades que afetam as construções de género e que resultam no desequilíbrio nas dotações orçamentais do Estado nos PALOP e Timor-Leste.

Complementarmente, a equipa do projeto realizou um mapeamento detalhado de todos os instrumentos legais, incluindo ferramentas orçamentais e de planificação disponíveis em cada PALOP e em Timor-Leste, permitindo integrar e veicular uma abordagem de género nos ciclos e documentos orçamentais, bem como refletir as prioridades de género nas políticas públicas. O mapeamento inclui os principais intervenientes e parceiros, bem como oportunidades e possíveis pontos de entrada para a sensibilização e envolvimento com o executivo e outras partes intervenientes dos ecossistemas da GFP, necessários para garantir orçamentos públicos e/ou estatais sensíveis ao género.

A informação que se segue consiste em três resultados adicionais que permitiram à equipa do projeto implementar com sucesso a questão de género como transversal na lógica de intervenção do projeto:

- Uma análise orçamental sensível ao género em cada PALOP e em Timor-Leste, permitindo partilhar com os principais intervenientes dos ecossistemas da GFP:
  - ▶ **dados confiáveis sobre investimentos públicos que poderiam promover a igualdade de género através de programas específicos ou transversais/dominantes em vários programas;**

143 [Inter Parliamentary Union](#); [World Economic Forum](#); Divisão de Estatísticas das Nações Unidas- Grupo de Peritos InterAgência sobre *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*; *Fundação Mo Ibrahim*.

144 Institutos Nacionais de Estatísticas em cada país beneficiário.

- ▶ **análise aprofundada de verificação cruzada da coerência entre esses investimentos e os documentos de política e estratégias nacionais, para identificar fragilidades no planeamento estratégico e na implementação.**
- Uma abordagem uniformizada e uma ferramenta de trabalho para assegurar o controlo efetivo e fiscalização parlamentar da despesa pública, destinada a promover a igualdade de género (incluindo a OSG) disponibilizada e adaptada aos contextos institucionais, humanos e legais em cada PALOP e em Timor-Leste.
- Uma estratégia para a sensibilização, formação e apoio especializado, adaptada ao contexto específico de cada país.

Para além do acima exposto, em menor extensão e com um âmbito mais limitado, também foi promovido o uso das TIC como uma questão transversal à intervenção do projeto, com vista a melhorar o controlo externo da ISC e a fiscalização parlamentar sobre a despesa pública, mas também a transparência orçamental pelo executivo.

O projeto apoiou a aquisição de sistemas integrados de TIC (hardware e software), com o objetivo de promover e melhorar a transparência legislativa, responsabilização e eficiência; eficiência e transparência da ISC na garantia de controlo externo independente e auditoria das contas públicas; transparência orçamental e publicação atempada da informação relativa à despesa ao público, pelo executivo nos países beneficiários que necessitavam deste tipo de apoio.

## 1.10. RESULTADOS DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

O seguimento diário da implementação técnica e financeira foi um processo contínuo e parte das responsabilidades do PNUD. O PNUD estabeleceu um sistema de seguimento técnico e financeiro interno, usando o seu sistema interno de gestão financeira e de programas (ATLAS) e o apoio dos escritórios nacionais do PNUD nos países beneficiários.

A UGP elaborou relatórios narrativos semestrais de progresso e relatórios intercalares no final do ano, em conformidade com os requisitos de comunicação normalizados estabelecidos no artigo 3.º do Anexo II do Acordo UE-PNUD (Condições Gerais).

Devido às limitações do quadro lógico do projeto que foram identificadas pelas avaliações, a saber: a falta de metas de médio prazo e linhas de base claras dos objetivos específicos e resultados esperados; o facto de alguns indicadores não serem S.M.A.R.T; a documentação da UGP, relativamente à situação inicial dos objetivos específicos, resultados esperados e indicadores do projeto, foi dificultada e limitada.

A UGP apoiou a organização dos Comitês de Coordenação de País e do Comité de Pilotagem todos os anos, independentemente das dificuldades enfrentadas a nível local para organizar os Comitês de Coordenação de País.

Embora o plano de seguimento do projeto não tenha sido configurado na fase inicial do projeto, a UGP ainda pôde usar os instrumentos de seguimento uniformizados para monitorizar o progresso. Estes incluíram:

- Reuniões semestrais de Coordenação de País e reuniões anuais do Comité de Pilotagem, que informavam do progresso da implementação do projeto e aprovavam os resultados da avaliação a meio percurso. Conforme referido, a frequência e a regularidade destes encontros variaram de país para país, mas todos tiveram pelo menos 3 encontros ao longo dos 3 anos de implementação (e do período adicional de 12 meses de prolongamento, sem custos). O projeto teve todos os Comitês de Pilotagem previstos para o seu ciclo de vida.
- Missões trimestrais de seguimento, asseguradas pela UGP a cada país beneficiário.
- Resposta corporativa e plano de ação para a avaliação a meio percurso do projeto, que é um exercício independente, realizado num período de tempo definido, para avaliar resultados e gestão. O plano de ação de resposta corporativa incluiu:

- ▶ a organização de uma **conferência para avaliar o progresso e medir o impacto, organizada em Bissau (13 a 17 de fevereiro de 2017)**<sup>145</sup> com as partes intervenientes, imediatamente após o relatório de avaliação a meio percurso do projeto ter sido apresentado ao PNUD, em dezembro de 2016. A conferência reuniu 70 pessoas-recurso que estiveram envolvidas na maioria das ações do projeto ao longo da implementação, para abordar as questões levantadas pela avaliação a meio percurso relativas aos indicadores e linhas de base. As informações recolhidas permitiram mitigar algumas das fragilidades que tinham sido identificadas como mais importantes. O relatório da conferência e os produtos fazem parte do arquivo do projeto, a ser disponibilizado junto com este relatório num disco externo – **registo audiovisual disponível no canal do YouTube do projeto**<sup>146</sup>.
- ▶ Uma missão de apoio especializado da sede do PNUD que realizou um teste de resistência ao projeto no contexto do encerramento operacional e financeiro, de acordo com as regras e procedimentos do PNUD e o Acordo de Contribuição Modelo assinado com a UE.
- ▶ Lançamento de um plano de encerramento, elaborado com base nas conclusões e recomendações da missão de peritos/as acima referida.

O plano de seguimento do projeto (Anexo 3) incorpora todos os elementos acima. O objetivo final do seguimento do projeto era recolher aprendizagens e incorporá-las na implementação, nomeadamente, em projetos futuros.

Todas as atividades do projeto foram acompanhadas de perto pela UGP com o apoio dos escritórios do PNUD nos PALOP e Timor-Leste.

O relatório do projeto forneceu um relato preciso da implementação das atividades, das dificuldades encontradas, das transformações introduzidas, bem como do grau de concretização dos resultados esperados, medido pelos indicadores correspondentes, usando como referência a matriz de resultados/quadro lógico.

Em conformidade com o artigo 4.º das Condições Especiais, bem como os artigos 2.º e 15.1.º das Condições Gerais, do Acordo de Contribuição assinado entre o PNUD e a UE:

- ❖ foram apresentados relatórios intercalares semestrais de progresso;
- ❖ foram apresentados relatórios financeiros e narrativos anuais (4 relatórios apresentados) para informar quais as atividades executadas em função das despesas, em conformidade com os Anexos I e III do Acordo de Contribuição;

<sup>145</sup> [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor\\_pl](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/20505/bissau-acolhe-conferencia-sobre-controlo-externo-das-financas-publicas-nos-palop-e-em-timor_pl)

<sup>146</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=\\_Xhv-vTdt5M](https://www.youtube.com/watch?v=_Xhv-vTdt5M).

- ❖ o presente relatório final foca-se no impacto do projeto, nos objetivos específicos e resultados esperados alcançados com a execução do projeto.

Os resultados e concretizações fornecidos por essas atividades estruturais, através dos PTA plurianuais, adaptados ao plano nacional e multinacional, foram relatados em relatórios narrativos de progresso e monitorizados através da avaliação a meio percurso e de duas missões de seguimento dos resultados.

De acordo com duas ROM<sup>147</sup> e uma avaliação a meio percurso<sup>148</sup> realizadas ao Pro PALOP-TL ISC, o projeto teve um impacto positivo e sustentável nos SGFP nos países PALOP-TL. O Pro PALOP-TL ISC alcançou uma maior transparência nas ISC, nos MF e Parlamentos (em particular nas Comissões Parlamentares de Orçamento) e na participação pública no processo orçamental, conforme mencionado no ROM dos projetos (dezembro de 2017).

A ROM<sup>149</sup> mais recente destacou os seguintes benefícios da intervenção do projeto: (i) comunidades coesas e dinâmicas de práticas de GFP reunindo os poderes executivos, Parlamentos (em especial comissões e administrações orçamentais), ISC e OSC começaram a ganhar terreno e a abordar questões importantes de política e governação; (ii) ferramentas e métodos de desenvolvimento de capacidades inovadoras foram sistematizados, com forte apropriação nacional; (iii) progresso no controlo externo da GFP e transparência orçamental; (iv) forte apropriação da lógica e objetivos da intervenção, bem como confiança e adesão das instituições beneficiárias no que respeita aos produtos e UGP (criado pelo PNUD Cabo Verde e com pontos de contacto em cada escritório do PNUD/ PALOP-TL).

Todas as avaliações do projeto são unânimes no reconhecimento da necessidade de aumentar o apoio à sociedade civil e o envolvimento público nos processos orçamentais e de apoiar ainda mais o executivo (MF) na promoção da transparência fiscal e orçamental. Por razões relacionadas com o início tardio das atividades de apoio às OSC para impulsionar a monitoria social do SGFP e a capacitação para simplificar as informações orçamentais, bem como a limitação do âmbito de intervenção a fim de excluir o controlo interno do SGFP, respetivamente. Ambos os domínios não foram suficientemente desenvolvidos no quadro do Pro PALOP-TL ISC.

As avaliações do projeto<sup>150</sup> também foram consistentes em reconhecer o impacto e o papel fundamental da cooperação sul-sul e triangular, das trocas de experiência e aprendizagem pelos pares, que envolveu instituições e beneficiários, como um

---

147 O 1º relatório ROM foi submetido em 20/11/2015 e a 2ª proposta de relatório ROM foi apresentada em dezembro de 2017.

148 A avaliação Semestral do Relatório Final foi submetida ao PNUD de Cabo Verde em abril de 2017.

149 Exercício de Seguimento Orientado para os Resultados elogiado pela delegação da UE e implementado de junho a setembro de 2017.

150 A avaliação Semestral do Relatório Final foi submetida ao PNUD de Cabo Verde em abril de 2017. O 1º relatório ROM foi submetido em 20/11/2015 e a 2ª proposta de relatório ROM foi submetida em dezembro de 2017.

instrumento para capacitação e assistência técnica<sup>151</sup>. O ambiente criado pelo Pro PALOP-TL ISC com base na capacitação e fóruns de discussão, facultados através da aprendizagem pelos pares e trocas de experiências foi considerado essencial na obtenção de alguns resultados nacionais críticos também para a criação de confiança entre as partes intervenientes do projeto.

As referidas avaliações consideraram que a metodologia adotada, isto é, a elaboração participativa dos PTA dos países que integram atividades regionais, permitiu que o projeto respondesse prontamente e com flexibilidade às exigências dos beneficiários em domínios de governação que, de outra forma, continuariam inacessíveis.

A ROM<sup>152</sup> do Pro PALOP-TL ISC (14/12/2017) concluiu que da intervenção do projeto resultaram ganhos claros. A avaliação a meio percurso do projeto (realizada quase no final do período de implementação) observou que as capacidades das instituições e intervenientes relevantes para o SGFP nos países PALOP-TL foram desenvolvidas de forma sustentável. Todos os quatro indicadores da OCDE-DAC - eficiência, eficácia, pertinência e sustentabilidade - foram plenamente cumpridos, de acordo com essas avaliações.

As transformações ao nível do objetivo geral só devem ser verificadas a longo prazo. Estas transformações ainda precisam de ser monitorizadas por muito tempo após o término do Pro PALOP-TL ISC. No entanto, de acordo com o relatório final da avaliação a meio percurso do projeto, “as atividades e ações implementadas contribuirão, a longo prazo, para as metas estabelecidas”<sup>153</sup> pelo projeto. As/os avaliadores/as observaram, nas trocas estabelecidas com os beneficiários do projeto, “sinais de mudança que as/os beneficiários/as pretendem promover e há provas de que essas transformações não são estranhas às intervenções do Pro PALOP-TL ISC”<sup>154</sup>. Os/as avaliadoras/es afirmaram que puderam observar “transformações significativas no que diz respeito à publicidade cultural e à informação orçamental e de despesas atempada nos países beneficiários”<sup>155</sup>. As intervenções do projeto “sugeriram novos caminhos e/ou fomentaram iniciativas existentes em curso nas instituições beneficiárias que são responsáveis por formular políticas públicas no campo da execução orçamental”<sup>156</sup>.

O relatório final da avaliação a meio percurso considerou que “As intervenções do Pro PALOP-TL ISC contribuíram, direta ou indiretamente, para promover a governação económica nos PALOP e em Timor-Leste e para reforçar as capacidades técnicas e

---

151 Também foi reconhecido pela UE e pelas NU em diversos documentos: a Declaração Conjunta da VI Cimeira Brasil-UE (Brasília, 24/01/2013), na Carta de Brasília (anexo 5) e na Nota Política 8 (março 2013) emitida pelo Observatório Europeu de Parcerias Estratégicas, e pelo Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) <https://www.unsouthsouth.org/2016/05/30/good-practices-in-south-south-and-triangular-cooperation-for-sustainable-development-2016/>.

152 Exercício de seguimento orientado para os resultados (exercício de seguimento interno, implementado em projetos de cooperação para o desenvolvimento).

153 Avaliação Semestral do Relatório Final, pág. 17.

154 Idem.

155 Idem.

156 Idem.

funcionais das ISC, Parlamentos, parlamentares e sociedade civil”<sup>157</sup> nestes países.

Os/as avaliadoras/es identificaram fragilidades na conceção dos indicadores e metas, tanto ao nível dos objetivos específicos como dos resultados esperados, relacionadas principalmente com o elevado número de indicadores, a falta de metas a médio prazo e, em alguns casos, o facto de os indicadores não terem sido considerados muito SMART. Foi recomendado que estes sejam ser revistos nas próximas intervenções para permitir um melhor seguimento e avaliação<sup>158</sup>.

Os infográficos abaixo resumem os resultados e as conclusões do último destes exercícios, com o objetivo de monitorizar e avaliar a eficiência, eficácia, pertinência e sustentabilidade do projeto.

## EUROPEAN COMMISSION’S RESULTS ORIENTED MISSION

In its final year, the Pro-PALOP-TL SAI underwent the European Commission’s ROM Assessment

- Angola, Cabo Verde and Mozambique scored Good or Very good on all indicators
- Out of 32 indicators, Sao Tome and Principe was only found to have problems in one
- Only one problem value found in the assessment of Effectiveness
- The project-wide assessment showed problems in merely 3 indicators. There were no problems found with respect to the project’s relevance or effectiveness
- No serious deficiencies were found in any of the project countries

Category	Relevance											Efficiency								Effectiveness				Sustainability								
Scoring	1.2	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7a	1.7b	1.7c	1.7d	1.7e	2.1	2.2	2.3a	2.3b	2.3c	2.4a	2.4b	2.4c	2.5	2.6	3.1	3.2	3.3	3.4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	4.7
Angola	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Cabo Verde	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Guinea Bissau	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Mozambique	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Sao Tome and Principe	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Timor-Leste	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Project-wide	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

● Good/ Very good     
 ● Problems     
 ● Serious deficiencies

157 Avaliação Semestral do Relatório Final, pág. 21.

158 Idem.

# EUROPEAN COMMISSION'S RESULTS ORIENTED MISSION

Most of the problems have been (at least partially) mitigated. This has been indicated by the ROM reports themselves.

## PROJECT-WIDE ASSESSMENT

### 2.4 a:

- DELAYS
  - All delays in activities were eventually mitigated.
  - *“Some activities took longer than the time originally envisaged due to non-controllable variables”*
  - By October 2017, or 96% into the implementation period, the project had spent 83%. The Project Management Unit expected that by the time all activities stated in the Letters of Agreement had been implemented, the project spending would have gone up to 95-100%

### 4.3:

- AFFORDABILITY OF THE ACCESS TO THE BENEFITS ON THE LONG TERM
    - The project has ensured sustainability of the benefits of capacity building.
    - It has tapped into existing networks (OISC / CPLP, AFROSAI) which will continue to operate independently of the project.
    - As support to civil society organization is taking priority in the donor community, including the EU, the sustainability of civil society platforms is becoming less of a concern.
    - 4.5: Private sector's involvement to ensure sustainability
    - On-going online sustainability actions (project repository, eLearnings).
    - A community of practice of PALOP-TL CSO is now more likely to exist and function in a sustainable manner.
-

## SAO TOME AND PRINCIPE

- **1.4.** Government-led system of sector coordination involving the relevant local stakeholders and donors
  - *“As the Ministry of Finance and the TC improve their performance, it is expected that coordination between AN ‘ TC and Government will be strengthened.”*

---

## GUINEA BISSAU

- All problems related to Sustainability.
  - Report acknowledges the progress in building institutional and human capacities, and recognizes that Guinea Bissau had been significantly behind other PALOP countries from the outset of the project.
  - On-going online sustainability actions (project repository, eLearnings).

---

## TIMOR LESTE

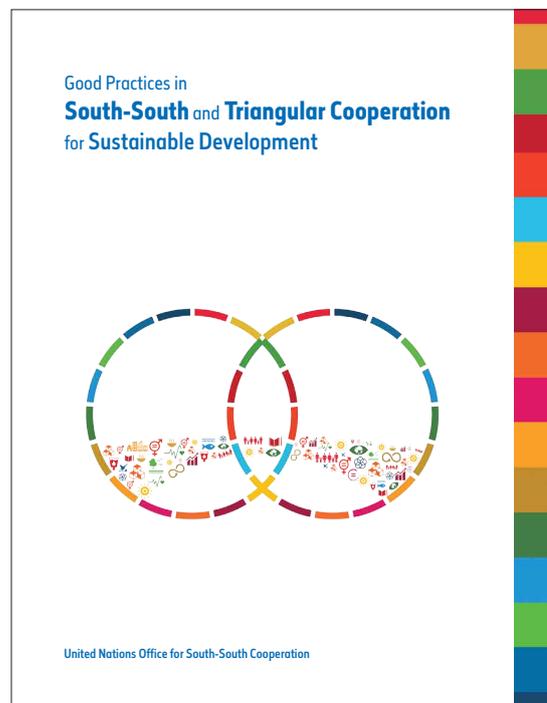
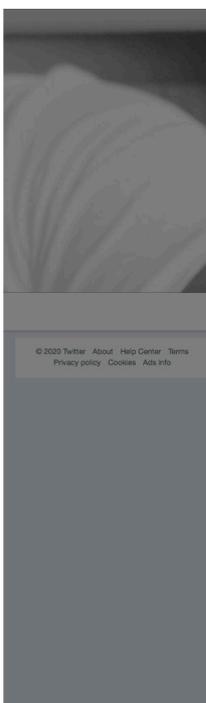
- **1.4.** Government-led system of sector coordination involving the relevant local stakeholders and donors
  - The report recognizes that despite many unforeseen challenges, the project identified and responded to the needs and priorities of beneficiary institutions and adapted to their limitations.
  - The project made significant efforts to mitigate implementation delays.
  - The project has produced accurate reports which have provided sufficient information to assess progress in Timor Leste despite delays in implementation.
  - Report acknowledges that, alike Guinea Bissau, Timor Leste had been significantly behind other PALOP countries from the outset of the project and will therefore require support past the end of the project.

# PARTE II

## PRODUTOS



Desde 2013, a **INTOSAI-IDI**<sup>159</sup> inclui, nos seus convites mundiais para a submissão de propostas, relatórios de seguimento do Pro PALOP-TL ISC, entre outras iniciativas relevantes que promovem o desenvolvimento de capacidades da ISC através da cooperação sul-sul e triangular, envolvendo também as ISC do Brasil e Portugal<sup>160</sup>.



159 <http://www.idi.no/en/about-idi>.

160 [http://intosaidonor.org/64801\\_wp-uploads/2017/11/Agenda-Item-3b.-Global-Call-for-Proposals-2013-Monitoring-Report-2-Sep-2014.pdf](http://intosaidonor.org/64801_wp-uploads/2017/11/Agenda-Item-3b.-Global-Call-for-Proposals-2013-Monitoring-Report-2-Sep-2014.pdf).

Em maio de 2016, o UNOSCC<sup>161</sup> **destacou o papel inovador do Pro PALOP-TL ISC como uma boa prática de cooperação sul-sul e triangular, com base nos seguintes aspetos:**<sup>162</sup> mobilização de processos históricos partilhados; práticas institucionais; enquadramentos jurídicos e laços culturais que unem esses países; envolvimento das instituições beneficiárias no desenvolvimento do projeto, que resultou na sua apropriação; criação e recurso de plataformas *on-line* hospedadas em outras plataformas bem-sucedidas, a nível global e regional, de gestão de conhecimento e partilha de informações como o AGORA<sup>163</sup>, OISC|CPLP<sup>164</sup> e LegisPALOP<sup>165</sup>; capacitação através da aprendizagem pelos pares, aconselhamento especializado e acesso a informação e conhecimento de ponta.

Em 2017, o **Relatório Parlamentar Mundial centrou-se na ‘Supervisão parlamentar: o poder do Parlamento de responsabilizar o Governo’**<sup>166</sup> da União Interparlamentar<sup>167</sup>|PNUD, refere o Pro PALOP-TL ISC como boa prática de cooperação entre os Parlamentos e ISC nos PALOP e Timor-Leste.

Em fevereiro de 2018, no contexto das discussões políticas sobre a **Parceria estratégica do PNUD | UE a nível mundial**<sup>168</sup>, o projeto foi referenciado como **um exemplo de como promover uma melhor supervisão das finanças públicas através dos Parlamentos dos PALOP**<sup>169</sup>.

Em maio do mesmo ano, no **relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a “Interação entre as Nações Unidas, os Parlamentos nacionais e a União Interparlamentar”**<sup>170</sup>, apresentado

à 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, o Pro PALOP-TL ISC foi o único projeto específico referenciado como exemplo do modo como as Nações Unidas/PNUD se envolvem eficazmente com os Parlamentos em todo o mundo<sup>171</sup>.

### No parágrafo 9

“O PNUD apoiou Parlamentos no desenvolvimento de um plano estratégico para a elaboração de quadros parlamentares holísticos para a reforma e o reforço parlamentar no Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Geórgia, Guiné-Bissau, Iraque, Madagáscar, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Kosovo”.

“O PNUD também iniciou projetos multinacionais para o progresso da ação parlamentar em questões específicas, incluindo um projeto sobre o reforço das competências técnicas e funcionais dos Parlamentos na supervisão das finanças públicas, que incluiu a constituição de um grupo de trabalho de alto nível entre Comissões Parlamentares de Orçamento de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”.

### No parágrafo 31

“Na Guiné-Bissau, o PNUD apoiou o Parlamento na elaboração e produção do primeiro manual de ética parlamentar do país.”

### No parágrafo 35

“Em Cabo Verde, o PNUD ajudou o Parlamento a desenvolver um plano de ação para a transparência parlamentar”.

161 <https://www.unsouthsouth.org/>.

162 <https://www.unsouthsouth.org/library/publications/good-practices-in-sstc-for-sustainable-development/>.

163 AGORA ([www.agora-parl.org](http://www.agora-parl.org)) é um Portal Global para o Desenvolvimento Parlamentar, implementado conjuntamente pelo PNUD, IDEA Internacional, Instituto do BM e Instituto Nacional Democrático. O portal AGORA também trabalha de perto com a UE: o Gabinete para a Promoção do Desenvolvimento Parlamentar do Parlamento Europeu é um parceiro oficial do projeto AGORA e a Comissão Europeia fez várias contribuições para o AGORA, desde o seu lançamento em 2010. Desde o seu lançamento na Assembleia Nacional em Paris em 2 de março de 2010, o AGORA tornou-se o principal portal para a comunidade de desenvolvimento parlamentar, ligando organizações internacionais, especialistas em desenvolvimento parlamentar e profissionais, mas também membros do Parlamento, funcionários/as parlamentares, ONG e da OSC ativas no domínio do desenvolvimento parlamentar.

164 OISC|CPLP é a Organização das ISC da CPLP. Esta organização foi criada em 1995 e é membro da INTOSAI desde 2010 – mais informação em <http://www.oiscplp.org/>.

165 <http://legis-palop.org/bd/Home.aspx/CreditosInternacionais>.

166 União Interparlamentar - <https://www.ipu.org/t>.

167 <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2017-10/global-parliamentary-report-2017-parliamentary-oversight-parliaments-power-hold-government-account>

168 Parcerias #UNDPEU [pic.twitter.com/eLbUqRcCmq](https://pic.twitter.com/eLbUqRcCmq).

169 [bit.ly/2EkFXp5](https://bit.ly/2EkFXp5).

170 [https://www.ipu.org/sites/default/files/documents/sgr\\_-\\_s.pdf](https://www.ipu.org/sites/default/files/documents/sgr_-_s.pdf).

171 <https://www.un.org/press/en/2018/ga12016.doc.htm>.

## 2.1. CURSOS *eLEARNING* E PRODUTOS AUDIOVISUAIS

O projeto recorreu a ações de formação como ferramenta para reforçar as competências e fornecer credenciais credíveis aos beneficiários, ao mesmo tempo em que estabelecia plataformas *eLearning* que garantem acesso duradouro a boas práticas, base de dados e informações sobre domínios de GFP – tais como transparência fiscal, fiscalização parlamentar orçamental, controlo externo de GFP, monitoria social do SGFP e transparência orçamental, entre outros.

O projeto estabeleceu e disponibilizou ao público uma plataforma *eLearning* em língua portuguesa hospedada na Plataforma

Parlamentar Global AGORA, garantindo assim meios duradouros de acesso à base de dados e informações em língua portuguesa produzidas pelo projeto com o apoio das instituições beneficiárias.

Seguem-se os resultados do Pro PALOP-TL ISC, transversais aos dois resultados esperados, que tinham em vista a promoção de uma aprendizagem conjunta, troca de experiências entre pares para o desenvolvimento de capacidades, CoP para partilha das práticas recomendadas e a adoção de agendas estratégicas de desenvolvimento no domínio do GFP:

---

**3.450 pessoas dos países PALOP-TL,** entre as quais juízes/as e auditoras/es da ISC, deputados/as, membros do Parlamento e membros da sociedade civil, formadas através de cursos *eLearning* e iniciativas presenciais utilizando: cooperação sul-sul e triangular; aprendizagem pelos pares; trocas de experiências e boas práticas para desenvolver competências, ferramentas, métodos, que permitam reforçar o controlo externo, fiscalização parlamentar orçamental, monitoria social do SGFP e simplificação de informações orçamentais; encontros presenciais das CoP e cursos *eLearning* Pro PALOP-TL ISC|AGORA, adaptados aos contextos dos países PALOP-TL.

**6 cursos *eLearning*** disponíveis em língua portuguesa e inglesa na plataforma AGORA LMS, 5 dos quais foram desenvolvidos usando as boas práticas partilhadas nos eventos de aprendizagem (CoP, incluindo seminários para trocas de experiências e grupos de trabalho de alto nível) organizados no âmbito do Pro PALOP-TL ISC.

---

2015

## SEMINÁRIO CONJUNTO PRO PALOP-TL ISC | BANCO MUNDIAL SOBRE SUPERVISÃO PARLAMENTAR E CONTROLO EXTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA EM ÁFRICA E EM TIMOR-LESTE (CABO VERDE)

### MATERIAL DE VÍDEO

[Lista de reprodução do seminário](#) no canal do *YouTube* Pro PALOP-TL ISC (disponível apenas na versão em português).

[Reportagem do seminário](#) no canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (com legendas em inglês).

Lógica de intervenção do Pro PALOP-TL ISC e principais questões a abordar relativamente à fiscalização parlamentar orçamental e controlo externo da GFP nos países de língua portuguesa em África e Timor-Leste – [entrevista com legendas em inglês](#).

Abordagem da transparência e responsabilização, no âmbito de contratos complexos em indústrias extrativas - numa breve entrevista, Gabriel Muthisse, economista e ex-ministro em Moçambique, partilhou a sua opinião sobre a experiência moçambicana e os desafios na criação de uma fiscalização

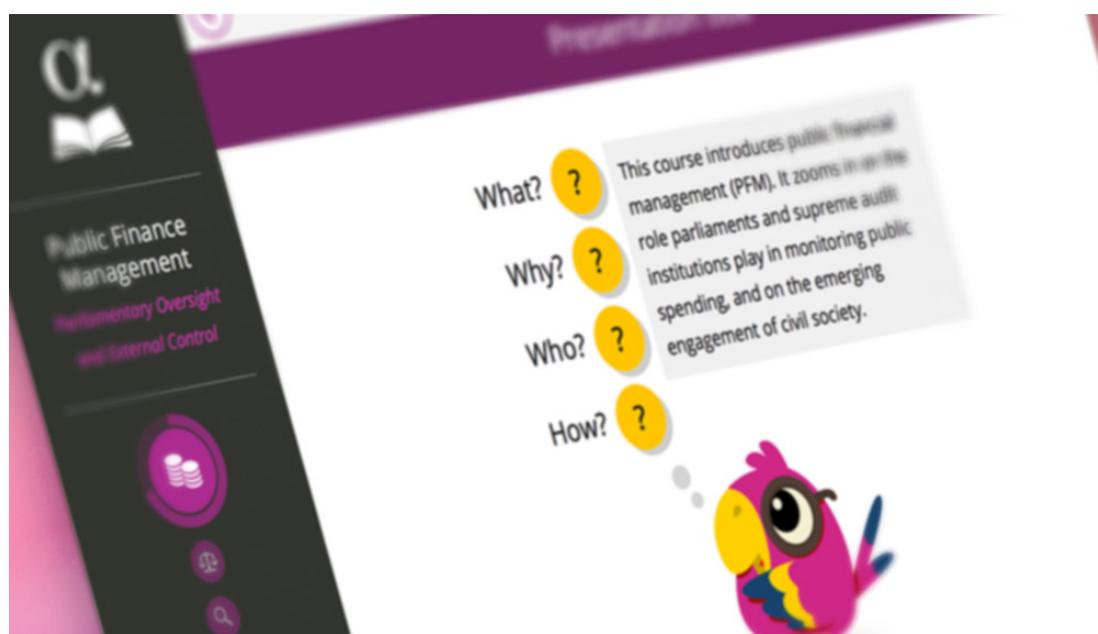
parlamentar eficiente, práticas de controlo externo e moldura jurídica. Uma antecipação das principais questões que surgem com o tema da dívida externa naquele país ([entrevista com legendas em inglês](#)).

### MATERIAL DE APRENDIZAGEM

*eLearning*:

[Gestão das Finanças Públicas: O Papel dos Parlamentos e das Instituições Superiores de Controlo](#) (lançado em 2015)

O curso baseia-se no conteúdo e na agenda do ‘Seminário de Alto Nível para a Fiscalização Parlamentar Orçamental e Controlo Legislativo da Despesa Pública nos PALOP e Timor-Leste’ organizado em Cabo Verde, em março de 2015. Inclui vídeo e PowerPoint sobre as apresentações feitas pelos/as oradoras/es e especialistas convidados/as. O curso está disponível em inglês e português.



**2015/16/17**

**GRUPOS DE TRABALHO DE ALTO NÍVEL DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE ORÇAMENTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA E TIMOR-LESTE PARA DEBATER A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR ORÇAMENTAL BASEADA NOS DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS PADRONIZADOS A DISPONIBILIZAR AO LONGO DO ANO FISCAL**

**MATERIAL DE VÍDEO**

**Lista de reprodução do grupo de trabalho de alto nível 2015** no canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (disponível apenas na versão em português).

**Reportagem do Seminário de grupo de trabalho de alto nível 2015** no Canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (disponível apenas na versão em português).

**MATERIAL DE APRENDIZAGEM**

*eLearning:*

**ODS, Parlamentos e Orçamentos** (lançado em 2017)

O curso baseia-se no conteúdo e agenda dos três grupos de trabalho de alto nível e inclui vídeos e PowerPoints relativos às apresentações feitas pelos/as oradoras/es, convidados/as e especialistas. Este curso analisa o modo como os Parlamentos, em cooperação com as ISC e OSC, podem reforçar as suas capacidades para disponibilizar orçamentos mais inclusivos, responsáveis e transparentes para a implementação dos ODS. Mais especificamente, quando responsabilizados, os Governos planeiam e gastam efetivamente alinhados com os ODS, refletindo as necessidades dos/as cidadãos/ãs. A supervisão do orçamento é fundamental para a concretização do Objetivo 16, pois promove instituições mais fortes e eficazes. Orçamentos transparentes, resultantes de processos participativos, apresentados por instituições responsáveis, podem identificar despesas necessárias que não excluam ninguém.

O curso está disponível em inglês e português.





**2015**

## **MESA REDONDA SOBRE AUDITORIA EXTERNA DAS ISC ÀS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E GRANDES OBRAS PÚBLICAS NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E EM TIMOR-LESTE (MAPUTO)**

### **MATERIAL DE VÍDEO**

**Lista de reprodução da mesa redonda de 2015** com testemunhos das/os participantes no canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (apenas disponível na versão em português).

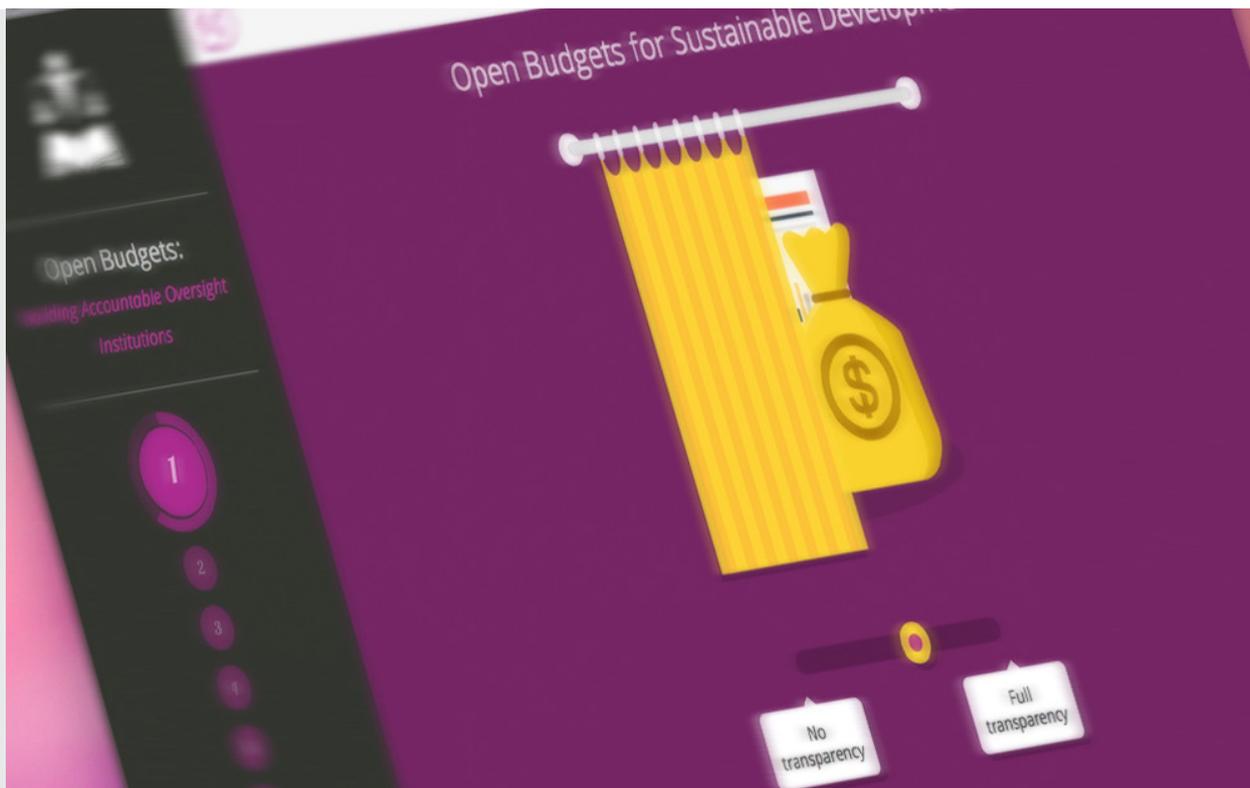
### **MATERIAL DE APRENDIZAGEM**

*eLearning:*

#### **Parlamentos, ISC e a supervisão das indústrias extrativas** (lançado em 2017)

O curso baseia-se parcialmente no conteúdo da Mesa Redonda de 2015 sobre a auditoria externa das ISC a grandes obras públicas nos PALOP e em Timor-Leste. As indústrias extrativas podem ser um poderoso motor de crescimento económico, mas a extração

de recursos não renováveis está ligada a consideráveis riscos políticos e económicos. Este curso explora como os Parlamentos, as ISC e as OSC podem promover estratégias inclusivas, transparentes e responsáveis de gestão de recursos naturais, que incluam medidas adequadas de gestão de risco. Combina conhecimento temático especializado com as melhores práticas a nível mundial, de forma a fornecer aos/às parlamentares e outros atores responsáveis pela supervisão, inclusivamente as ISC e a sociedade civil, um conjunto de ferramentas para a gestão transparente, independente e responsável de projetos da indústria extrativa. A partir de agora, o curso está disponível em português e inglês.



**2016**

## **WORKSHOP CONJUNTO PRO PALOP-TL ISC | PARCERIA INTERNACIONAL DO ORÇAMENTO SOBRE TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA EM ÁFRICA E TIMOR-LESTE (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)**

### **MATERIAL DE VÍDEO**

**Lista de reprodução do seminário** no canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (disponível apenas na versão em português).

**Reportagem do seminário** no canal do *YouTube* do Pro PALOP-TL ISC (disponível apenas na versão em português).

### **MATERIAL DE APRENDIZAGEM**

*eLearning:*

**Orçamentos Abertos: Construindo Instituições de Supervisão Responsáveis** (lançado em 2016)

Este curso explora como os Parlamentos podem reforçar a transparência das contas

públicas e a responsabilização na GFP. Baseia-se num *workshop* conjunto organizado pela IBP e pelo projeto Pro PALOP-TL ISC em São Tomé e Príncipe, em novembro de 2015, sobre 'Transparência e Responsabilização nas Finanças Públicas dos Países Lusófonos'.

Dar às/aos cidadãos/ãs oportunidades significativas de participar nos processos orçamentais, permite que os Governos criem orçamentos de forma responsável e transparente, que estes reflitam as prioridades mais prementes e garantam uma melhor monitoria da implementação efetiva do orçamento. O curso está disponível em inglês e português.

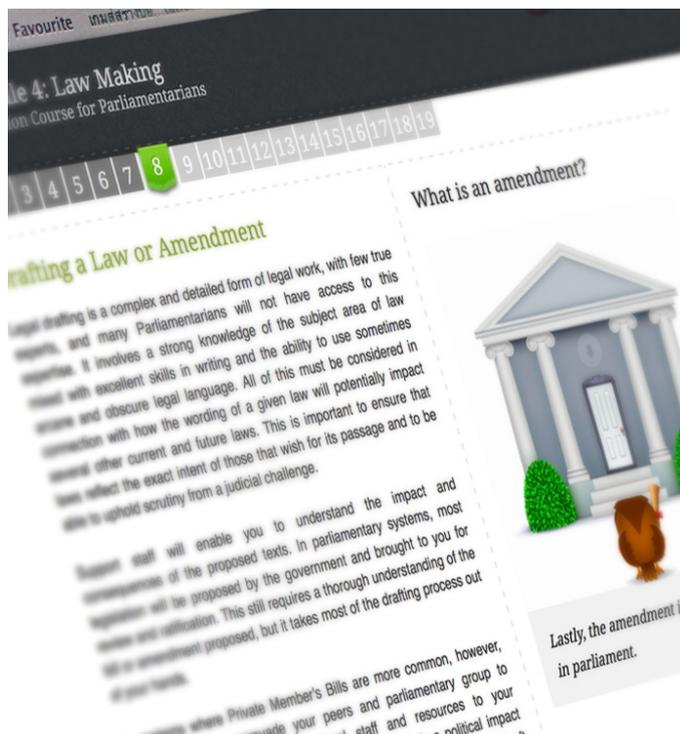
Abaixo encontram-se dois cursos *eLearning* adicionais que não foram baseados em eventos de aprendizagem pelos pares do Pro PALOP-TLISC (conferências, seminários, *workshops* ou grupos de trabalho de alto nível):

## PARLAMENTOS E TIC

(lançado em 2017)

As ferramentas de TIC não estão apenas a transformar as comunicações interpessoais, mas também a partilha de informações, o funcionamento do local de trabalho e as formas de mobilização política em todo o mundo. Para os Parlamentos, as ferramentas de TIC são um facilitador essencial de maior transparência, acessibilidade e responsabilização, bem como um canal bi-direcional para o envolvimento dos/as cidadãs/ãos. Este curso centra-se nas oportunidades de tornar a instituição do Parlamento mais eficaz, eficiente, transparente e mais bem equipada para se aproximar dos/as cidadãs/ãos.

O curso está disponível em inglês e português.



## PARLAMENTOS NA PRÁTICA: UMA INTRODUÇÃO

(lançado em 2016)

Um curso de introdução criado para legisladores/as que são novas/os no Parlamento e para funcionários/as parlamentares, profissionais, doadores, OSC e outros membros da sociedade que queiram aprender como funciona o Parlamento.

O curso está disponível em inglês, português, francês, árabe e russo.



## NOTA IMPORTANTE

Devido a potenciais implicações legais e financeiras relacionadas com a entrada em vigor do RGPD, a Plataforma AGORA LMS, onde o Pro PALOP-TL ISC está hospedado, tomará medidas transitórias para garantir a conformidade com o regulamento. Estas medidas incluirão, essencialmente, a suspensão temporária das funções de “iniciar sessão” e “inscrição” nos cursos e podem ser estendidas à eliminação da atual base de dados de profissionais inscritos/as nos cursos. Outras medidas incluem o não uso ou partilha para fins comerciais ou publicitários de dados pessoais recolhidos pelo projeto para fins informativos durante e após o período de implementação.

O conteúdo dos cursos (versões em inglês e português) é considerado um bem do projeto e estará disponível para download por parte da entidade implementadora (PNUD), principais financiadores do projeto (UE e Gestores Nacionais dos PALOP e Timor Leste) e principais beneficiários do projeto (ISC, Parlamentos, MF e OSC dos PALOP e Timor-Leste).

## 2.2. MANUAIS E HANDBOOKS DOS/AS PARTICIPANTES

Cada evento de aprendizagem presencial e CoP do Pro PALOP-TL ISC (grupos de trabalho de alto nível, seminários para trocas de experiências, conferências de pares) produziu *handbooks*. Estes *handbooks* são concebidos para informar as/os participantes e/ou outros/as profissionais, académicas/os e investigadores/as sobre a problemática, abordagem, escopo, objetivos, resultados e agenda de um evento de aprendizagem específico.



Seguem-se alguns exemplos dos *handbooks* produzidos pelo Pro PALOP-TL ISC:

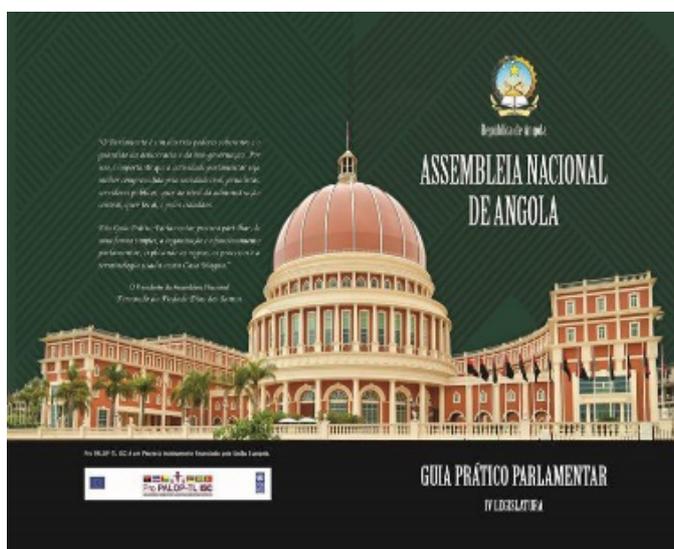
### **‘Seminário de Alto Nível sobre Controlo Externo e Fiscalização Parlamentar das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste’** –

coorganizado com o BM (Praia, Cabo Verde, 9 a 13 de março de 2015);

### **‘Quadro de Avaliação de Desempenho das ISC (SAI-PMF) PALOP e Timor-Leste e Formação do Grupo de Trabalho de Língua Portuguesa’** –

coorganizado com o OISC|CPLP<sup>172</sup> (Minas Gerais, Brasil, 4 a 10 de maio de 2014 e Maputo, Moçambique, 8 a 12 de junho de 2015);

**‘Mesa Redonda do PALOP-TL ISC sobre Controlo Externo centrada nas Indústrias Extrativas e Grandes Obras Públicas nos PALOP e Timor-Leste’** – coorganizado com o Programa de Governança da Empresa Federal Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) para Moçambique (Maputo, Moçambique, 29 de setembro a 2 de outubro de 2015).



<sup>172</sup> Organização das ISC para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



## 2.3. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O programa de Pós-Graduação foi o primeiro programa de GFP adaptado para responder às necessidades de capacitação em auditoria externa das ISC. Os/as alunas/os da pós-graduação nunca tinham integrado um tipo de programa de aprendizagem deste tipo, de alta qualidade. Foi a primeira vez que o Tribunal de Contas, Parlamento e qualquer outra instituição beneficiária beneficiou deste tipo de programa de ensino superior, desenhado para responder às exigências de profissionais e praticantes no domínio do controlo externo das finanças públicas.

As/os participantes incluíram juízas/es, auditores/as, altos funcionários da ISC Angolana, deputadas/os e funcionários/as da Comissão Parlamentar de Orçamento, funcionárias/os do MF. O programa de Mestrado de 8 meses em GFM decorreu de setembro de 2016 a maio de 2017 e foi composto por 8 módulos de 20 horas cada, um seminário temático de 4 horas por módulo, e dois seminários de 4 horas para a abertura e o encerramento do curso, totalizando 200 horas de aulas.

No final do programa, os/as alunas/os da Pós-Graduação receberam um certificado de estudos de Pós-Graduação de 60 Créditos, à luz do Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos<sup>173</sup> (ECTS), válido e reconhecido na Europa, com equivalência em todo o mundo. Além disso, espera-se que pelo menos 8 artigos de investigação sejam publicados, em língua portuguesa, e que seja desenvolvido e disponibilizado pelo ISCTE um curso *eLearning* baseado no programa de pós-graduação em GFP.

As aulas foram ministradas em contexto de trabalho, utilizando uma variedade de técnicas e métodos, pedagógicos e de avaliação, que garantiram a aprendizagem e o sucesso. De um grupo de 64 estudantes de Pós-Graduação, entre juízes/as, auditoras/es e técnicos/as superiores da ISC Angolana (incluindo, também, membros do Parlamento/pessoal técnico da Comissão Parlamentar do Orçamento), 57 alunas/os de Pós-Graduação frequentaram com sucesso um programa de Mestrado em GFP, com a duração de 8 meses, composto por 8 módulos. Vinte e quatro das estudantes de

<sup>173</sup> European Credit Transfer System.



### PÓS-GRADUAÇÃO EM FINANÇAS PÚBLICAS PARA AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA



Este curso é cofinanciado pelo Pro PALOP-TL ISC, um projecto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente pelo PNUD

pós-graduação eram mulheres (37,5% do total), a classificação mais baixa foi 13 e a mais elevada 18 valores em 20. A classificação média foi de 15,5 valores em 20.

Este curso foi posteriormente adaptado para responder às necessidades de altos/as funcionárias/os e especialistas dos MF dos PALOP. Sessenta estudantes de pós-graduação representando os MF de Angola (26 altos/as funcionárias/os e especialistas), Cabo Verde (10 altos/as funcionárias/os e especialistas), Guiné-Bissau (5 altos/as funcionárias/os e especialistas), Moçambique (9 altos/as funcionárias/os e especialistas) e São Tomé e Príncipe (10 altos/as funcionárias/os e especialistas), entre os quais 28 mulheres (46,6%) participaram e terminaram o programa com sucesso – tendo o ISCTE-IUL recomendado a elevada qualidade da turma.

O curso teve a mesma estrutura, mas os 8 módulos foram adaptados de forma a abordarem questões centrais da GFP e a serem lecionados em duas sessões, divididas entre março e maio de 2017.



## 2.4. GUIAS OPERACIONAIS SOBRE ANÁLISE ORÇAMENTAL PARA AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE ORÇAMENTO

O “poder orçamental” é uma atribuição essencial dos Parlamntos que permite a participação do poder legislativo na implementação do Orçamento do Estado. A extensão do legislador para compreender as complexidades dos Orçamentos do Estado e relatórios de despesas determinará o poder orçamental na legislatura. Escusado será dizer que os Parlamntos estão bastante atrasados no esforço para reforçar as suas capacidades de controlo *ex ante* e *ex post* dos orçamentos e nivelar a sua esfera de ação em relação ao órgão executivo, no que diz respeito à fiscalização parlamentar e à utilização dos recursos públicos.

Os Orçamentos do Estado são o instrumento mais complexo para a execução do programa

do Governo e das políticas nacionais, legitimados no Parlamento pelas/os legisladores em representação do povo. Destarte, o Parlamento precisa garantir que o orçamento promulgado é executado dentro dos limites, nos termos do mandato concedido pelo povo, através do poder legislativo, ao executivo. Atribuindo este mandato ao executivo e supervisionando a sua implementação, o legislativo usa o poder do orçamento. Um dos principais focos do apoio do Pro PALOP-TL ISC aos Parlamntos dos PALOP e Timor-Leste é saber até que ponto e de que forma é que o legislativo pode garantir que este poder é efetivamente usado.

O projeto desenvolveu duas diretrizes operacionais relativas ao apoio prestado aos Parlamntos em Cabo Verde e Moçambique. As

diretrizes dos SOP - que abordam a fiscalização parlamentar orçamental e o escrutínio dos documentos orçamentais padronizados ao longo do ciclo orçamental em cada um destes países - podem ser adaptadas ao contexto legal e institucional de outros PALOP e Timor-Leste. Estes documentos fazem parte do património do projeto e serão disponibilizados, tal como o espólio do projeto, que pode ser utilizado por outras iniciativas no futuro.

Em Cabo Verde, as diretrizes foram produzidas através de quatro *workshops*, desenhados e facilitados pelo consultor nacional sénior da UGP (e pelo analista sénior para o orçamento em apoio ao Parlamento de Cabo Verde). Estes *workshops* produziram os seguintes produtos que contribuíram para a prossecução das diretrizes do projeto:

- ❖ Conceção e configuração de diretrizes/SOP para analisar e garantir a fiscalização legislativa dos documentos orçamentais padronizados, usando os seguintes documentos orçamentais como linhas de base: propostas de orçamento do executivo de 2017 e 2018; relatórios de final de ano e de auditoria de 2013 e 2014.
- ❖ Formação e capacitação da Comissão de Orçamento (sendo que outras comissões também estavam envolvidas), equipa e parlamentares na abordagem, meios e ferramentas para efetivamente examinar e supervisionar os documentos orçamentais padronizados, de acordo com o enquadramento jurídico e as práticas recomendadas.

Em Moçambique, as diretrizes foram produzidas com recurso ao apoio especializado em contexto de trabalho de um analista de orçamento sénior recrutado pelo

Pro PALOP-TL ISC e acolhido no Parlamento nacional. Este apoio produziu os seguintes produtos, que foram introduzidos nas diretrizes:

- ❖ Aconselhamento especializado à Comissão Orçamental e à administração parlamentar sobre técnicas, métodos e ferramentas para assegurar a fiscalização parlamentar orçamental ao longo do ciclo orçamental, com base nos documentos orçamentais padronizados em Moçambique, utilizando os seguintes documentos orçamentais como linhas de base: declaração pré-orçamental 2016 (Plano Económico Social - PES) e orçamento promulgado (Orçamento do Estado); propostas de orçamento do executivo 2017 e 2018 e esboço de declarações pré-orçamentais; relatórios anuais do 4º trimestre de 2016 e do 1º trimestre de 2017, os quais resultaram, pela primeira vez, numa análise orçamental independente produzida pelas/os funcionários/as parlamentares (embrião daquele que se espera que se torne o Gabinete Parlamentar Independente para a análise do orçamento, abrangido pela Comissão de Orçamento), com o apoio do analista de orçamento sénior do Pro PALOP-TL ISC.

Formação e capacitação da Comissão de Orçamento (também estiveram envolvidas outras comissões), equipa e deputadas/os na abordagem, meios e ferramentas para efetivamente examinar e supervisionar os documentos orçamentais padronizados, de acordo com a estrutura legal e as práticas recomendadas.



## 2.5. ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ORÇAMENTAÇÃO SENSÍVEL AO GÊNERO E ELABORAÇÃO DE UM QUADRO PARA A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR DAS DESPESAS PÚBLICAS DESTINADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

O conceito de OSG não implica a criação de orçamentos separados para mulheres, ou apenas o aumento dos gastos com programas para mulheres. Em vez disso, o Orçamento Sensível ao Género (OSG) procura garantir que a recolha e a alocação de recursos públicos sejam realizadas de maneira eficaz e contribuam para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. O planeamento nacional e a orçamentação sensíveis ao género contribuem para o avanço da igualdade de género e a implementação efetiva dos direitos das mulheres. O OSG envolve identificar e refletir acerca das lacunas de género que cabe colmatar nas políticas, planos e orçamentos dos Governos no plano setorial e local.

Os Parlamentos estão no centro da mudança para que o orçamento se torne sensível ao género. Desde 2014, o Pro PALOP-TL ISC tem organizado várias formações para reforçar as competências de capacitação, fornecer assistência técnica, aconselhamento e ações de cooperação sul-sul para grupos parlamentares de mulheres nos PALOP e em Timor-Leste. O modelo Pro PALOP-TL ISC GRB é um modelo integrado, que segue as recomendações da Quinta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em 1995, pelas Nações Unidas, em Pequim.

Abaixo encontram-se elencados os principais produtos do Pro PALOP-TL que abordam a OSG, a fiscalização parlamentar e a monitoria social da



despesa pública destinada a promover a igualdade de género nos PALOP e Timor-Leste:

- Um estudo comparativo que se foca nas disparidades de género encontradas entre os Orçamentos do Estado e a despesa pública dos PALOP e de Timor-Leste. O estudo permitiu desenvolver e aplicar nos cinco PALOP e em Timor-Leste aquela que se tornaria a abordagem padronizada do Pro PALOP-TL ISC GRB e a sua integração nos ciclos orçamentais nos PALOP e Timor-Leste. Essa abordagem sistematizou métodos e ferramentas para analisar e reunir dados de políticas que incorporam questões género, alocações orçamentais e despesas que contribuem para uma estrutura mais ampla de responsabilização e fiscalização pública/legislativa do executivo - focando-se na igualdade de género.
- Um mapeamento detalhado de todos os instrumentos legais, incluindo ferramentas de planificação e orçamentais disponíveis em cada PALOP e em Timor-Leste, permitindo integrar e alimentar uma abordagem de género nos ciclos e documentos orçamentais, refletindo as prioridades de género nas políticas públicas. O mapeamento inclui os principais intervenientes e parceiros, bem como oportunidades e possíveis pontos de entrada para a sensibilização e envolvimento do executivo e de outras partes intervenientes dos ecossistemas da GFP, necessários para garantir orçamentos públicos e/ou estatais sensíveis ao género.
- Uma análise do OSG em cada PALOP e em Timor-Leste que permitiu partilhar com os principais intervenientes desses ecossistemas de GFP:
  - dados confiáveis sobre investimentos públicos que poderiam promover a igualdade de género através de programas específicos ou transversais/principais comuns a vários programas;
  - uma análise aprofundada, confrontando a coerência desses investimentos e dos documentos de políticas e estratégias nacionais para identificar lacunas no planeamento estratégico e na implementação.
- Uma abordagem padronizada e uma ferramenta de trabalho para assegurar o escrutínio e fiscalização parlamentar efetiva da despesa pública destinada a promover a igualdade de género (incluindo a OSG) disponibilizada e adaptada aos contextos institucionais, humanos e legais em cada PALOP e em Timor-Leste.
- Uma estratégia para sensibilização, formação e apoio especializado adaptada ao contexto específico de cada país.



## 2.6. PLANOS ESTRATÉGICOS PARA A ELABORAÇÃO DE QUADROS PARLAMENTARES HOLÍSTICOS PARA A REFORMA E O REFORÇO PARLAMENTAR

Os planos estratégicos facilitados pelo projeto ajudaram deputadas/os e funcionários/as parlamentares a apropriarem-se dos processos parlamentares. Estes planos promoveram a capacitação das/os deputados/as no que diz respeito à apresentação de documentos para aprovação, reforço da supervisão parlamentar e apoio à promoção das relações entre o Parlamento, as/os cidadãos/ãs e a sociedade civil. Os Parlamentos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé já passaram por este processo de planificação inclusiva e, alguns deles, aprovaram os seus primeiros planos estratégicos em sessões plenárias. Outros Parlamentos, por exemplo, o angolano, iniciaram o processo e estão a realizá-lo por iniciativa própria.

## 2.7. PLANOS DE VISIBILIDADE E COMUNICAÇÃO – UMA FERRAMENTA PARA A VISIBILIDADE DA AÇÃO EXTERNA DA UE

Os planos de **visibilidade**<sup>174</sup> e comunicação<sup>175</sup> do Pro PALOP-TL ISC foram elaborados e acordados com a Delegação da UE em Cabo Verde no início do projeto, em conformidade com o **Plano de Ação Conjunta sobre Visibilidade**<sup>176</sup> e as **Orientações conjuntas de visibilidade para as ações da CE-ONU no terreno**<sup>177</sup> as quais, resultantes de um acordo entre a UE e as Nações Unidas, continuam a ser os quadros vigentes observados pelo sistema das Nações Unidas no cumprimento dos compromissos de comunicação e visibilidade nos projetos financiados pela UE.

A abordagem de visibilidade e comunicação visava integrar todas as plataformas de redes sociais do projeto num círculo de seis plataformas de redes sociais e de comunicações intercomunicáveis (deixam de ser interativas devido ao término do projeto), ou seja, o *site*<sup>178</sup> do projeto, a **Plataforma AGORA**<sup>179</sup>, a página do *Facebook*<sup>180</sup>, *Canal do Youtube*<sup>181</sup>, *Twitter*<sup>182</sup>, e *ISSUU*<sup>183</sup>. Estas plataformas foram interligadas como uma forma de melhorar, aumentar e estimular o alcance e interatividade das mensagens e ações do projeto, a par com a visibilidade das iniciativas do projeto e das ações externas da UE.

A estratégia de comunicação permite comunicar de forma eficiente e eficaz através destas plataformas e também através de um meio mais “tradicional”, o *e-mail* - usando uma base de dados global dos beneficiários e partes intervenientes do projeto (base de dados geral de intervenientes, seminários e bases de dados específicas de *workshops*, base de dados específica de financiadores e parceiros, etc.). Devido a potenciais implicações legais e financeiras relacionadas com a entrada em vigor do **RGPD**, o Pro PALOP-TL ISC tomará medidas transitórias para garantir a conformidade com este regulamento. Essas medidas incluirão, essencialmente, a suspensão temporária das funções de “iniciar sessão” e “inscrição” nos cursos e podem ser estendidas à eliminação do atual banco de dados de profissionais inscritos/as nos cursos. Outras medidas incluem o não uso ou partilha, para fins comerciais ou de publicidade, de dados pessoais recolhidos pelo projeto para fins informativos durante e após do período de implementação.

O toolkit corporativo do PNUD sobre o toolkit de visibilidade da UE partilha as boas práticas que garantem a visibilidade adequada das ações externas da UE sob projetos

174 [https://www.agora-parl.org/sites/default/files/pro\\_palop\\_tl\\_isc\\_planovisibilidade.pdf](https://www.agora-parl.org/sites/default/files/pro_palop_tl_isc_planovisibilidade.pdf).

175 [https://www.agora-parl.org/sites/default/files/estrategia\\_comunicacao\\_pt.pdf](https://www.agora-parl.org/sites/default/files/estrategia_comunicacao_pt.pdf)

176 <https://ec.europa.eu/europeaid/node/45483>.

177 <https://ec.europa.eu/europeaid/node/45481>.

178 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai>.

179 <https://www.agora-parl.org/palop>.

180 <https://www.facebook.com/propalop.tl/>.

181 [https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1\\_1tQqqduF\\_tcg](https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1_1tQqqduF_tcg).

182 <https://mobile.twitter.com/ProPALOP>.

183 <https://issuu.com/propalop-tlisc>.

implementados pelo PNUD. O Pro PALOP-TL ISC é referenciado na atualização do toolkit de 2015 como uma boa prática para: planos de comunicação e visibilidade - considerados obrigatórios em tais projetos; produtos audiovisuais - reportagem, cobertura em vídeo,

canal do *YouTube*; documentação impressa - fichas de informação e comunicados de imprensa; *site* exclusivo; redes sociais - página no *Facebook* e canal do *YouTube*.



# JOINT VISIBILITY PLAN

## 2014

This Project is fully funded by the European Union

## 2.8. INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR

A implementação de projetos anteriores ao 10º FED, nomeadamente do programa Pro PALOP-TL PACE e o Pro PALOP-TL ISC, entre 2010-2017, permitiu conceber, testar, normalizar e desenvolver a cooperação sul-sul e triangular a nível institucional - desde os órgãos de gestão eleitoral às partes intervenientes relevantes nos ecossistemas da GFP nos países PALOP-TL.

Com base numa longa tradição de cooperação bilateral entre estes países no plano estadual e institucional, assente na partilha de tradições e culturas relativas à ordem jurídica, os dois projetos referidos puderam usar sistematicamente esses canais para: maximizar as oportunidades de eventos de aprendizagem pelos pares e de CoP para a promoção de trocas de experiências; partilhar o acesso a bases de dados, informação, conhecimento comparado e informação nas áreas de assistência eleitoral, participação política, responsabilização do SGFP, supervisão e controlo externo.

Durante a reunião final do Pro PALOP-TL ISC, representantes de alto nível das ISC e Parlamentos dos PALOP e Timor-Leste (principais beneficiários do projeto) foram muito claros e reconheceram, por unanimidade, o impacto da lógica de intervenção do projeto na concretização dos resultados. De acordo com estes [testemunhos gravados](#)<sup>184</sup>, as abordagens do projeto que favorecem a sistematização e o uso crítico dos “instrumentos existentes para cooperação institucional sul-sul e triangular”, “aprendizagem pelos pares e troca de experiências”, “exposição a boas práticas internacionais” permitiram oferecer resultados muito pertinentes, eficientes, eficazes e sustentáveis; bem como atividades “flexíveis adaptadas”, marcadas por uma abordagem ascendente que permite responder às “necessidades específicas do beneficiário”. O Pro PALOP-TL ISC melhorou e aperfeiçoou as ferramentas enumeradas abaixo, com o objetivo de promover a uniformização e a sustentabilidade no uso desta cooperação sul-sul e triangular.

---

184 <https://www.facebook.com/propalop.tl/videos/1817841574901342/>.

## FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE

- ✓ Comunidades de práticas que utilizam a aprendizagem pelos pares, a troca de experiências e o acesso facilitado a boas práticas/conhecimento comparado como a principal ferramenta para o desenvolvimento de capacidades.
- ✓ Formação em contexto real de trabalho, atividades de orientação e apoio no plano institucional (ISC, Parlamentos, MF), capitalizando a tradição bilateral (envolvendo o Brasil e Portugal) e a cooperação PALOP-TL.
- ✓ Acesso das instituições beneficiárias a plataformas LMS, bases de dados, conhecimento, conhecimento comparado e informação, disseminando boas práticas.

## FERRAMENTAS DE COORDENAÇÃO

O instrumento rentabiliza os mecanismos de gestão estabelecidos pelo Pro PALOP-TL PACE e pelo Pro PALOP-TL ISC, estabelecendo um mecanismo de coordenação alinhado com os princípios da apropriação nacional: gestão corrente assegurada pela UGP; coordenação e seguimento a nível nacional assegurado pelos seis Comitês de Coordenação de País (um em cada país beneficiário) e uma supervisão supranacional, assegurada pelo Comité de Pilotagem. Este mecanismo permite complementar e reforçar os esforços levados a cabo por diferentes parceiros a nível nacional, evitando a duplicação de estruturas e de atividades, bem como a sobreposição na execução das atividades.

## FERRAMENTAS DE SUSTENTABILIDADE

As ferramentas de sustentabilidade aumentam a visibilidade dos objetivos específicos, facilitam a partilha de conhecimento e posicionam o projeto como um modelo metodológico para as/os intervenientes interessados. Estas incluem:

Criação/manutenção de um arquivo *on-line* do projeto (*site*, página do *Facebook*, canal do *YouTube*), disponível em português e inglês, com tradução de todo o conteúdo e documentos relevantes do projeto.

- ▶ **Relatórios intuitivos, incluindo um documento de lições aprendidas.**
- ▶ **Divulgação e comunicação das concretizações do projeto.**

Tradução de cursos *eLearning* para o português.

A padronização e sistematização das instalações de cooperação sul-sul e triangular como principal ferramenta de apoio técnico e especialização, substituindo de forma eficiente e sustentável “consultorias tradicionais” para a execução das ações - particularmente formações e CoP.

Esse instrumento aumentou o sentido de responsabilidade e de pertença dos beneficiários, reduziu os custos das transações e mitigou as questões que, potencialmente, dificultariam a cooperação bilateral e a cooperação de apoio técnico de norte a sul. O uso sistemático da cooperação sul-sul e triangular não substitui o recurso a consultorias, tendo sido recrutadas/os especialistas para fornecer apoio técnico altamente especializado.

Com base na antiga tradição de cooperação bilateral entre os países beneficiários a nível estatual e institucional, ambos os projetos poderiam usar sistematicamente esses canais para maximizar as oportunidades de eventos de aprendizagem pelos pares, CoP que promovam trocas de experiências, acesso a bancos de dados, etc. Essa metodologia, abordagem e prática prepara o terreno para o futuro estabelecimento de um “instrumento”, visando a transformação sustentável e efetiva de práticas individuais e coletivas específicas em instituições da administração pública e do meio ambiente, ao:

a) Servir de “intermediário” e recorrer, sempre que possível e aceite pelos beneficiários, a outros instrumentos pré-existentes de cooperação institucional sul-sul e triangular (ex. plataformas, acordos institucionais bilaterais ou multilaterais etc.), reforçando e progressivamente consolidando esses laços em práticas de trabalho e redes de aconselhamento e apoio.

b) Utilizar a aprendizagem e as trocas entre pares para capacitação sempre que adequado, viável e desejável pelos beneficiários, como principal instrumento de assistência técnica. Como demonstrado em experiências anteriores PALOP-TL, as instituições estão mais interessadas em confiar, abrir, procurar assistência e reter informações e métodos de trabalho de colegas em ambientes semelhantes. Esta aprendizagem e troca entre pares incluirá boas práticas de países não PALOP-TL, por forma a pôr os países PALOP-TL em contacto com outras formas inovadoras de desenvolver as suas instituições.

c) Promover a exposição dos beneficiários a padrões e boas práticas internacionais já estabelecidas e a formação com reconhecimento internacional, quebrando assim o isolamento a que algumas instituições estão sujeitas (especialmente em áreas mais remotas ou em contextos relativamente isolados).

d) Identificar as necessidades específicas em que a ação pode responder com um valor regional acrescentado em colaboração com as instituições interessadas, de modo a ter uma abordagem flexível e individualizada e concentrar os recursos escassos em intervenções específicas nos ecossistemas da GFP, através do estabelecimento de PTA plurianuais acordados e inclusivos - formulados através de métodos de orçamentação baseados em resultados.

e) Ter uma abordagem de geometria variável, onde os países optam por entrar e sair de atividades regionais selecionadas de acordo com as necessidades das respetivas instituições. Isso evitará o envolvimento dos participantes em atividades de capacitação irrelevantes e também permitirá um equilíbrio entre os países, tendo cada um a possibilidade de estar “na liderança/ser formador” em algumas ações e “ser formado” em outras

- um equilíbrio que se espera que reforce o interesse e a apropriação pelos países da cooperação regional.

As fundações de tal instalação capitalizaram as antigas tradições de cooperação bilateral PALOP-TL e as iniciativas de cooperação existentes dentro da CPLP. O contexto plurinacional dos PALOP e TL permite a criação de mecanismos de revisão pelos pares que beneficiem os Parlamentos e as OSC num contexto de experiência comparativa e maior acesso à informação.

As avaliações a meio percurso<sup>185</sup> do projeto foram consistentes no reconhecimento do impacto e o papel fundamental da cooperação sul-sul e triangular, troca de experiências e aprendizagem pelos pares, envolvendo instituições e beneficiários, como um instrumento para a capacitação e assistência técnica<sup>186</sup>.

Desde 2013, a **INTOSAI-IDI**<sup>187</sup> inclui, nos seus convites mundiais para a submissão de propostas, relatórios de seguimento do Pro PALOP-TL ISC, a par com outras iniciativas relevantes que promovem o desenvolvimento de capacidades da ISC através da cooperação sul-sul e triangular, tais como as ISC do Brasil e Portugal<sup>188</sup>.

Em maio de 2016, o UNOSCC<sup>189</sup> **destacou o papel inovador do Pro PALOP-TL ISC como uma boa prática de cooperação sul-sul e triangular com base nos seguintes aspetos:**<sup>190</sup> mobilização de processos históricos partilhados, práticas institucionais, enquadramentos legais e laços culturais que unem estes países; envolvimento com as instituições beneficiárias no desenvolvimento do projeto, o que resultou na sua apropriação; estabelecimento de plataformas *on-line* ancoradas noutras plataformas bem sucedidas de gestão de conhecimento e partilha de informações globais e regionais, como o AGORA<sup>191</sup>, a OISC|CPLP<sup>192</sup> e o LegisPALOP<sup>193</sup>; capacitação através da aprendizagem pelos pares, aconselhamento especializado, acesso a informação e conhecimento de ponta.

185 Avaliação Semestral do Relatório Final foi apresentada ao PNUD de Cabo Verde em abril de 2017. 1º Relatório de ROM foi submetido em 20/11/2015 e a 2ª proposta ROM foi apresentada em dezembro de 2017.

186 Como também reconhecido pela UE e pela ONU em diversos documentos: a Declaração Conjunta da VI Cimeira Brasil-UE (Brasília, 24/01/2013), na Carta de Brasília (anexo 5), no relatório político 8104(março de 2013) emitido pelo Observatório Europeu de Parcerias Estratégicas e pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) <http://www.unsouthsouth.org/library/publications/goodpractices> em cooperação sul-sul e triangular para o desenvolvimento sustentável.

187 <http://www.intosai.org/about-us/intosai-development-initiative-idi.html>.

188 [http://intosaidonor.org/64801\\_wp-uploads/2017/11/Agenda-Item-3b.-Global-Call-for-Proposals-2013-Monitoring-Report-2-Sep-2014.pdf](http://intosaidonor.org/64801_wp-uploads/2017/11/Agenda-Item-3b.-Global-Call-for-Proposals-2013-Monitoring-Report-2-Sep-2014.pdf).

189 <https://www.unsouthsouth.org/>.

190 <https://www.unsouthsouth.org/library/publications/good-practices-in-sstc-for-sustainable-development/>.

191 O AGORA([www.agora-parl.org](http://www.agora-parl.org)) é um Portal Global para o Desenvolvimento Parlamentar, implementado conjuntamente pelo PNUD, IDEA Internacional, Instituto do BM e Instituto Nacional Democrático. O portal AGORA também trabalha de perto com a UE: o Gabinete para a Promoção do Desenvolvimento Parlamentar do Parlamento Europeu é um parceiro oficial do projeto AGORA. A Comissão Europeia fez várias contribuições para o AGORA, desde o seu lançamento em 2010. Desde o seu lançamento na Assembleia Nacional em Paris a 2 de março de 2010, o AGORA tornou-se o principal portal para a comunidade de desenvolvimento parlamentar, ligando organizações internacionais, especialistas em desenvolvimento parlamentar e profissionais, mas também membros do Parlamento, funcionárias/os parlamentares, ONG e OSC ativas no domínio do desenvolvimento parlamentar.

192 OISC|CPLP é a organização das ISC da CPLP. Esta organização foi criada em 1995 e é membro das INTOSAI desde 2010 – mais informação @ <http://www.oiscclp.org/>.

193 <http://legis-palop.org/bd/Home.aspx/CreditosInternacionais>.

## 2.9. BASES DE DADOS ON-LINE E PRODUTOS AUDIOVISUAIS

**Pro PALOP-TL ISC**  
Tweets 523 Seguindo 490 Seguidores 234 Curtidas 214 Listas 1

**ProPALOP-TL SAI**  
@ProPALOP  
Project for Strengthening technical and functional skills of Supreme Audit Institutions (SAIs), National Parliaments and Civil Society. The views are our owns

**Tweets** Tweets e respostas Mídia

**ProPALOP-TL SAI** @ProPALOP · 10 h  
Our mantra is fiscal transparency in the #PALOP and #TimorLeste

**Carlos Lopes** @LopesInsights  
I made this issue of fiscal pressure increase to avoid dependency, increase public resources and formalize and modernise economic transactions my mantra, while leading @ECA\_OFFICIAL. But first we need updated national accounts and good statistics.

**Nações Unidas Cabo Verde-United Nations Cabo...** · 26 de nov de 2019  
#CaboVerde #AcceleratorLab team having this morning an interesting breakfast thinking with #UNDP RR a.i. @boudraça & colleagues to discuss the best way to go forward. The official lunch this week will be the big start @UNDPAccLabs @UNDP @UNDPAfrica @ahunnaeziakonwa @ASteiner

**Pro PALOP-TL ISC**  
PORTAL  
Pro PALOP-TL SAI is fully funded by the European Union

**HOME**  
ABOUT  
ACHIEVEMENTS  
PALOP & TIMOR-LESTE  
LEARNING  
GALLERY  
GENDER RESPONSIVE BUDGETING  
CIVIL SOCIETY  
CONTACT

**About**  
The Pro PALOP-TL SAI project promoted economic governance in ACP Portuguese Speaking Countries (PALOP and Timor-Leste) and strengthened the technical and functional competencies of the Supreme Audit Institutions, Parliaments, and Civil Society in the field of public financial management.

**Home**  
Welcome to the Pro-PALOP-TL SAI website, which strengthened technical and functional skills of Supreme Audit Institutions (SAIs), National Parliaments and Civil Society for the external control of public finances in PALOP and Timor-Leste (Pro PALOP-TL SAI).

**eLearning courses**  
**Parliaments in Practice: an Introduction**  
This 'Parliaments in Practice: an Introduction' course is designed for legislators who are new to parliament and for parliamentary staff, practitioners, donors, civil society organisations and others who want to learn about how parliament works.

**Pro PALOP-TL ISC NEWS** ÍNDICE NA PÁG. 3

**EDIÇÃO ESPECIAL**  
CONFIRA AS ATIVIDADES QUE MARCARAM OS ÚLTIMOS MESES DO PROJETO

**III GRUPO DE TRABALHO DE ALTO NÍVEL ANÁLISE E DISCUSSÃO DA FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA DOS DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS NOS PALOP E TIMOR-LESTE**  
PÁG. 4

**SOCIEDADE CIVIL CABOVERDIANA LANÇA AS BASES PARA A MONITÓRIA SOCIAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS**  
PÁG. 10

**GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DE ANGOLA REALIZOU O SEMINÁRIO FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL COM ENFOQUE NO GÉNERO**  
PÁG. 14

VISITE-NOS em: [Web site](#) / [Facebook](#) / [YouTube](#) / [Twitter](#)

Pro PALOP-TL ISC é Integralmente Financiado Pela União Europeia

**SEARCH** UNDP CORNER english français العربية portuguese

Os parlamentos e as indústrias extractivas | Agora Portal

**INDÚSTRIAS EXTRA... Portal parlamen...**

**Ação parlamentar** **Transparência e dados abertos** **Envolvimento dos cidadãos**

**Os parlamentos e as indústrias extractivas**  
**O sector das indústrias extractivas: uma oportunidade para o desenvolvimento**  
Os sectores petrolífero, do gás e mineiro contribuem de forma significativa para as receitas dos países em desenvolvimento e as exportações nos países ricos em recursos. Apesar desta oportunidade para o desenvolvimento económico e social mais alargado, o que resulta em taxas de pobreza mais elevadas e, em alguns casos, conflitos. Por vezes, chama-se a isto a "maldição dos recursos".

**1** As redes sociais Pro PALOP-TL ISC são muito mais do que redes, são plataformas de conhecimento e bases de dados importantes

**2** As newsletters do Pro PALOP-TL ISC são informativas, percutíveis e de uso muito fácil

**3** O Portal Pro PALOP-TL ISC | AGORA, disponível em português, permite aos/às deputadas/os e funcionários/as parlamentares o acesso a materiais e ferramentas chave na Língua Portuguesa sobre desenvolvimento parlamentar e GFP

Aceda em [www.agora-parl.org/palop](http://www.agora-parl.org/palop)

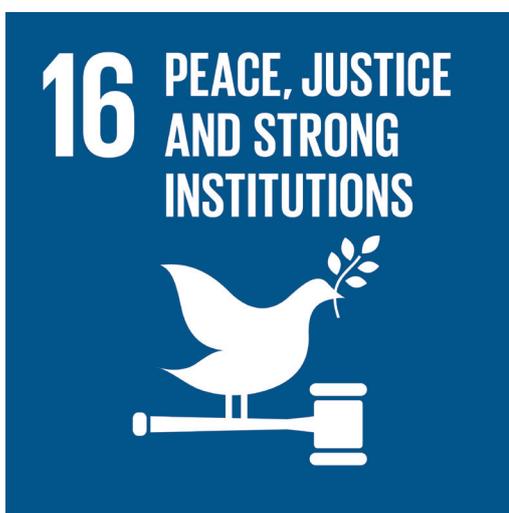


#### **4** PORTAL DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS: VERSÃO EM PORTUGUÊS

O portal AGORA das Indústrias Extrativas é um centro de conhecimento para a boa governação e forte supervisão das indústrias extrativas, que informa, envolve e conecta atores relevantes. O objetivo deste portal é fortalecer o trabalho dos agentes de supervisão - Parlamentos, ISC e sociedade civil - nas indústrias extrativas, informando, envolvendo e conectando todos os atores relevantes. Para tal, o Portal ajudará a identificar boas práticas e setores de intervenção parlamentar para parlamentares, funcionários/as parlamentares, profissionais, funcionárias/os do Governo e sociedade civil. Desenvolvido com o apoio do [Grupo do Banco Mundial](#), o Portal foi disponibilizado em [Português](#), em 2016. A versão em português visa especificamente os países PALOP-TL.

Aceda em <https://www.agora-parl.org/pt/extractives>

### 3. OS CONTRIBUTOS DO PRO PALOP-TL ISC PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5 E 16



O projeto promoveu “instituições mais eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16), construindo ligações entre as partes intervenientes acima referidas para alcançar ainda melhores resultados em termos de transparência orçamental (executivo), controlo externo (legislativo e ISC) e de monitoria social (sociedade civil) das finanças públicas, despesas públicas e contas nos PALOP-TL.

As intervenções do projeto promoveram a implementação do ODS 16 (promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, provendo acesso universal à justiça e construindo instituições eficientes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis). A par com isso, as intervenções foram igualmente relevantes para a prossecução do ODS 5 (alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e jovens do sexo feminino). Atividades transversais que promovem a orçamentação sensível às questões de género, a fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa com enfoque no género serão implementadas no âmbito de cada um dos resultados esperados.

A edição de 2017 do Relatório Parlamentar<sup>194</sup>, produzido pela União Interparlamentar e pelo PNUD, selecionou a abordagem e ações do Pro PALOP-TL ISC para demonstrar a melhor forma de promover “a cooperação entre o Parlamento e as instituições supremas de controlo”, a nível global, para que os Parlamentos possam melhorar o controlo e a supervisão da despesa pública e promover a implementação do ODS 5 e do ODS

194 [http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Parliamentary%20Development/global%20parliamentary%20report\\_EN.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Parliamentary%20Development/global%20parliamentary%20report_EN.pdf).

16<sup>195</sup>. De acordo com o relatório, o Pro PALOP-TL ISC “oferece uma oportunidade única para promover e observar sinergias entre os principais atores dos SGFP nestes países”<sup>196</sup>.

A experiência dos PALOP e de Timor-Leste realça três oportunidades para melhorar a colaboração entre os Parlamentos e as ISC:

- **EVENTOS DE APRENDIZAGEM** para auditores/as da ISC, deputadas/os e funcionários/as parlamentares dos PALOP, Timor-Leste, Brasil e Portugal. Estes eventos ajudaram a partilhar boas práticas e a promover o diálogo entre as partes. Foram fundamentais para ajudar a reformar o enquadramento jurídico do Tribunal de Contas em Cabo Verde.

- **DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DIRECIONADAS** aos membros do Parlamento, funcionários/as parlamentares e Comissões Parlamentares, particularmente das “Comissões do Orçamento”, que estão a fortalecer a fiscalização parlamentar do ciclo orçamental em Cabo Verde e Moçambique usando os principais documentos orçamentais (a proposta de orçamento do executivo, o orçamento promulgado, os relatórios de despesas do exercício, a avaliação semestral, o relatório de fim do ano e o relatório de auditoria). Como resultado, os Parlamentos estão a tornar-se mais confiantes e exigentes no seu relacionamento com as ISC. Os relatórios das ISC são questionados em maior detalhe e as auditorias são solicitadas à ISC com maior frequência durante o ano fiscal.

- **FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM FISCALIZAÇÃO DE DESPESA PÚBLICA COM ENFOQUE NO GÉNERO**. Permite que o poder legislativo se envolva com o executivo na discussão, durante a fase de formulação do orçamento, com base nos programas/resultados, visando identificar marcadores de género alinhados com as metas e indicadores do ODS 5 a serem inseridos no SGFP. As redes de mulheres parlamentares estão a envolver-se mais efetivamente, tanto dentro do Parlamento, como com as ISC, em defesa de auditorias de desempenho que incidam sobre a despesa pública com enfoque no género. Esta prática que começou em Cabo Verde, em 2016, está agora a ser adotada por todos os outros países PALOP e Timor-Leste. Estes são três exemplos de como os Parlamentos se podem envolver com as ISC para melhorar o controlo e a supervisão da despesa pública e promover a implementação dos ODS 5 e 16.

---

195 Idem, pág. 79, Caixa 37.

196 Idem.

# PARTE III

## RELATÓRIO

### FINANCEIRO

O orçamento global do projeto para o período de implementação de 4 anos foi de 6,4 milhões EUR e a execução após a apresentação do relatório final, em conformidade com os artigos 2.º e 9.2.º das Condições Gerais (Anexo II do Acordo de Contribuição Modelo) era de 6.400.000 EUR, ou seja, 100% de execução face ao total de financiamento. Existe ainda um saldo pendente de 5% do pagamento final previsto (5.402,05 EUR) a ser transferido para a conta bancária do PNUD pela UE, a título de reembolso.

Conforme demonstrado no Gráfico 1, as despesas por componente foram praticamente as mesmas:

#### **35% DO FINANCIAMENTO TOTAL**

(2,2 milhões EUR) nas despesas ao abrigo da Componente 1 para a implementação de ações destinadas a reforçar as capacidades das ISC; assegurar um controlo externo eficiente e independente das capacidades do SGFP e dos MF; e assegurar a transparência orçamental nos PALOP e em Timor-Leste.

#### **36% DO FINANCIAMENTO TOTAL**

(2,3 milhões de EUR) nas despesas ao abrigo do Componente 2 para a implementação de ações destinadas a desenvolver capacidades das/os deputados/as, funcionárias/os parlamentares e membros das OSC para perseguir uma supervisão parlamentar do orçamento forte e independente e partilhar informação acerca da monitoria social das despesas públicas no PALOP e Timor-Leste.

#### **20% DO FINANCIAMENTO TOTAL**

(1,2 milhões de EUR) em despesas do programa de garantia e apoio às operações, gestão corrente e seguimento prestados pela UGP em todos os países beneficiários, a todos os beneficiários e partes intervenientes, para uma concretização eficaz e eficiente das ações do projeto no terreno.

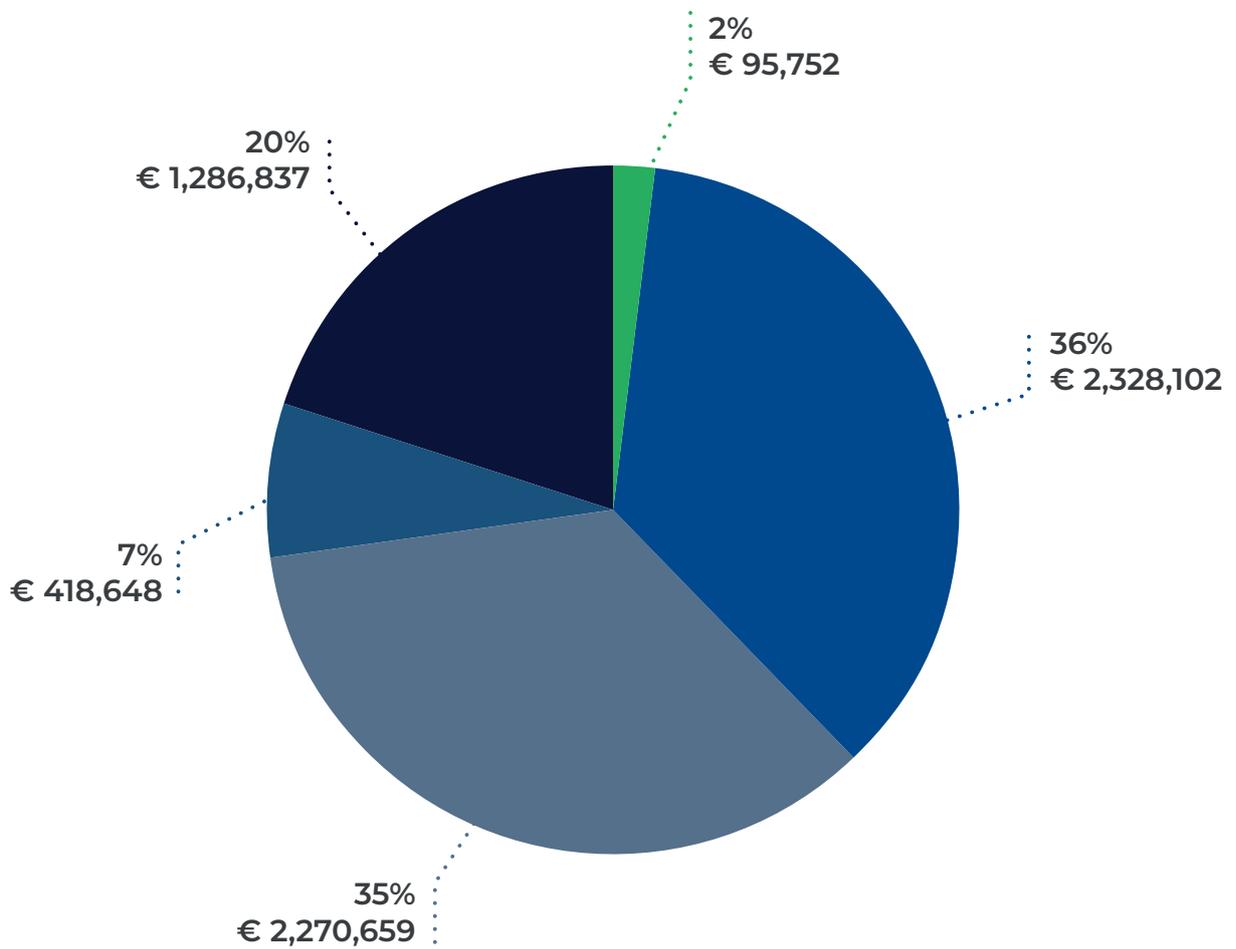
#### **2% DO FINANCIAMENTO TOTAL**

(76.119 EUR) em despesas relacionadas com o orçamento de funcionamento do plano de visibilidade e comunicação. Este montante não cobre os custos de visibilidade incluídos em cada ação - uma análise mais aprofundada dos resultados fará menção a estes custos adicionais na secção Orçamento.

#### **7% DO FINANCIAMENTO TOTAL**

(413.416 EUR) de custos indiretos elegíveis.

# GRÁFICO 1 DESPEAS POR COMPONENTE



- 
- Total Component 1 (Direct Costs)
  - Total Component 2 (Direct Costs)
  - Visibility
  - Management
  - Indirect Eligible Costs

O Gráfico 2 refere-se às despesas efetuadas com cada atividade necessária à concretização dos dois resultados/produtos do projeto. Esta tabela permite estabelecer as seguintes premissas:

---

### **22% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO**

foi despendido em atividades que responderam diretamente às necessidades das ISC de reforçar a sua capacidade de assegurar a supervisão das contas e despesas públicas nos PALOP e em Timor-Leste. As atividades em referência foram 1 (reforçar as capacidades de supervisão), 3 (adquirir TIC e desenvolver capacidades para usar as TIC nos processos administrativos e de supervisão das ISC) e 4 (introduzir normas internacionais e normas ISSAI nos documentos de informação e exercícios das ISC).

---

### **8% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO**

foi despendido em atividades que promoveram exclusivamente trocas de experiências e aprendizagem entre pares, CoP nos PALOP e Timor-Leste, no âmbito de ambas/os as/os componentes/resultados esperadas/os. As atividades em referência foram a 5 e a 11 - cada uma com uma verba de 4%.

---

### **12% DO ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO**

foi despendido em atividades que promoveram o desenvolvimento das capacidades dos membros do Parlamento e funcionárias/os parlamentares para examinar minuciosamente os documentos orçamentais ao longo dos ciclos orçamentais e assegurar

uma fiscalização parlamentar orçamental forte e independente nos PALOP e Timor-Leste - incluindo as linhas de base para a futura criação de gabinetes parlamentares independentes de análise orçamental. As atividades em referência foram a 9 e a 10.

---

### **7% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO**

foi despendido quase exclusivamente em atividades que desenvolveram planos estratégicos para a elaboração de quadros parlamentares para a reforma e o reforço parlamentar nos PALOP e em Timor-Leste - a atividade em referência foi a 7.

---

### **8% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO**

foi despendido em atividades de promoção da OSG e estruturas que garantam uma fiscalização parlamentar eficiente das despesas públicas com enfoque no género, bem como no controlo pós-legislativo da supervisão orçamental em domínios como a justiça e o desenvolvimento humano (social e saúde). A atividade em referência foi a 8.

---

### **8% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO**

foi despendido através de subsídios exclusivos para apoiar as OSC no desenvolvimento de capacidades e iniciativas de monitoria social das despesas e contas públicas nos PALOP e em Timor-Leste. A atividade em referência foi a 12.

---

### **25% DO ORÇAMENTO GLOBAL**

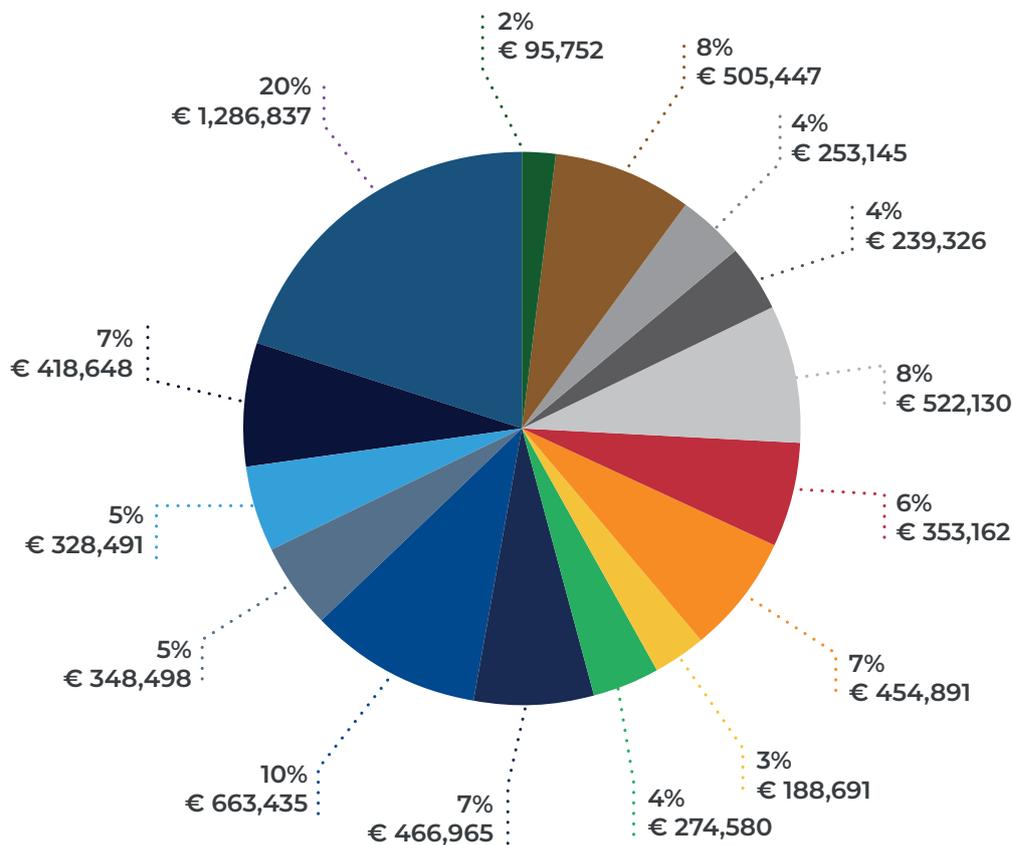
foi despendido em atividades no contexto da componente para assegurar o 'Seguimento

e Avaliação’, ‘Visibilidade e Comunicações’, ‘Garantia do Programa e Apoio da Operações’, a ‘Gestão Corrente’ e o ‘Seguimento’. As atividades em referência foram respetivamente a 6, ‘Visibilidade’ e ‘Gestão’.

## 7% DO ORÇAMENTO GLOBAL

são custos indiretos elegíveis.

## GRÁFICO 2 DESPESAS POR ATIVIDADE



- Activity 1
- Activity 2
- Activity 3
- Activity 4
- Activity 5
- Activity 6
- Activity 7
- Activity 8
- Activity 9
- Activity 10
- Activity 11
- Activity 12
- Indirect Eligible Costs
- Management
- Visibility

Dos 6.400.000 EUR apresentados no relatório financeiro, 6.400.000 EUR correspondem a despesas elegíveis (de acordo com a terminologia das IPSAS) e não existem compromissos legais atualmente em vigor entre o PNUD (ou parceiros de implementação do PNUD) e uma terceira parte.

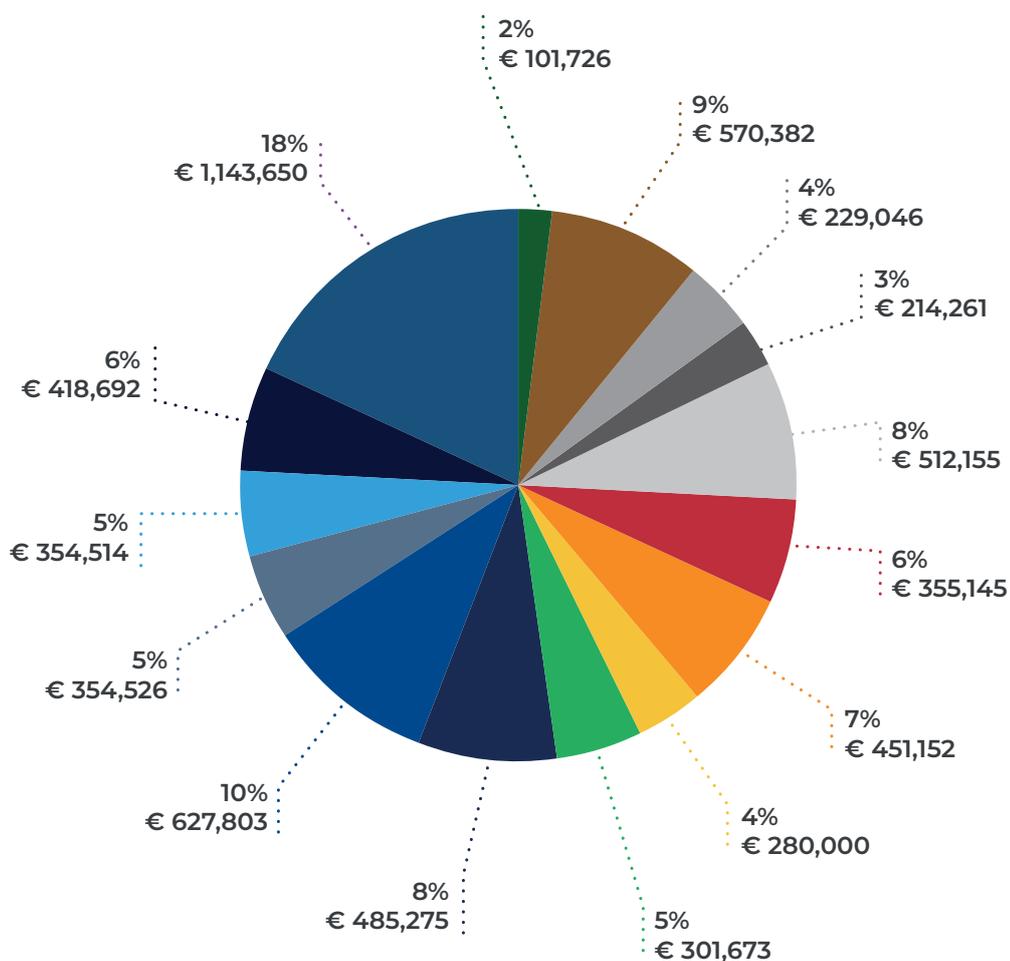
De acordo com o artigo 2.7.º das Condições Gerais, as despesas em Dólares Norte-Americanos<sup>197</sup> (USD) foram convertidas em EUR, utilizando a taxa de câmbio à qual a contribuição da entidade adjudicante foi registada nas contas da organização.

197 United States Dollar.

Conforme demonstrado abaixo, no Gráfico 3, as despesas e o relatório financeiro estão totalmente alinhados com as disposições

contratuais, particularmente com o artigos 2.º e 9.2.º das Condições Gerais (Anexo II, do Acordo de Contribuição).

### GRÁFICO 3 ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

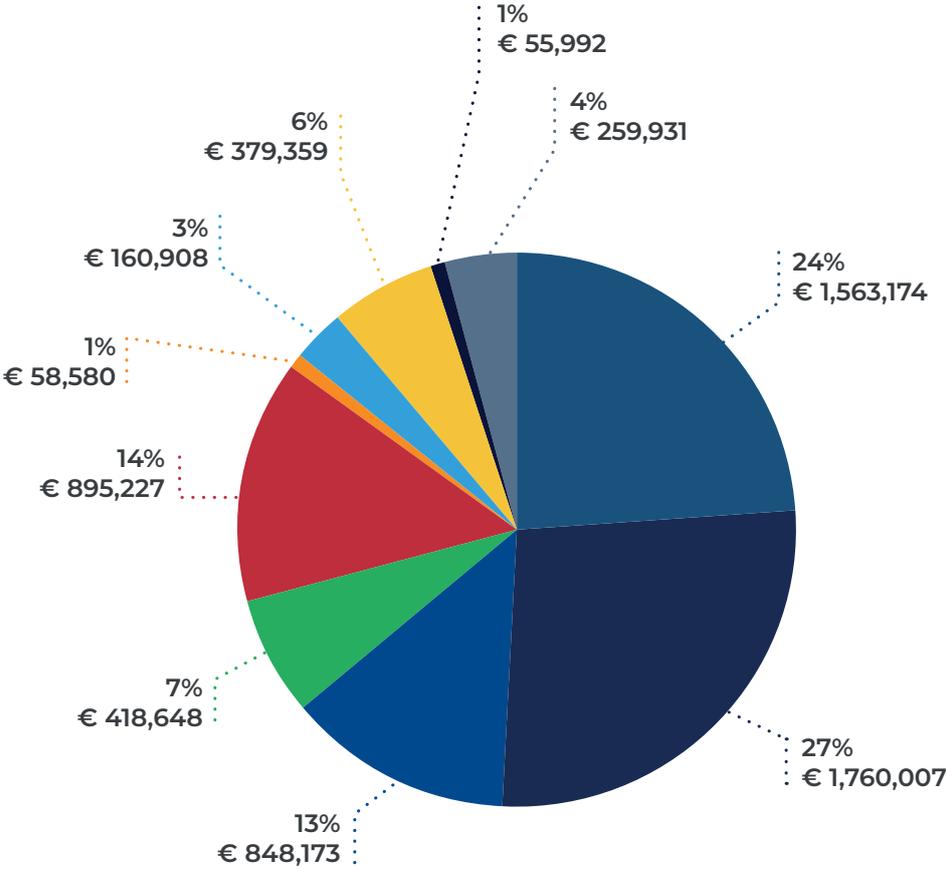


- Activity 1
- Activity 6
- Activity 11
- Activity 2
- Activity 7
- Activity 12
- Activity 3
- Activity 8
- Indirect Eligible Costs
- Activity 4
- Activity 9
- Management
- Activity 5
- Activity 10
- Visibility

O Gráfico 4 apresenta as despesas do projeto desagregadas por contas. Embora as rubricas orçamentais (Anexo III) correspondam às atividades estruturais, a análise das

despesas por conta permite estabelecer correspondências sobre os dados do projeto e o tipo de despesas.

### GRÁFICO 4 DESPEASAS POR CONTAS



- Communication, Visibility and Audiovisual and Print Prod Costs
- Miscellaneous Expenses - Bank charges and project support costs
- Consultancies and contractual services - individual and companies
- Rental and maintenance
- Equipment, Materials and Supplies
- Salary and other remuneration costs
- Grants
- Training, Workshops and Conferences
- Indirect Eligible Costs
- Travel

A maioria das dotações orçamentais foi alocada a despesas relacionadas com a conta agregada ‘Consultorias e serviços contratuais’ (27%), seguida de ‘Viagens’ (24%), ‘Formação, *workshops* e conferências’, ‘Salários e outros custos de remuneração’ (14%).

De facto, a conta ‘Consultorias e serviços contratuais’ refere-se aos pagamentos feitos aos parceiros de implementação do projeto (ISCTE-IUL<sup>198</sup>, Instituto Pedro Pires<sup>199</sup> e AGORA<sup>200</sup>) para ministrarem os cursos de pós-graduação e fornecerem conhecimento especializado de alto nível nos eventos de aprendizagem, bem como ao recrutamento de peritas/os altamente especializados/as para tarefas específicas de apoio às instituições beneficiárias.

Contudo, quando consideradas em conjunto, as contas de ‘Viagens e *workshops*’ representam a maior parte das despesas do projeto, correspondendo a 38% das dotações orçamentais. Se considerarmos que as ações do ISCTE-IUL e Instituto Pedro Pires foram realizadas nos diferentes países, isso significa que a maioria dos esforços orçamentais foram, de facto, alocados para apoiar as atividades a nível nacional e no terreno, promovendo trocas de experiências e aprendizagem pelos pares, através da cooperação sul-sul e triangular e da especialização técnica/académica de alto nível.

Infelizmente, de acordo com os resultados das avaliações, o apoio nuclear prestado às OSC, por via dos subsídios, ficou abaixo do esperado (3%). É importante notar que a transferência de fundos via subsídios para as OSC exigiu medidas adicionais de apoio à implementação e controlo, devido às fragilidades de algumas OSC. No caso da Plataforma das ONG em Cabo Verde, a OSC foi obrigada a devolver fundos ao PNUD relativos a ações que não puderam ser realizadas<sup>201</sup>.

Por outro lado, quando analisadas ao nível da conta, as despesas efetivamente realizadas para promover a visibilidade das iniciativas do projeto excedem o orçamento de funcionamento inicialmente atribuído ao plano de visibilidade e atingem 6% da despesa total e do orçamento.

198 <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/iscteiuil/quem-somos/8/apresentacao>.

199 <http://www.institutopedropires.org/ipp.php>.

200 <http://www.agora-parl.org/palop>.

201 Estes fundos foram alocados a custos com o encerramento do projeto que tiveram impacto nas rubricas orçamentais e nos acordos contratuais.

# PARTE IV

## LIÇÕES APRENDIDAS

O Pro PALOP-TL ISC foi financiado pela UE e gerido diretamente pelo PNUD, assinado em dezembro de 2013 e que termina em dezembro de 2017.

O projeto melhorou a eficácia do controlo externo político, judicial e civil das finanças públicas para uma utilização mais eficiente dos recursos públicos nos países ACP de língua portuguesa - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O projeto terminou em dezembro de 2017.

O modelo do projeto é complexo, mas extremamente inovador, permitindo realizar de forma eficaz um elevado número de atividades de apoio às ISC, Parlamentos, OSC e MF, a fim de aumentar a transparência e responsabilização no uso de recursos públicos. O projeto tem uma abordagem holística assenta na cooperação sul-sul e triangular e na aprendizagem pelos pares (envolvendo as ISC e os Parlamentos do Brasil e Portugal) como principais ferramentas para desenvolver as capacidades dos atores críticos dentro dos SGFP.

A avaliação do projeto em cada país beneficiário foi realizada através de inquéritos *in situ* muito detalhados e inclusivos, realizados pelos peritos do projeto, permitindo a definição das suas intervenções no âmbito da transparência orçamental e controlo externo das finanças públicas (auditoria, fiscalização parlamentar e acesso público à informação fiscal). Estes inquéritos foram complementados com indicadores relevantes dos relatórios PEFA, Inquéritos do Orçamento Aberto, relatórios de governação africana

da UNECA, índice e relatórios Mo Ibrahim, relatórios de governação do BM, documentos e artigos do BM sobre fiscalização parlamentar orçamental, entre outros.

A revisão documental foi seguida de um processo de formulação muito inclusivo e ascendente, permitindo formular e aprovar os resultados plurianuais (3 anos) baseados nos PTA de 6 países. Dezoito PTA, 172 resultados por atividade e mais de 1.000 ações foram implementadas em 6 países, tendo como alvo mais de 40 instituições ao longo do período de implementação de 4 anos (incluindo um ano de prolongamento, sem custos).

A estratégia do projeto permitiu reforçar a boa governação económica e estimular a eficácia do controlo político, judicial e civil externo das finanças públicas. Esta estratégia foi implementada através do fortalecimento das competências técnicas e funcionais das ISC, Parlamentos, parlamentares, sociedade civil e comunicação social, permitindo que estes atores abordem melhor a prevenção da corrupção e má administração dos recursos públicos, facilitando um uso mais eficiente e eficaz dos mesmos. A lógica de intervenção plurinacional do projeto, assente nos princípios de benefício mútuo, soberania, propriedade nacional e igualdade, criou condições para que as instituições participantes desenvolvessem sinergias e dinâmicas através da troca de experiências, aprendizagem conjunta e cooperação sul-sul e triangular, envolvendo parceiros em 8 países diferentes - os 6 países ACP de língua portuguesa, Brasil e Portugal.

O projeto foi capaz de desempenhar eficientemente o papel de intermediário de conhecimento, ao promover o acesso às práticas recomendadas e conhecimentos de ponta através de diferentes tipos de eventos de aprendizagem que reuniram auditores/as e juízas/es da ISC, parlamentares e funcionárias/os parlamentares (particularmente membros das Comissões Orçamentais), pessoal relevante dos MF e membros das OSC. Um número considerável dessas ações foi realizado através da cooperação sul-sul e triangular, envolvendo a ISC do Brasil (TCU), a ISC e o Parlamento português. Há um conjunto de recursos audiovisuais relacionados com cada evento de aprendizagem concebido e realizado pelo projeto, de livre acesso, disponíveis no *site* do projeto e no canal do *YouTube* (em português e inglês). Este material é vertido nos cursos *eLearning* oferecidos pela AGORA, disponibilizados em português e inglês.

Para fornecer estas formações de forma mais eficiente e de acordo com os mais altos padrões de qualidade, o projeto estabeleceu parcerias com instituições especializadas no campo das finanças públicas. O projeto associou-se às seguintes instituições: BM, IBP, GIZ, entre outras. Para além das parcerias baseadas em eventos, o projeto estabeleceu parcerias mais sistemáticas, a longo prazo com organizações como a OISC|CPLP, o Tribunal de Contas do Brasil, o Tribunal de Contas e o Parlamento de Portugal. Por fim, o acesso a bases de dados como o Portal AGORA e o LegisPALOP (base de dados de legislação para os PALOP) é assegurado pelo projeto de forma sustentável.

O projeto apoiou o acesso a práticas recomendadas e conhecimento na área de controlo externo, fiscalização parlamentar e escrutínio público dos fundos públicos. Ao abordar as necessidades de capacitação em cada um dos países, também foram

desenvolvidas atividades adaptadas para identificar e responder às necessidades comuns dos países beneficiários.

A relevância e a inovação do projeto na promoção da cooperação sul-sul e triangular foi assinalada como uma das três boas práticas do ODS 16, na publicação da UNOSSC sobre 'Boas Práticas na cooperação sul-sul e triangular para o Desenvolvimento Sustentável'. A referida publicação destaca as atividades que ilustram as principais características da efetiva cooperação sul-sul e triangular: iniciativas que envolvem e beneficiam um grande número de pessoas em dois ou mais países do sul; soluções que abordam desafios do desenvolvimento transnacional, difíceis de enfrentar individualmente.

A edição de 2017 do Relatório Parlamentar Global, produzido pela União Interparlamentar e pelo PNUD selecionou a abordagem e ações do Pro PALOP-TL ISC para divulgar, a nível global, a melhor forma de promover "a cooperação entre o Parlamento e as ISC", possibilitando que os Parlamentos possam envolver-se com as ISC, com o objetivo de melhorar o controlo e a supervisão da despesa pública e promover a implementação dos ODS 5 e 16.

Devido à forma como foi formulado e planeado, com praticamente todas as organizações beneficiárias a serem consultadas pelo gestor do projeto quanto aos seus desejos e prioridades, e ao facto de as suas contribuições terem sido consideradas na formulação dos PTA, praticamente desde o início do projeto, este esteve fortemente alinhado com as prioridades e estratégias das organizações beneficiárias. Uma direção bem definida e uma equipa pequena, mas muito forte, dotaram o projeto de uma flexibilidade considerável na fase de implementação,

permitindo que respondesse e se adaptasse às novas necessidades, aproveitando oportunidades inesperadas.

O alinhamento com as prioridades dos beneficiários e a elevada eficiência na implementação garantiram a eficácia do projeto - particularmente na realização ou facilitação de atividades de formação e capacitação de alta qualidade - e a conquista da confiança das organizações beneficiárias. A confiança dos beneficiários deu ao projeto um acesso incomparável às instituições do Estado, tradicionalmente muito fechadas e relutantes em envolver-se com doadores e projetos financiados por doadores. Esta confiança também permitiu que o projeto envolvesse os doadores em determinadas ações, às vezes até em papéis de liderança. O projeto também foi capaz de usar a confiança depositada pelas instituições do Estado para facilitar contatos e gerar confiança entre estas e as OSC. Um programa de comunicação e visibilidade altamente profissional e muito bem-sucedido também contribuiu substancialmente para alcançar dos objetivos do projeto.

Tudo isto resultou num projeto com uma relação custo-eficácia muito elevada, que fez um investimento bem-sucedido na formação, criação de redes e numa outra dimensão, talvez ainda mais importante, a motivação e confiança entre as organizações beneficiárias dos vários países PALOP-TL. Esta situação já produziu benefícios substanciais em termos de capacitação institucional nos vários países envolvidos. Mais importante ainda, este investimento desbloqueou um enorme potencial em termos de reforço de capacidades institucionais, especialmente se a UE e o PNUD não interferirem com aquela que, até agora, revelou ser uma fórmula muito bem-sucedida.

**Neste contexto, os fatores críticos de sucesso do projeto podem ser resumidos da seguinte forma:**



### **UM PROCESSO DE FORMULAÇÃO INCLUSIVO**

que combina o uso de relatórios e indicadores independentes verificáveis, observações empíricas resultantes de discussões com beneficiários e público-alvo. Esse processo foi seguido da fase de planeamento, negociação e aprovação de PTA plurianuais, orçamentados e operacionais, baseados nos resultados. O resultado foi um processo inclusivo que reforçou a apropriação e criou uma estrutura operacional complexa, que permitiu que a entidade implementadora respondesse com flexibilidade adequada aos desafios colocados pelo paradoxo de ter uma lógica transversal de intervenção comum aos PALOP-TL - assente nas semelhanças entre esses países, instituições e enquadramentos legais - que deve responder, simultaneamente, às necessidades nacionais e institucionais específicas. Esta formulação complexa e intrincada resultou em:

1. Vinte e seis PTA integrados (22 a cobrir as ações destinadas aos 6 países beneficiários; 4 a cobrir as ações que asseguravam a gestão corrente; garantia de qualidade do projeto, seguimento e apoio; visibilidade e comunicações; seguimento e avaliação) totalmente alinhadas com as atividades estruturais e pontos de entrada do projeto, dentro dos limites das rubricas orçamentais, estabelecidas pelo período de 4 anos.
2. Uma média de 484 atividades realizadas (duas por cada atividade estrutural, em média) permitiu adaptar cada uma das atividades estruturais (exceto seguimento e

avaliação, visibilidade e comunicação e gestão, que possuíam um conjunto específico próprio) às necessidades nacionais, institucionais e humanas dos beneficiários do projeto e público-alvo, sem invalidar os resultados esperados e as atividades estruturais que compõem a ação e os contratos com a UE.

3. Não menos de 1.900 ações para apresentar os resultados da atividade acima durante o período de implementação de 4 anos.



### **A PADRONIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR**

como principal ferramenta de apoio técnico e especializado, substituindo de forma eficiente e sustentável as “consultorias tradicionais” para a execução das ações – particularmente formações e CoP. Esta iniciativa aumentou a apropriação e pertença dos beneficiários, reduziu os custos das transações e mitigou questões que poderiam dificultar a cooperação bilateral e a cooperação de apoio técnico norte-sul. O uso sistemático da cooperação sul-sul e triangular não substituiu o recurso a consultorias e o projeto recorreu ao recrutamento de peritas/os para fornecer apoio técnico altamente especializado.



**A EXPOSIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E DO PÚBLICO-ALVO ÀS PRÁTICAS RECOMENDADAS, RECORRENDO A COP E OUTRAS TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM PELOS PARES,** revelou-se crítica para abordar instituições mais herméticas e pressionar a adoção de

agendas específicas de desenvolvimento e governança. Esta abordagem permitiu à entidade implementadora potenciar a discussão de temas e domínios normalmente “interditos” a “estranhos”.



### **A PARCERIA COM INSTITUIÇÕES INTERNACIONALMENTE RECONHECIDAS PARA FORNECER FORMAÇÕES E FACILITAR A COP,**

recorrendo à cooperação sul-sul e triangular sempre que possível, permitiu que a entidade implementadora acreditasse as/os participantes nesses eventos de aprendizagem com graus académicos e credenciais profissionais, reconhecidas mundialmente, com equivalência mundial, o que teve um impacto nas suas carreiras profissionais. Na maioria dos casos, esses eventos de aprendizagem foram usados como base para a elaboração dos cursos *eLearning* do projeto, permitindo partilhar boas práticas das instituições beneficiárias com um público global mais amplo em português e inglês, garantindo a sua intensificação e sustentabilidade.



### **AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SISTEMÁTICA DO PROJETO, DESTINADAS A AUMENTAR A VISIBILIDADE**

das suas iniciativas como parte das ações externas da UE, foram essenciais para garantir que a agenda, abordagem e, em alguns casos, taxonomia do projeto, fosse adotada pelos beneficiários e incorporada nos seus documentos e produtos.



### **A UGP, PEQUENA E ESPECIALIZADA, QUE GARANTE UM APOIO CENTRALIZADO AOS BENEFICIÁRIOS**

e outras partes intervenientes relevantes, contando com o apoio e fiabilidade assegurados pelos escritórios nacionais do PNUD no terreno, foi fundamental para garantir a eficiência, boa relação custo-benefício e forte coordenação de todas as ações, simultaneamente, nos 6 países beneficiários, entre mais de 40 atores institucionais. Sem esta UGP, altamente capacitada para o seguimento a nível central, teria sido muito difícil atingir o nível de eficiência e resultados alcançados pelo projeto, na implementação de apoio técnico e especializado onde e quando mais necessário.



### **A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DO PNUD E A FORTE CAPACIDADE DE APOIO AO PROJETO**

em todos os países beneficiários e em todo o mundo, permitiu realizar simultaneamente as ações do projeto, assegurando a devida diligência e pagamentos sem grandes incidentes. Este fator de gestão de sucesso foi muito importante e contribuiu para alcançar 100% de execução na fase final da implementação do projeto, apesar da fase inicial ter sido mais longa do que se esperava, marcada por atrasos.

**Por outro lado, houve fatores críticos com potencial para dificultar a implementação bem-sucedida do projeto, os quais estão listados abaixo.**



### **FATORES RELACIONADOS COM A CONCEÇÃO DO PROJETO:**

A Teoria da Mudança beneficiaria muito se se especificasse o objetivo e se esclarecesse a causalidade entre *Impact-Outcome-Output*<sup>202</sup>.

As metas para os objetivos específicos e resultados esperados devem ser definidas anualmente para permitir a avaliação do progresso a meio percurso.

Os indicadores devem ser SMART, quantitativos e qualitativos, mas não em número excessivo, para não comprometer a avaliação de cada dimensão/ resultado esperado.

O quadro lógico precisaria de ser revisto com base nos resultados da fase inicial e de formulação de PTA para redefinir metas e indicadores.

A atividade transversal, normalmente associada à gestão de projetos, onde devem ser incluídas as atividades estruturais de 'Visibilidade e Comunicação', 'Seguimento e Avaliação', 'Gestão de Projetos' (garantia de qualidade e apoio), seria mais bem abordada como uma componente e/ou resultado de gestão para refletir corretamente a sua dimensão (programática e financeira), distinguindo-a dos restantes resultados esperados.

202 Impacto-objetivo específico-resultado.



### **FATORES RELACIONADOS COM A COORDENAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES PARTES INTERVENIENTES DO PROJETO:**

A assimetria da informação, falta de clareza na prestação de contas e responsabilização dos diferentes intervenientes, no caso específico de uma parceria estratégica entre a UE e uma organização internacional como as Nações Unidas, pode afetar negativamente as comunicações, a visibilidade e o domínio do projeto.



### **FATORES RELACIONADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES:**

Atrasos na implementação dos planos de seguimento e avaliação podem ter um impacto negativo na perceção do projeto e dificultar a capacidade da entidade implementadora de abordar efetivamente as carências assinaladas.

A fase inicial do projeto deve incluir tempo e orçamento suficiente para possibilitar, aos beneficiários, a conceção inclusiva e ascendente do processo de formulação dos PTA plurianuais.

# ANEXOS

ANEXO 1

**QUADRO LÓGICO**

ANEXO 2

**MATRIZ DA TEORIA DA MUDANÇA**

ANEXO 3

**PLANO DE SEGUIMENTO**

ANEXO 4

**RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO**

ANEXO 5

**ARQUIVO** (Disco Externo)

## NOTA IMPORTANTE

Devido a potenciais implicações legais e financeiras relacionadas com a entrada em vigor do [RGPD](#), a Plataforma AGORA LMS, onde o Pro PALOP-TL ISC está hospedado, tomará medidas transitórias para garantir a conformidade com o regulamento. Estas medidas incluirão, essencialmente, a suspensão temporária das funções de “iniciar sessão” e “inscrição” nos cursos e podem ser estendidas à eliminação da atual base de dados de profissionais inscritos/as nos cursos. Outras medidas incluem o não uso ou partilha para fins comerciais ou publicitários de dados pessoais recolhidos pelo projeto para fins informativos durante e após o período de implementação.

O conteúdo dos cursos (versões em inglês e português) é considerado um bem do projeto e estará disponível para *download* por parte da entidade implementadora (PNUD), principais financiadores do projeto (UE e Gestores Nacionais dos PALOP e Timor Leste) e principais beneficiários do projeto (ISC, Parlamentos, MF e OSC dos PALOP e Timor-Leste).





O Pro PALOP-TL ISC (FASE II) é co-financiado pela União Europeia